

Mikhail Bakunin

O império knuto-germânico¹ e a revolução social (*)²

Genebra

Imprimerie cooperative

1871

Lyon, 29 de setembro de 1870

Meu caro amigo,

Não quero ir embora de Lyon sem falar contigo uma última vez. A prudência me impede de vir apertar a sua mão mais uma vez. Não tenho mais nada para fazer por aqui. Eu havia vindo a Lyon para combater ou morrer com vocês. Eu havia vindo porque tenho a suprema convicção de que a causa da França voltou a ser, hoje, a causa da humanidade, e que sua queda, sua sujeição a um regime que lhe seja imposto pelas baionetas dos prussianos, seria a maior desgraça que, do ponto de vista da liberdade e do progresso humano, pode acontecer com a Europa e com o mundo.

Particpei do movimento de ontem e assinei meu nome sob as resoluções do *Comité Central da Salvação da França*³, porque, para mim, é evidente que, com a destruição real e

1 “Knout” ou “knut” significa “chicote”.

2 Todas as notas de rodapé são do tradutor. Os números entre parênteses indicam as notas originais do autor, que se encontram a partir da p. 66.

3 “Comité central du Salut de la France”. O termo “salut” apresenta dignifica tanto “salvação” quanto “bem-aventurança” (religioso, porém passível de extrapolação para qualquer contexto), ou simplesmente, “bem”. Segundo os contextos será traduzido de uma ou outra forma.

completa de toda a máquina administrativa e governamental de seu país, não resta outro meio de salvação à França a não ser a rebelião, a organização e a federação espontâneas, imediatas e revolucionárias de suas cidades e aldeias⁴, fora de qualquer tutela e de qualquer direção oficiais.

Todos estes restos da antiga administração do país, essas municipalidades compostas, em grande parte, de burgueses ou de operários convertidos à burguesia; gente rotineira demais, desprovida de inteligência, de energia e carecendo de boa-fé, todos esses procuradores da República, esses prefeitos e sub-prefeitos departamentais⁵, e, principalmente, esses comissários extraordinários munidos de plenos poderes militares e civis, e que a autoridade fabulosa e fatal desse resto de governo que tem sua sede em Tours, acaba de investir, nesta hora, de uma ditadura impotente; tudo isto só serve para paralisar os últimos esforços da França e para entregá-la aos prussianos.

O movimento de ontem, se tivesse permanecido triunfante – e ele teria continuado de tal forma se o general Cluseret, cioso demais de agradar a todos os partidos, não houvesse abandonado tão cedo a causa do povo – esse movimento que teria derrubado a municipalidade inepta, impotente, e reacionária na proporção de três quartos, de Lyon, e teria substituído esta por um comitê revolucionário, todo-poderoso porque teria sido a expressão não fictícia, mas imediata e real da vontade popular; esse movimento, digo, teria podido salvar Lyon, e com Lyon, a França.

Eis que vinte e cinco dias se passaram desde a proclamação da República, e o que se fez para preparar e para organizar a defesa de Lyon? Nada, absolutamente nada.

Lyon é a segunda capital da França e a chave do Midi. Afora o cuidado de sua própria defesa, a cidade tem, assim, um duplo dever a cumprir: organizar o levante armado do Midi e libertar Paris. Ela podia fazer, ela ainda pode fazer uma e outra coisa. Se Lyon se levantar, puxará consigo, necessariamente, todo o Midi da França. Lyon e Marseille vão transformar-se nos dois pólos de um movimento nacional e revolucionário formidável, de um movimento que, levantando ao mesmo tempo o campo e as cidades, suscitará centenas de milhares de

4 O texto original apresenta a palavra “communes”, que tem uma dimensão formal, estatal, pela qual se refere a uma divisão administrativa francesa semelhante a “municípios”, e uma dimensão informal e empírica, a qual faz referência, simplesmente, a aglomerados populacionais em geral, abarcando seu aspecto comunitário e geográfico.

5 “*préfets et sous-préfets*”. “*Préfet*”: “Funcionário colocado no comando de um departamento ou de uma região, representante do poder central e do departamento” (dicionário Le Robert), sendo comparável, no Brasil atual, a um governador de estado; a palavra “prefeito” (ou seja, chefe do poder Executivo no município), em português, traduz-se por “*maire*” em francês.

combatentes, e oporá às forças militares e organizadas da invasão a potência absoluta da revolução.

Porém, deve ser evidente para todo mundo que, se Lyon cair nas mãos dos prussianos, a França estará irrevogavelmente perdida. De Lyon a Marseille, eles não acharão mais obstáculos. E daí? Daí, a França vai-se tornar o que a Itália foi durante tanto tempo, tempo demais, frente ao seu imperador: uma vassala de sua majestade o imperador da Alemanha. Seria possível decair mais do que isso?

Só Lyon pode lhe poupar esta queda e esta morte vergonhosa. Mas, para tanto, Lyon teria que acordar, teria que agir, sem perder um dia, um instante. Os prussianos, infelizmente, não perdem mais. Eles desaprenderam a dormir; sistemáticos como sempre são os alemães, eles seguem, com uma desesperante precisão, seus planos sabiamente combinados e, juntando a esta antiga qualidade de sua raça uma rapidez dos movimentos que se considerava, até então, como atributo exclusivo das tropas francesas, eles avançam, resolutamente e mais ameaçadores que nunca, em direção ao próprio coração da França. Eles marcham sobre Lyon. E o que Lyon faz para se defender? Nada.

Entretanto, desde que a França existe, nunca se encontrou numa situação mais desesperada, mais terrível. Todos os seus exércitos estão destruídos. A maior parte de seu material de guerra, graças à honestidade do governo e da administração imperial, nunca existiu a não ser no papel, e o resto, graças à sua prudência, foi tão bem escondido nas fortalezas de Metz e de Estrasburgo, que servirá, provavelmente, muito mais ao armamento da invasão prussiana que àquele da defesa nacional. Esta última, em todos os pontos da França, carece hoje em dia de canhões, de munições, de fuzis, e o que é pior, carece de dinheiro para comprar. Não que o dinheiro falte à burguesia da França: ao contrário, graças a leis protetoras que lhe permitiram explorar largamente o trabalho do proletariado, seus bolsos estão cheios. Mas o dinheiro dos burgueses não é patriota, e ele prefere ostensivamente, hoje, a emigração, ou até as requisições forçadas dos prussianos, ao perigo de ser chamado a contribuir com a salvação da pátria aflita. Enfim, eu diria que a França não tem mais administração. A que ainda existe e que o governo da Defesa Nacional teve a fraqueza de manter, é uma máquina bonapartista, criada para o uso particular dos bandidos do Dois de Dezembro, e como eu disse em outro lugar, capaz somente, não de organizar, mas de trair a França até o fim e entregá-la aos prussianos.

Privada de tudo o que constitui a potência dos Estados, a França não é mais um Estado. É um imenso país, rico, inteligente, cheio de recursos e de forças naturais, mas completamente desorganizado e condenado, em meio a essa desorganização assustadora, a se defender contra a invasão mais mortífera que acometeu uma nação. O que pode esta nação opor aos prussianos? Nada, a não ser a organização de um imenso levante popular, a Revolução.

Aqui, eu ouço todos os partidários da ordem pública a qualquer preço⁶, os doutrinários, os advogados, todos esses perfeitos exploradores⁷ do republicanismo burguês, e até mesmo bom número dos auto-declarados representantes do povo, como seu cidadão Brialon, por exemplo, trânsfugas⁸ da causa popular, que são empurrados hoje para o campo dos burgueses por uma ambição miserável, nascida ontem; eu os ouço gritar:

“A Revolução! Nem pense nisso, seria o cúmulo da desgraça para a França! Seria uma dilaceração interior, a guerra civil, na presença de um inimigo que nos esmaga, nos oprime! A confiança mais absoluta no governo da Defesa Nacional; a obediência mais perfeita frente aos funcionários públicos militares e civis, aos quais foi delegado o poder; a união mais íntima entre os cidadãos das opiniões políticas, religiosas e sociais mais diferentes, entre todas as classes e todos os partidos: eis os únicos meios para salvar a França”.

A confiança produz a união e a união cria a força, eis aí, sem dúvida, verdades que ninguém tentará negar. Mas para que sejam verdades, precisa-se de duas coisas: precisa-se que a confiança não seja uma tolice, e que a união, igualmente sincera de todos os lados, não seja uma ilusão, uma mentira, ou uma exploração hipócrita de um partido por um outro. Todos os partidos precisam unir-se, esquecendo totalmente – não para sempre, sem dúvida, mas por todo o tempo que deva durar esta união – seus interesses particulares e necessariamente opostos; que estes interesses e esses objetivos que nos tempos corriqueiros os dividem, os deixem absorver igualmente na perseguição do bem comum. De outra maneira, o que acontecerá? O partido sincero vai se tornar vítima do engodo daquele que for menos, ou nem um pouco sincero, e se verá sacrificado, não ao triunfo da causa comum, mas ao detrimento desta causa e em benefício exclusivo do partido que explorar hipocritamente esta união.

6 “Quand même”, “de toda forma”, “apesar de tudo”, ou seja, refere-se aos partidários incondicionais da “ordem pública”.

7 No original, figurava “en gants jaunes”, expressão que equivale a “como manda o figurino”, dando um tom mais irônico à frase.

8 Trânsfuga: “soldado ou militar que, em tempo de guerra, deserta das fileiras de seu país e passa a servir no exército inimigo; desertor” (Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa). No original, “transfuge”.

Para que a união seja real e possível, não é preciso, pelo menos, que o objetivo em torno do qual os partidos se devem unir seja o mesmo? Acontece isto hoje em dia? Pode-se dizer que a burguesia e o proletariado querem absolutamente a mesma coisa? De jeito nenhum.

Os operários da França querem a salvação da França a qualquer preço, mesmo que seja preciso, para salvá-la, explodir todas as casas, destruir e incendiar todas as cidades, arruinar tudo o que é caro ao coração dos burgueses: propriedades, capitais, indústrias e comércio, resumindo: converter o país em uma imensa tumba para enterrar os prussianos. Eles querem a guerra até a vitória total, a guerra bárbara, de faca, se for preciso. Não tendo nenhum bem material para sacrificar, eles dão sua vida. Muitos deles, e precisamente a maior parte daqueles que são membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, têm plena consciência da alta missão que incumbe, hoje, ao proletariado da França. Eles sabem que, se a França sucumbir, a causa da humanidade na Europa estará perdida por, pelo menos, meio século. Eles sabem que são responsáveis pela salvação da França, não só frente à França, mas frente ao mundo inteiro. Estas idéias, sem dúvida, só são divulgadas nos meios operários mais avançados, mas os operários da França, sem nenhuma distinção, entendem instintivamente que o avassalamento de seu país sob o jugo dos prussianos seria a morte para suas esperanças de futuro; e eles estão mais determinados a morrer do que a legar aos seus filhos uma existência de miseráveis escravos. Eles querem, pois, a salvação da França a qualquer preço, e incondicionalmente.

A burguesia, ou, pelo menos, a imensa maioria dessa classe respeitável, quer totalmente o contrário. O que lhe importa, acima de tudo, é a conservação a qualquer preço de suas casas, de suas propriedades e de seus capitais; não é tanto a integridade do território nacional quanto a integridade de seus bolsos, preenchidos pelo trabalho do proletariado por ela explorado sob a proteção das leis nacionais. Em seu foro interior, e sem ousar admiti-lo em público, ela quer, pois, a paz a qualquer preço, mesmo que fosse preciso comprá-la pelo rebaixamento, pela decadência e pelo avassalamento da França.

Mas, se a burguesia e o proletariado da França perseguem objetivos não somente diferentes, mas absolutamente opostos, que milagre faria uma união real e sincera estabelecer-se entre eles? Está claro que esta conciliação tão louvada, tão apregoada, nada será além de uma mentira. É a mentira que matou a França; espera-se que lhe devolva a vida? Por mais que se condene a divisão, ela não deixará de existir de fato, e já que ela existe, já que ela deve existir pela própria força das coisas, seria pueril, digo mais, seria funesto, do ponto de vista da salvação da França, ignorar, negar, não confessar altamente sua existência. E, já que a salvação da França chama-os à união, esqueçam, sacrifiquem todos os seus interesses, todas as suas ambições e todas as suas divisões pessoais; esqueçam e sacrifiquem o quanto for possível as diferenças de partido... Mas em nome desta mesma salvação, cuidado com qualquer ilusão, pois, na situação presente, as ilusões são mortais. Procurem a união só com aqueles que, de maneira tão séria e apaixonada quanto vocês próprios, querem salvar a França a qualquer preço.

Quando vamos ao encontro de um imenso perigo, não é melhor caminhar com poucos, com plena certeza de não sermos abandonados no momento da luta, do que arrastar conosco uma multidão de falsos aliados que vão nos trair no primeiro campo de batalha?

A disciplina e a confiança são como a união: são coisas excelentes quando bem situadas, e funestas quando dirigidas a quem não as merece. Sendo amante apaixonado da liberdade, confesso que desconfio muito daqueles que sempre estão falando em disciplina. É excessivamente perigoso, principalmente na França, onde disciplina em geral significa, por um lado, despotismo, e por outro, automatismo. Na França, o culto místico da autoridade, o amor pelo comando e o costume de ser comandado sem resistência, destruíram, na sociedade, assim como na grande maioria dos indivíduos, todo sentimento de liberdade, toda fé na ordem espontânea e viva que somente a liberdade pode criar. Se lhes falar sobre a liberdade, eles protestarão contra a anarquia; pois lhes parece que, a partir do momento em que essa disciplina, sempre opressiva e violenta, do Estado, parar de agir, toda a sociedade se despedaçaria e derrocaria. Aí jaz o segredo da surpreendente escravidão que a sociedade francesa agüenta desde que ela fez sua grande revolução. Robespierre e os Jacobinos lhe legaram o culto da disciplina do Estado. Este culto, vocês vão achá-lo por inteiro em todos os seus republicanos burgueses, oficiais e oficiosos, e é ele que leva, hoje, a França à perdição. Ele a leva à perdição ao paralisar a única fonte e o único meio de libertação que lhe sobrou, o desenvolvimento livre das forças populares, ao fazê-lo procurar sua salvação na autoridade e na ação ilusória de um Estado, que não apresenta hoje mais que uma vaga pretensão despótica, acompanhada de uma impotência absoluta.

Apesar de ser inimigo daquilo que se chama, na França, de disciplina, eu reconheço que certa disciplina, não automática, mas voluntária e deliberada, e de perfeito acordo com a liberdade dos indivíduos, continua necessária e sempre o será, todas as vezes que muitos indivíduos, unidos livremente, empreenderem um trabalho ou uma ação coletiva qualquer. Esta disciplina, então, não é nada além da concordância voluntária e deliberada de todos os esforços individuais em direção a um objetivo comum. No momento da ação, no meio da luta, os papéis se dividem mutuamente, segundo as aptidões de cada um, apreciadas e julgadas pela coletividade inteira: uns dirigem e comandam e outros executam os comandos. Mas nenhuma função se petrifica, se fixa e fica irrevogavelmente ligada a nenhuma pessoa. A ordem e a progressão hierárquicas não existem, de maneira que o comandante de ontem pode virar servidor hoje. Ninguém se eleva acima dos outros, e, se se eleva, é para cair novamente depois de um instante, como as ondas do mar, voltando ao nível salutar da igualdade.

Neste sistema, não há mais poder propriamente dito. O poder se funde na coletividade, e transforma-se na expressão sincera da liberdade de cada um, a realização fiel e sincera da vontade de todos; cada um só obedece porque o chefe do dia só lhe prescreve aquilo que ele mesmo quer.

Eis aí a disciplina verdadeiramente humana, a disciplina necessária à organização da liberdade. Tal não é a disciplina louvada por seus republicanos, homens de Estado. Eles querem a velha disciplina francesa, automática, rotineira e cega. O chefe, não eleito livremente e somente por um dia, mas imposto pelo Estado por muito tempo, senão para sempre, manda, e é preciso obedecer. A salvação da França, eles lhes dizem, e até a liberdade da França, só existe a tal preço. A obediência passiva, baseada em todos os despotismos, será então, também, a pedra angular sobre a qual vocês fundarão sua república.

Mas se meu chefe me manda virar os exércitos contra esta república, ou entregar a França aos prussianos, devo obedecer, sim ou não? Se eu obedecer, eu traio a França; se eu desobedecer violo, quebro esta disciplina que vocês querem me impor como único meio de salvação para a França. E não diga que este dilema, ao qual eu lhe rogo que responda, é um falso dilema. Não, ele é de uma atualidade palpitante, pois é nele que estão seus soldados neste momento. Quem não sabe que seus chefes, seus generais e a imensa maioria de seus oficiais superiores são devotados de corpo e alma ao regime imperial? Quem não vê que eles conspiram abertamente e em todo lugar contra a República? O que devem fazer os soldados? Se eles obedecerem, trairão a França; se desobedecerem, destruirão o que resta a vocês de tropas regularmente organizadas.

Para os republicanos, partidários do Estado, da ordem pública e da disciplina a qualquer preço, este dilema é insolúvel. Para nossos revolucionários socialistas, ele não oferece dificuldade nenhuma. Eles devem desobedecer, eles devem se revoltar, eles devem quebrar esta disciplina e destruir a organização atual das tropas regulares; eles devem, em nome da salvação da França, destruir este fantasma deste Estado, impotente para o bem, potente para o mal; porque a salvação da França só pode vir da única potência real que resta à França, a Revolução.

E agora, que dizer desta confiança que lhes recomendam hoje como a mais sublime virtude dos republicanos! Outrora, quando se era republicano de verdade, recomendava-se, para a democracia, a desconfiança. Além disso, não era nem preciso aconselhá-la; a democracia é desconfiada por posição, por natureza e também pela experiência histórica; pois, desde sempre, ela foi vítima e trouxe para todos os ambiciosos, para todos os intrigantes, classes e indivíduos que, sob pretexto de dirigi-la e levá-la a um bom destino, a exploraram e enganaram estranhamente. Ela não fez nada, até agora, além de servir de trampolim.

Agora, os senhores republicanos do jornalismo burguês aconselham-lhe a confiança. Mas em quem e em quê? Quem são eles para ousar recomendá-la, e o que fizeram para merecê-la? Eles escreveram discursos vazios, de um republicanismo muito pálido, todas impregnadas de um espírito estreitamente burguês, e só. E quantos bons aspirantezinhos a Olliviers não há entre eles? O que há em comum entre eles, os defensores interessados e servis da classe detentora, exploradora, e o proletariado? Compartilharam alguma vez os sofrimentos deste mundo operário ao qual eles ousam, desdenhosamente, dirigir suas reprimendas e seus conselhos; simpatizaram, pelo menos, com estes? Defenderam alguma vez os interesses e os direitos dos trabalhadores contra a exploração burguesa? Muito pelo contrário, pois todas as vezes que a grande questão do século, a questão econômica, foi colocada, eles se fizeram os apóstolos daquela doutrina burguesa que condena o proletariado à eterna miséria e à eterna escravidão, em proveito da liberdade e da prosperidade material de uma minoria privilegiada.

Eis aí a gente que se acha autorizada a recomendar ao povo a confiança. Mas, vamos ver quem mereceu e quem merece, hoje em dia, esta confiança?

Seria a burguesia? Mas, mesmo sem falar do furor reacionário que esta classe mostrou em junho de 1848, e da covardia complacente e servil de que fez prova durante vinte anos seguidos, tanto sob a presidência quanto sob o império de Napoleão III; sem falar da exploração impiedosa que passa para seus bolsos todo o produto do trabalho popular, deixando não mais

que o estritamente necessário aos infelizes assalariados; sem falar da avidez insaciável e desta atroz e iníqua cobiça, que, fundando a prosperidade da classe burguesa sobre a miséria e sobre a escravidão econômica do proletariado, fazem dela a inimiga irreconciliável do povo; vejamos: quais podem ser os direitos atuais desta burguesia sobre a confiança do povo?

Acaso as infelicidades da França a transformaram de repente? Será que ela se tornou francamente patriota, republicana, democrata, popular e revolucionária? Por acaso mostrou a disposição de levantar-se em massa e de dar sua vida e sua bolsa pela salvação da França? Arrependeu-se de suas covardes iniquidades, de suas infames traições de ontem e de anteontem, e jogou-se com franqueza nos braços do povo, cheia de confiança nele? Colocou-se ela, de coração, à frente do povo, para salvar o país?

Meu amigo, basta fazer estas perguntas para que todo mundo, vendo o que acontece hoje, seja forçado a responder negativamente. Infelizmente, a burguesia não se transformou, nem melhorou, nem se arrependeu. Tanto hoje como ontem, e até mais do que ontem, traída pela luz denunciadora que os eventos jogam sobre os homens, assim como sobre as coisas, ela se mostra dura, egoísta, cúpida, estreita, burra, ao mesmo tempo brutal e servil, feroz quando ela acha que pode sê-lo sem muito perigo, como nos nefastos dias de Junho, sempre prosternada frente à autoridade e à força pública, de quem ela espera sua salvação, e inimiga do povo sempre e incondicionalmente.

A burguesia odeia o povo justamente por causa de todo esse mal que ela lhe fez; ela o odeia porque vê na miséria, na ignorância e na escravidão desse povo sua própria condenação, porque sabe que mereceu muito o ódio popular, e porque se sente ameaçada em toda a sua existência por esse ódio que, dia a dia, se torna mais intenso e mais irritado. Ela odeia o povo porque ele lhe dá medo; ela o odeia duplamente hoje, porque, sendo o único patriota sincero, acordado de seu torpor pela infelicidade desta França, que não foi, aliás, assim como as outras pátrias do mundo, mais que uma madrasta para ele, o povo ousou levantar-se; ele se reconhece, se conta, se organiza, começa a falar alto, canta a Marselhesa nas ruas, e pelo barulho que faz, pelas ameaças que já profere contra os traidores da França, atrapalha a ordem pública, a consciência e a quietude dos senhores burgueses.

A confiança só se ganha através da confiança. A burguesia mostrou a menor confiança no povo? Longe disso. Tudo o que fez, tudo o que faz, prova, ao contrário, que sua desconfiança nele ultrapassou todos os limites. Isto é a um ponto que, num momento onde o interesse, a salvação da França exige, evidentemente, que todo mundo esteja armado, ela não quis lhes dar armas. O povo tendo ameaçado tomá-las à força, ela teve que ceder. Mas, depois de lhe entregar os fuzis, ela fez todos os esforços possíveis para que não lhe fossem dadas munições. Ela teve que ceder mais uma vez; e agora que o povo está armado, ele só ficou mais perigoso e detestável aos olhos da burguesia.

Por ódio e por receio do povo, a burguesia não quis e não quer a república. Não esqueçamos nunca, caro amigo: em Marselha, em Lyon, em Paris, em todas as grandes cidades da França, não foi a burguesia, foi o povo, foram os operários que proclamaram a república, e, em Paris, não foram nem os pouco ferventes republicanos irreconciliáveis do Corpo Legislativo - hoje, quase todos, membros do governo da Defesa Nacional -, foram os operários de la Villette

e de Belleville que a proclamaram contra o desejo e a intenção claramente exprimidos destes singulares republicanos da véspera. O espectro vermelho, a bandeira do socialismo revolucionário, o crime cometido pelos senhores burgueses em junho, lhes fizeram perder o gosto pela república. Não esqueçamos que, no 4 de setembro, os operários de Belleville, tendo encontrado o senhor Gambetta e tendo-o saudado com o grito de “Viva a República”, ele lhe respondeu por estas palavras: “Viva a França! *Digo eu.*”

O senhor Gambetta, como todos os outros, não queria a república. Ele queria ainda menos a revolução. Sabemos isto, aliás, por todos os discursos que ele pronunciou desde que seu nome chamou a atenção do público para si. O senhor Gambetta não tem problema em se dizer um homem de estado, *um republicano comportado, moderado, conservador, racional e positivista*(1); já a revolução lhe provoca horror. Ele não tem problema em governar o povo, mas não aceita ser dirigido voluntariamente por ele. Desta forma, todos os esforços do senhor Gambetta e de seus colegas da esquerda radical do Corpo Legislativo, só tenderam, em 3 e 4 de setembro, para um único objetivo: o de evitar, a toda força, a instalação de um governo originado de uma revolução popular. Na noite de 3 a 4 de setembro, eles tiveram um trabalho inaudito para fazer com que a direita bonapartista e o ministério Palikao aceitassem o projeto do senhor Jules Favre, apresentado na véspera e assinado por toda a esquerda radical; projeto que não pedia nada além da instituição de uma *comissão governamental*, nomeada pelo Corpo Legislativo, consentindo, até, que os bonapartistas nele estivessem em maioria, e não colocando outra condição a não ser a entrada, nesta comissão, de alguns membros da esquerda radical.

Todas estas maquinações foram quebradas pelo movimento popular que explodiu na noite de 4 de setembro. Mas, no meio do levante dos operários de Paris, tendo o povo invadido as tribunas e a sala do Corpo Legislativo, o senhor Gambetta, fiel a seu pensamento, sistematicamente anti-revolucionário, recomenda, ainda, ao povo, que se mantenha em silêncio e que respeite a *liberdade dos debates(!)*, para que não se possa dizer que o governo que deveria sair do voto do Corpo Legislativo, tenha sido constituído sob a pressão violenta do povo.

Como um verdadeiro advogado, partidário da ficção legal a qualquer custo, o senhor Gambetta pensou, sem dúvida, que um governo que fosse nomeado por este Corpo Legislativo saído da fraude imperial, e que contém em seu seio as infâmias mais notórias da França, seria mil vezes mais imponente e mais respeitável que um governo aclamado pelo desespero e pela indignação de um povo traído. Esse amor à mentira constitucional tinha cegado tanto o senhor Gambetta que ele não entendeu, com toda sua inteligência, que ninguém iria poder nem querer acreditar na liberdade de um voto emitido em tais circunstâncias. Felizmente, a maioria bonapartista, amedrontada pelas manifestações cada vez mais ameaçadoras da ira e do desprezo populares, fugiu; e o senhor Gambetta, ficando sozinho com seus colegas da esquerda radical na sala do Corpo Legislativo, viu-se forçado a renunciar, sem dúvida de muita má-vontade, aos seus sonhos de poder legal, e a agüentar que o povo depositasse nas mãos desta esquerda o poder revolucionário. Eu direi, daqui a pouco, que uso miserável ele e seus colegas fizeram, durante as quatro semanas que se passaram desde 4 de setembro, deste poder que a eles tinha sido confiado

pelo povo de Paris para que eles provocassem, em toda a França, uma revolução salutar, e que eles só usaram, até agora, ao contrário, para paralisá-la por todos os cantos.

Sob esta relação, o senhor Gambetta e todos os seus colegas não foram nada além da expressão muito justa dos sentimentos e do pensamento dominante da burguesia. Reúna todos os burgueses da França e pergunte-lhes o que eles preferem: a libertação de sua pátria por uma revolução social – e não pode haver outra revolução, hoje, a não ser a revolução social – ou o seu avassalamento sob o jugo dos prussianos? Se eles ousarem ser sinceros, por menos que estejam em posição de dizer seu pensamento sem perigo, nove décimos, digo, noventa e nove centésimos, ou até mesmo novecentos e noventa e nove milésimos responderiam, sem hesitar, que preferem o avassalamento à revolução. Pergunte-lhes ainda, supondo que o sacrifício de uma parte considerável de suas propriedades, de seus bens, de sua fortuna mobiliária e imobiliária, se torne necessário para a salvação da França, se eles se sentem dispostos a fazer este sacrifício? E se, para usar a figura de retórica do senhor Jules Favre, eles estão realmente decididos a deixar-se enterrar nos escombros de suas cidades e de suas casas, ao invés de as entregar aos prussianos? Eles lhe responderão, unanimemente, que preferem comprá-las de volta dos prussianos. Você acredita que, se os burgueses de Paris não se encontrassem sob os olhos e sob os braços sempre ameaçadores dos operários de Paris, Paris teria oposto uma resistência tão gloriosa aos prussianos?

Acaso estou caluniando os burgueses? Caro amigo, você bem sabe que não. Além disso, existe agora, às vistas de todos, uma prova irrefutável da verdade, da justiça de todas as minhas acusações contra a burguesia. A má vontade e a indiferença da burguesia não se manifestam pouco na questão do dinheiro. Todo mundo sabe que as finanças do país estão arruinadas; que não há um centavo nas caixas deste governo da Defesa Nacional, que os senhores burgueses parecem sustentar, agora, com um zelo tão ardente e tão interessado... Todo o mundo entende que este governo não as pode encher pelos meios ordinários dos empréstimos e impostos. Um governo irregular não pode encontrar crédito; quanto ao rendimento do imposto, ele tornou-se nulo. Uma parte da França, que compreende as províncias mais industriais, mais ricas, está ocupada pelos prussianos, e sendo regularmente pilhada por estes. Em todos os outros lugares, o comércio, a indústria, todas as transações de negócios pararam. As contribuições indiretas não dão mais nada, ou quase nada. As contribuições diretas se pagam com uma imensa dificuldade e com uma lentidão desesperadora. E isso num momento em que a França precisaria de todos os seus recursos e de todo o seu crédito para bancar as despesas extraordinárias, excessivas, gigantescas da defesa nacional. Mesmo as pessoas menos acostumadas com os negócios devem entender que se a França não achar dinheiro, muito dinheiro, imediatamente, será impossível para ela continuar sua defesa contra a invasão dos prussianos.

Ninguém deveria compreender isto melhor que a burguesia, ela que passou toda sua vida no manejo dos negócios, e que não reconhece outra potência afora a do dinheiro. Ela deveria entender também que, não mais podendo a França obter, pelos meios regulares do Estado, todo o dinheiro que é necessário à sua salvação, ela é forçada, ela tem o direito e o dever de tomá-lo

de onde ele se encontra. E onde ele se encontra? Certamente, não é nos bolsos deste miserável proletariado ao qual a cupidez burguesa mal deixa o suficiente para se alimentar; é, então, única e exclusivamente, dos cofres dos senhores burgueses. Somente eles detêm o dinheiro necessário para a salvação da França. Por acaso ofereceram espontaneamente, de forma livre, pelo menos uma pequena parte?

Voltarei, caro amigo, a esta questão de dinheiro, que é a questão principal quando se trata de medir a sinceridade dos sentimentos, dos princípios e do patriotismo burguês. Regra geral: quer reconhecer de uma maneira infalível se o burguês quer seriamente esta ou aquela coisa? Pergunte se, para obtê-la, ele sacrificou dinheiro. Porque, tenha certeza, quando os burgueses querem alguma coisa com paixão, eles não recuam frente a nenhum sacrifício de dinheiro. Eles não gastaram somas imensas para matar, para sufocar a república em 1848? E, mais tarde, não votaram com paixão todos os impostos e todos os empréstimos que Napoleão III lhes pediu, e não acharam, em seus cofres, somas fabulosas para subscrever a todos estes empréstimos? Enfim, proponha-lhes, mostre-lhes o meio de restabelecer na França uma boa monarquia, bem reacionária, bem forte, e que lhes dê, junto com esta cara ordem pública e a tranqüilidade nas ruas, a dominação econômica, o precioso privilégio de explorar sem piedade nem vergonha, legal e sistematicamente, a miséria do proletariado, e você verá se eles serão avarentos!

Só lhes prometa que, uma vez os prussianos varridos do território da França, vai-se restabelecer esta monarquia, com Henrique V, com um duque de Orléans, ou até com um descendente do infame Bonaparte, e esteja persuadido de que os cofres deles vão se abrir na mesma hora, e que eles acharão todos os meios necessários à expulsão dos prussianos. Mas está-lhes sendo prometida a república, o reino da democracia, a soberania do povo, a emancipação da ralé, e eles não querem nem a república de vocês, nem esta emancipação, de forma alguma, e eles lhes provam isto mantendo seus cofres fechados, não sacrificando um centavo.

Você sabe melhor que eu, caro amigo, qual foi a sorte deste infeliz empréstimo aberto para a organização da defesa de Lyon, para a municipalidade desta cidade. Quantos subscritores vieram? Tão poucos que até aqueles que louvam o patriotismo burguês mostraram-se humilhados, desolados e desesperados.

E recomenda-se ao povo que tenha confiança nesta burguesia! Esta confiança, ela tem o topete, o cinismo, de pedi-la, quer dizer, de exige-la ela mesma. Ela pretende governar e administrar sozinha esta república que ela amaldiçoa do fundo do coração. Em nome da república, ela se esforça em restabelecer e reforçar sua autoridade e sua dominação exclusiva, abalada por um momento. Ela apoderou-se de todas as funções, ela preencheu todos os lugares, só deixando algumas para alguns operários trânsfugas que ficam muito felizes de se sentarem entre os senhores burgueses. E que uso fazem do poder do qual se apossaram assim? Pode-se julgá-lo ao considerar os atos de sua municipalidade.

Mas a municipalidade, dirão, você não pode atacar; pois, nomeada depois da revolução, pela eleição direta do próprio povo, ela é o produto do sufrágio universal. Sendo assim, ela deve ser sagrada para ele.

Confesso-lhe sinceramente, caro amigo, que não compartilho de forma alguma a devoção supersticiosa de seus burgueses radicais ou de seus republicanos burgueses pelo sufrágio universal. Em outra carta eu vou lhe expor as razões que não me permitem exaltar-me por ele. Será suficiente colocar aqui, em princípio, uma verdade que me parece incontestável e que não será difícil, para mim, provar mais tarde, tanto pelo raciocínio quanto por um grande número de fatos pegos da vida política de todos os países que gozam, a esta hora, de instituições democráticas e republicanas, a saber: *que o sufrágio universal, enquanto for exercido numa sociedade onde o povo, a massa dos trabalhadores, for economicamente dominada por uma minoria detentora da propriedade do capital, por mais independente ou livre que for, ou melhor, que pareça na configuração política, nunca poderá produzir nada além de eleições ilusórias, anti-democráticas e absolutamente opostas às necessidades, aos instintos e à vontade real das populações.*

Todas as eleições que, desde o golpe de Estado, foram feitas diretamente pelo povo da França, não foram diametralmente opostas aos interesses deste povo, e a última votação, no plebiscito imperial, não deu sete milhões de “SIM” ao imperador? Dirão, sem dúvida, que o sufrágio universal nunca foi livremente exercido no império, a liberdade da imprensa, a de associação e das reuniões, condições essenciais da liberdade política, tendo sido proscritas, e o povo tendo sido entregue sem defesa à ação corruptora de uma imprensa comprada e de uma administração infame. Certo, mas as eleições de 1848 para a constituinte e para a presidência, e as de maio de 1849 para a Assembléia Legislativa, foram absolutamente livres, eu acho. Elas fizeram-se fora de qualquer pressão ou mesmo intervenção oficial, em todas as condições da mais absoluta liberdade. Entretanto, o que produziram? Nada além de reação.

“Um dos primeiros atos do governo provisório”, disse Proudhon (2), “aquele pelo qual ele mais se aplaudiu, é a aplicação do sufrágio universal. No mesmo dia em que o decreto foi promulgado, escrevíamos estas próprias palavras, que poderiam então passar por um paradoxo: ‘O sufrágio universal é a contra-revolução’. Pode-se julgar, a partir do evento, se nós nos enganamos. As eleições de 1848 foram feitas, em imensa maioria, pelos padres, os legitimistas, pelos dinásticos, por tudo aquilo que a França encerra de mais reacionário, de mais retrógrado. Não podia ser de outra forma”.

Não, não podia ser, e ainda hoje não poderá ser, enquanto a desigualdade das condições econômicas e sociais da vida continuar a prevalecer na organização da sociedade; enquanto a sociedade continuar dividida entre duas classes, das quais uma, a classe exploradora e privilegiada, goza de todas as vantagens da fortuna, da instrução e do lazer, e a outra, compreendendo toda a massa do proletariado, só ganha a parcela⁹ do trabalho manual, fastidioso e forçado, a ignorância, a miséria e seu acompanhamento obrigatório, a escravidão, não de direito, mas de fato.

9 O quinhão, a parte de um todo dividido entre dois entes.

Sim, a escravidão, pois, por mais largos que sejam os direitos políticos que você conceder a estes milhões de proletários assalariados, verdadeiros condenados da fome¹⁰, você nunca conseguirá subtraí-los da influência perniciosa, da dominação natural dos diversos representantes da classe privilegiada, começando pelo padre, indo até o republicano burguês mais jacobino, mais vermelho; representantes que, por mais divididos que pareçam ou que sejam de fato, entre eles, nas questões políticas, não são menos unidos num interesse comum e supremo: aquele da exploração da miséria, da ignorância, da inexperiência política e da boa-fé do proletariado, em proveito da dominação econômica da classe possuidora.

Como o proletariado dos campos e das cidades poderá resistir às intrigas da política clerical, nobiliária e burguesa? Ele só tem uma arma para se defender, seu instinto que tende quase sempre ao verdadeiro e ao justo, porque ele próprio é a principal, senão a única vítima da iniquidade e de todas as mentiras que reinam na sociedade atual, e porque, oprimido pelo privilégio, ele reclama, naturalmente, a igualdade para todos.

Mas o instinto não é uma arma suficiente para proteger o proletariado contra as maquinações reacionárias das classes privilegiadas. O instinto abandonado a si próprio, enquanto não é transformado, ainda, em consciência refletida, em um pensamento claramente determinado, deixa-se, facilmente, desorientar, falsear e enganar. Mas é impossível, para ele, elevar-se a esta consciência de si próprio, sem a ajuda da instrução, da ciência; e a ciência, o conhecimento dos negócios e dos homens, a experiência política, faltam completamente ao proletariado. A consequência é fácil de tirar: o povo quer uma coisa; homens hábeis, aproveitando de sua ignorância, o fazem fazer outra, sem que ele ao menos duvide que está fazendo o contrário do que quer, e quando ele percebe, no final, é geralmente tarde demais para consertar o mal que ele fez e, naturalmente, necessariamente e sempre, ele é a primeira e principal vítima.

É assim que os padres, os nobres, os grandes proprietários e toda esta administração bonapartista que, graças à tolice criminosa do governo que se intitula governo da Defesa Nacional (3), pode continuar tranquilamente, hoje, sua propaganda imperialista nos campos; é assim que todos estes fomentadores da franca reação, aproveitando da ignorância crassa do camponês da França, procuram levantá-lo contra a República, em favor dos prussianos. E eles conseguem muito bem, infelizmente! Pois não vemos comunas não só abrindo suas portas aos prussianos, mas também denunciando e escorraçando os batalhões livres que vêm libertá-las?

Os camponeses da França teriam deixado de ser franceses? De jeito nenhum. Acho, inclusive, que em nenhum lugar, o patriotismo, tomado no sentido mais estreito e mais exclusivo da palavra, conservou-se tão potente e tão sincero quanto entre eles; pois eles têm mais que todas as outras partes da população este apego ao solo, este culto da terra, que constitui a base essencial do patriotismo. Como é então que eles não querem ou que eles hesitam ainda a se levantar para defender esta terra contra os prussianos? Ah! É porque eles foram enganados, e

10 A expressão em francês “forçats de la faim” [condenados da fome] corresponde ao segundo verso da primeira estrofe do hino da Internacional, no lugar de “famélicos da terra”, em sua versão em língua portuguesa.

continuam a enganá-los. Por uma propaganda maquiavélica, começada em 1848 pelos legitimistas e pelos orleanistas, em concerto com os republicanos moderados, como o senhor Jules Favre e cia., depois continuada, com muito sucesso, pela imprensa e pela administração bonapartista, conseguiram persuadi-los de que os operários socialistas, os *partageux*¹¹ não pensam em nada menos do que lhes confiscar as terras; de que só o imperador quis e pode defendê-los contra esta espoliação, e que, para se vingar, os revolucionários socialistas entregaram-no, junto com seus exércitos, aos prussianos; mas que o rei da Prússia acaba de se reconciliar com o Imperador e que ele vai trazê-lo de volta, vitorioso, para restabelecer a ordem na França.

É muito bobo, mas é assim. Em muitas, digo, na maioria das províncias francesas, o camponês acredita muito sinceramente em tudo isto. E é a única razão de sua inércia e de sua hostilidade contra a república. É uma grande tristeza, pois é claro que se o campo fica inerte, se os camponeses da França, unidos aos operários das cidades, não se levantam em massa para escorraçar os prussianos, a França está perdida. Por maior que seja o heroísmo que as cidades venham a empregar – e é preciso que empreguem muito – as cidades, separadas pelos campos, serão isoladas como oásis no deserto. Elas deverão, necessariamente, sucumbir.

Se há algo que me prova a profunda inépcia deste singular governo da Defesa Nacional, é que, desde o primeiro dia de sua chegada ao poder, não tenha tomado, imediatamente, todas as medidas necessárias para esclarecer o campo sobre o estado atual das coisas, e para provocar, para suscitar em todo lugar o levante armado dos camponeses. Era tão difícil assim entender esta coisa tão simples, tão evidente para todo mundo, que do levante em massa dos camponeses, unido àquele do povo das cidades, dependeu e depende ainda a salvação da França? Mas o governo de Paris e de Tours fez, até o momento, um passo sequer? Tomou uma só medida para provocar este levante dos camponeses? Não fez nada para apoiá-los, mas, ao contrário, fez tudo para tornar este levante impossível. Esta é a sua loucura e o seu crime; uma loucura e um crime que podem matar a França.

Ele tornou o levante do campo impossível, mantendo em todas as comunidades da França a administração municipal do império: estes mesmos prefeitos¹², juizes de paz, guardas

11 Em francês, “partageux” é uma palavra que figura no dicionário Robert como antiga. Refere-se pejorativamente aos “partidários da partilha dos bens” (além de “comunistas” e “socialistas”). Seria possível traduzi-la usando um neologismo como “compartilheiros”, “divideiros”, etc.

12 “maires”, e não “préfets”. Cf. nota 4.

rurais¹³, sem esquecer os senhores padres, que só foram triados, escolhidos, instituídos e protegidos pelos senhores prefeitos e sub-prefeitos, assim como pelos bispos imperiais, para um único objetivo: o de servir, contra todos e contra tudo, contra os interesses da própria França, os interesses da dinastia; estes mesmos funcionários que fizeram todas as eleições do império, inclusive o último plebiscito, e que, no último mês de agosto, sob a direção do senhor Chevreau, ministro do Interior no governo Palikao, tinham suscitado, contra os liberais e os democratas de todas as cores, em prol de Napoleão III, na mesma hora em que este miserável entregava a França aos prussianos, uma cruzada sangrenta, uma propaganda atroz, espalhando em todas as cidades e vilas esta calúnia tão ridícula quanto odiosa, de que os republicanos, após terem empurrado o imperador para esta guerra, aliaram-se agora, contra ele, com os soldados da Alemanha.

Tais são os homens que a mansidão, ou a tolice, igualmente criminosa, do governo da Defesa Nacional, deixaram até hoje, no comando de todas as comunidades rurais da França. Estes homens, tão comprometidos que qualquer recuperação se tornou, para eles, impossível, poderão desembaraçar-se agora, e, mudando de repente de direção, de opinião, de discurso, poderão agir como apoiadores sinceros da república e da salvação da França? Mas os camponeses ririam de suas caras! Eles estão, pois, forçados a falar e agir, hoje, da mesma forma que ontem; forçados a defender, no discurso e na prática, a causa do imperador contra a república, da dinastia contra a França; e dos prussianos, hoje aliados do imperador e de sua dinastia, contra a defesa nacional. Eis o que explica por que as comunidades, longe de resistir aos prussianos, lhes abrem suas portas.

Volto a repetir, é uma grande vergonha, uma grande desgraça e um imenso perigo para a França, e toda a culpa cai sobre o governo da Defesa Nacional. Se as coisas continuarem a caminhar assim, se não mudarmos as disposições do campo o mais rápido possível, se não levantarmos os camponeses contra os prussianos, a França está irrevogavelmente perdida.

Mas como levantá-los? Tratei amplamente desta questão numa outra brochura (4). Direi apenas poucas palavras aqui. A primeira condição, sem dúvida, é a revogação imediata e em massa de todos funcionários municipais atuais, pois enquanto estes bonapartistas se mantiverem onde estão, nada poderá ser feito. Mas esta revogação será apenas uma medida negativa. É absolutamente necessária, mas não é suficiente. Sobre o camponês, cuja natureza é a mais realista e desafiadora que há, só se pode agir de maneira eficaz por meios positivos. Basta dizer que os decretos e as proclamações, mesmo que fossem assinados por todos os membros - aliás, desconhecidos para ele - do governo da Defesa Nacional, assim como os artigos de jornal, não tem efeito nenhum sobre ele. O camponês não lê. Nem sua imaginação nem seu coração estão abertos às ideias, quando estas aparecem sob uma forma literária ou abstrata. Para atingi-lo, as ideias devem manifestar-se para ele através da palavra viva de homens vivos, e pela potência dos fatos. Então ele ouve, entende, e acaba se deixando convencer.

13 “Gardes-champêtres”: “agente da força pública preposto à guarda das propriedades rurais, num município” (tradução livre do dicionário Robert)

Será preciso enviar para o campo propagadores, apóstolos da república? O meio não seria mau, só que representa uma dificuldade e dois perigos. A dificuldade consiste no fato de que o governo da Defesa Nacional, que é tão cioso de seu poder quanto este é nulo, e fiel ao seu infame sistema de centralização política, numa situação em que esta centralização se tornou absolutamente impossível, quererá escolher e nomear por conta própria todos os apóstolos, ou então deixará a tarefa aos cuidados dos novos prefeitos e comissários extraordinários, dos quais todos, ou quase, pertencem à mesma religião política que ele, ou seja: todos, ou quase todos, sendo republicanos burgueses, advogados ou redatores de jornais, adoradores platônicos – e são os melhores, mas não os mais sensatos –, ou muito interessados numa república cuja idéia não tomaram da vida, mas dos livros, e que promete a uns a glória com o troféu do mártir, e aos outros, carreiras brilhantes e posições lucrativas; aliás, muito moderados; republicanos *conservadores, racionais e positivistas*, como o Sr. Gambetta, e, enquanto tais, inimigos da revolução e do socialismo, e adoradores do poder de Estado apesar de tudo.

Estes honráveis funcionários da nova república só vão querer, naturalmente, enviar, como missionários, para o campo, homens de natureza igual à deles, e que compartilhem absolutamente suas convicções políticas. Seriam necessários, para toda a França, pelo menos alguns milhares. Onde raios os vão pegar? Os republicanos burgueses são tão raros, hoje em dia, até entre os jovens! Tão raros que, numa cidade como Lyon, por exemplo, não se encontra o bastante para preencher as funções mais importantes e que deveriam ser confiadas apenas a republicanos sinceros.

O primeiro perigo consiste no seguinte: mesmo que os prefeitos e sub-prefeitos achessem, em seus respectivos departamentos, um número suficiente de jovens para ocupar o ofício de propagadores no campo, estes missionários novos seriam necessariamente, quase sempre e em todo lugar, inferiores, tanto por sua inteligência revolucionária quanto pela energia de seus caracteres, aos prefeitos e sub-prefeitos que os tivessem enviado, assim como estes últimos são inferiores a estes filhos degenerados e mais ou menos castrados da grande revolução, que, preenchendo hoje os supremos cargos de membros do governo da Defesa Nacional, ousaram segurar com suas mãos débeis os destinos da França. Assim descendo cada vez mais baixo, de impotência a maior impotência, não se vai encontrar nada melhor para enviar, enquanto propagadores da república no campo, além de republicanos do tipo do senhor Andrieux, o procurador da república, ou do senhor Eugène Véron, o redator do Progrès¹⁴ de Lyon; homens que, em nome da República, farão a propaganda da reação. Você acha, caro amigo, que isto possa criar, nos camponeses, apreço pela República?

Infelizmente, temo o contrário. Entre os pálidos adoradores da república burguesa, atualmente impossível, e o camponês da França, não *positivista e racional* como o senhor Gambetta, mas muito positivo e cheio de bom-senso, não há nada em comum. Mesmo que estivessem animados pelas melhores disposições do mundo, veriam toda a sua retórica literária, doutrinária e advocatória desabar frente ao mutismo astuto destes rudes trabalhadores do campo. Não é impossível, mas é muito difícil despertar paixão nos camponeses. Para tanto, seria

14 Aparentemente, um nome de jornal, “Le Progrès”.

necessário, antes de tudo, carregar em si mesmo esta paixão profunda e potente que mexe com as almas, e provoca, e produz aquilo que, na vida comum, na existência monótona de cada dia, chamamos de milagres: milagres de devoção, de sacrifício, de energia e de ação triunfante. Os homens de 1792 e de 1793, principalmente Danton, tinham esta paixão, e, com ela e através dela, tinham a potência de tais milagres, tinham o diabo no corpo, e conseguiram pôr o diabo no corpo de toda a nação; ou melhor, eles mesmos foram a expressão mais enérgica da paixão que animaria a nação.

Entre todos os homens de hoje e de ontem que compõem o partido radical burguês da França, você já conheceu, ou pelo menos ouviu falar de um só do qual se possa dizer que carrega, em seu coração, algo que ao menos se aproxime desta paixão e desta fé que animaram os homens da grande revolução? Não existe nenhum, não é? Mais tarde vou expor a você as razões às quais deve ser atribuída, a meu ver, esta decadência deplorável do republicanismo burguês. Contento-me, agora, em constatá-la e afirmar, em geral, deixando para prová-lo mais tarde, que o republicanismo burguês foi moral e intelectualmente castrado, tornado burro, impotente, falso, covarde, reacionário e definitivamente rejeitado, enquanto tal, para fora da realidade histórica, pela aparição do socialismo revolucionário.

Estudamos com você, caro amigo, os representantes deste partido na própria Lyon. Nós os vimos em ação. O que disseram, o que fizeram, o que fazem no meio da crise terrível que ameaça engolir a França? Nada além da miserável e pequena reação. Nem ousam ainda fazer a grande. Duas semanas lhes bastaram para mostrar ao povo de Lyon que, entre os autoritários da república e aqueles da monarquia, só muda o nome. É a mesma inveja de um poder que detesta e teme o controle popular. A mesma desconfiança do povo, o mesmo enlevo e as mesmas complacências pelas classes privilegiadas. E, enquanto isso, o senhor Challemel-Lacour, prefeito, e hoje transformado, graças à covardia servil da municipalidade de Lyon, em ditador desta cidade, é um amigo íntimo do senhor Gambetta, seu caro eleito, o delegado confidencial e a expressão fiel dos pensamentos mais íntimos deste grande republicano, deste *homem viril*, de quem a França espera hoje, estupidamente, sua salvação. Porém, o senhor Andrieux, hoje procurador da República, e procurador realmente digno deste nome, pois promete ultrapassar em breve, através de seu zelo ultra-jurídico e de seu amor desmesurado pela ordem pública, os procuradores mais zelosos do império, o senhor Andrieux tinha-se colocado, no regime anterior, como um livre-pensador, como o inimigo fanático dos padres, como um partidário devotado do socialismo e como amigo da Internacional. Acho até que, poucos dias antes da queda do império, ele teve a honra insigne de ser preso enquanto tal, e que foi triunfalmente retirado de lá pelo povo de Lyon.

Como é que estes homens mudaram, e que, sendo revolucionários ontem, tornaram-se reacionários tão resolutos, hoje? Será o efeito de uma ambição satisfeita, e que, por estarem, hoje em dia, graças a uma revolução popular, em posições bastante lucrativas e bastante altas, querem conservá-las mais do que qualquer outra coisa? Ah! Sem dúvida o interesse e a ambição são potentes elementos mobilizadores, e que depravaram bastante gente, mas não creio que duas semanas de poder tenham podido bastar para corromper os sentimentos destes novos funcionários da República. Teriam eles enganado o povo, apresentando-se a ele, no império, como partidários da revolução? Pois bem, francamente, não posso crer nisto; não quiseram

enganar ninguém, mas tinham-se enganado a si mesmos, por conta própria, imaginando que eram revolucionários. Tinham confundido seu ódio muito sincero, se não muito enérgico e muito apaixonado, contra o império, com um amor violento pela revolução, e, iludindo-se a si mesmos, nem imaginavam que eram partidários da república e reacionários ao mesmo tempo.

“O pensamento reacionário”, diz Proudhon (5), “que o povo nunca o esqueça, foi concebido no próprio seio do partido republicano”. E, mais à frente, acrescenta que este pensamento tem sua origem no *zelo governamental* deste partido, um *zelo governamental* mexeriqueiro, meticuloso, fanático, policial e despótico na medida em que acha que pode tudo, o seu despotismo tendo, sempre, como pretexto, a própria salvação da república e da liberdade.

Os republicanos burgueses identificam, muito erroneamente, a república *deles* com a liberdade. Aí está a fonte de todas as ilusões deles, quando se encontram na oposição; das suas decepções e de suas inseqüências, quando tem o poder em suas mãos. A república deles é inteiramente fundada sobre a idéia do poder e de um governo forte, de um governo que deve mostrar-se ainda mais enérgico e potente por ter saído da eleição popular; e eles não querem entender esta verdade tão simples, e confirmada, aliás, pela experiência de todos os tempos e de todos os países: todo poder organizado, estabelecido, agindo sobre o povo, exclui, necessariamente, a liberdade do povo. Como o Estado político não tem outra missão a não ser proteger a exploração do trabalho popular pelas classes economicamente privilegiadas, o poder do Estado só pode ser compatível com a liberdade exclusiva destas classes cujos interesses ele representa, e, pela mesma razão, deve ser contrário à liberdade do povo¹⁵. Quem diz Estado ou poder diz dominação, mas toda dominação presume a existência de massas dominadas. O Estado, conseqüentemente, não pode confiar na ação espontânea e no movimento livre das massas, cujos interesses mais caros são contrários à sua existência; ele é o inimigo natural destas, seu necessário opressor¹⁶, e, sempre cuidando em não admitir isto, ele sempre deve agir enquanto tal.

Eis o que a maioria dos jovens partidários da república autoritária e burguesa não entendem, enquanto ficam na oposição, enquanto eles mesmos não provaram o poder. Só porque detestam, do fundo de seus corações, com toda a paixão de que são capazes estas pobres naturezas degeneradas e raivosas, o despotismo monárquico, eles imaginam que detestam o despotismo em geral; só porque gostariam de ter a potência e a coragem de derrubar um trono, acham-se revolucionários; e não imaginam que não é do despotismo que eles têm ódio, e sim de

15 “...tout pouvoir organisé, établi, agissant sur le peuple, exclut nécessairement la liberté du peuple. L'État politique n'ayant d'autre mission que de protéger l'exploitation du travail populaire par les classes économiquement privilégiées, le pouvoir de l'État ne peut être compatible qu'avec la liberté exclusive de ces classes dont il représente les intérêts, et par la même raison il doit être contraire à la liberté du peuple.”

16 “leur opresseur obligé”.

sua forma monárquica, e que este mesmo despotismo, por pouco que revista a forma republicana, encontrará seus mais zelosos aderentes em meio a eles próprios.

Ignoram que o despotismo não está tanto na *forma* do Estado ou do poder quanto no *princípio* do próprio Estado e poder político, e que, portanto, o Estado republicano deve ser, pela sua essência, tão despótico quanto o Estado governado por um imperador ou um rei. Entre estes dois Estados, não há nenhuma diferença real. Todos dois tem por base essencial e por objetivo a subjugação econômica das massas, em proveito das classes possuidoras. Mas diferem pelo seguinte: para atingir este objetivo, o poder monárquico, que nos dias de hoje tende fatalmente a se transformar em ditadura militar, não admite a liberdade de nenhuma classe, nem mesmo daquelas que protege em detrimento do povo. Ele aceita servir os interesses da burguesia, e é forçado a fazê-lo, mas sem permitir a esta intervir seriamente no governo dos negócios do país.

Este sistema, quando é aplicado por mãos inábeis e por demais desonestas, ou quando cria uma oposição demasiado flagrante dos interesses de uma dinastia com aqueles dos exploradores da indústria e do comércio do país, como acabou de acontecer na França, pode comprometer gravemente os interesses da burguesia. Ele apresenta outra desvantagem bastante grave, do ponto de vista dos burgueses: ele lhes fere a vaidade e o orgulho. Ele os protege, é verdade, e oferece-lhes, do ponto de vista da exploração do trabalho popular, uma segurança perfeita, mas, ao mesmo tempo, humilha-os ao por limites muito estreitos à sua mania respondona¹⁷, e, quando ousam protestar, ele os maltrata. Isto impacienta naturalmente a parte mais ardente, se preferir, a mais generosa e menos racional da classe burguesa, e é assim que se forma no seio desta, por ódio desta opressão, o partido republicano burguês.

O que quer este partido? A abolição do Estado? O fim da exploração das massas populares, oficialmente protegida e garantida pelo Estado? A emancipação real e completa para todos, por meio da emancipação econômica do povo? Nada disso. Os republicanos burgueses são os inimigos mais enraivecidos e mais passionais da revolução social. Nos momentos de crise política, quando precisam do braço potente do povo para derrubar um trono, condescendem em prometer melhorias materiais a esta classe tão *interessante* dos trabalhadores; mas, como ao mesmo tempo estão animados, pela mais firme das resoluções, a conservar e manter todos os princípios, todas as *bases sagradas* da sociedade atual, todas estas instituições econômicas e jurídicas que tem como consequência necessária a servidão real do povo, suas promessas, naturalmente, sempre se esfumam. O povo, decepcionado, murmura, ameaça, revolta-se, e então, para conter a explosão do descontentamento popular, os revolucionários burgueses vêm-se forçados a recorrer à repressão todo-poderosa do Estado. Daí resulta que o Estado republicano é tão opressivo quanto o Estado monárquico; porém, não para as classes possuidoras, e sim, exclusivamente, contra o povo.

17 “raisonneuse”, que também poderia ser traduzido como “replicante”, perdendo talvez um pouco, neste caso, o efeito irônico do autor adotar o ponto de vista do rei.

Nenhuma forma de governo teria sido tão favorável aos interesses da burguesia, nem tão amada por esta classe, quanto a república, se a primeira tivesse, na situação econômica atual da Europa, a potência de se manter contra as aspirações socialistas, cada vez mais ameaçadoras, das massas operárias. Os burgueses duvidam não é da bondade da república, que é toda a favor deles: é da potência deste Estado, ou da sua capacidade de manter-se e protegê-los contra as revoltas do proletariado. Não há um burguês que não lhe diga: “A república é uma coisa boa, infelizmente é impossível; ela não pode durar, pois nunca encontrará em si mesma a potência para se constituir num Estado sério, respeitável, capaz de ser respeitado e de fazer com que o sejamos pelas massas”. Adorando a república de um amor platônico, mas duvidando da sua possibilidade, ou, pelo menos, de sua duração, o burguês tende, conseqüentemente, a colocar-se sempre novamente sob a proteção de uma ditadura militar que ele detesta, que o ofende, o humilha e sempre acaba arruinando-o, mais cedo ou mais tarde, mas que, pelo menos, lhe oferece todas as condições da força, da tranqüilidade nas ruas e da ordem pública.

Esta predileção fatal da imensa maioria da burguesia pelo regime do sabre é o desespero dos republicanos burgueses. Por isto fizeram e fazem – hoje, precisamente - esforços *sobre-humanos* para que esta maioria goste da república, para provar a ela que, longe de lesar os interesses da burguesia, ao contrário, ela será totalmente favorável a esta, ou seja, sempre será oposta aos interesses do proletariado, e terá toda a força necessária para impor ao povo o respeito das leis que garantem a tranqüila dominação econômica e política dos burgueses.

Tal é, hoje, a preocupação principal de todos os membros do governo da Defesa Nacional, assim como dos prefeitos, subprefeitos, advogados da República e comissários gerais que os primeiros delegaram nos departamentos. Não se trata tanto defender a França contra a invasão dos prussianos, mas, principalmente, de provar aos burgueses que os membros do governo tem toda a boa vontade e toda a potência desejada para conter as revoltas do proletariado. Ponha-se neste ponto de vista, e você compreenderá todos os atos, incompreensíveis de outra forma, destes singulares defensores e salvadores da França.

Animados por este espírito e perseguindo esta meta, são necessariamente empurrados em direção à reação. Como poderiam servir e provocar a revolução, mesmo a revolução sendo, como é hoje, evidentemente, o único meio de salvação geral da França? Estas pessoas que carregam a morte oficial e a paralisia de toda ação popular neles mesmos, como levariam o movimento e a vida para o campo? O que poderiam dizer aos camponeses para sublevá-los contra a invasão dos prussianos, na presença dos padres, destes juizes de paz, destes prefeitos e destes guardas rurais bonapartistas, que seu amor desmesurado pela ordem pública manda respeitar, os quais fazem e continuarão a fazer, da manhã até à noite, armados de uma influência e de uma potência de ação muito diferente, em termos de eficácia, da que eles¹⁸ tem nos campos, uma propaganda totalmente contrária? Vão se esforçar a emocionar os camponeses através de discursos vazios, todos os fatos sendo opostos a estes discursos?

18 Ainda “os membros do governo da Defesa Nacional”.

Saiba bem disto: o camponês tem ódio a todos os governos. Ele os suporta por prudência; ele lhes paga regularmente os impostos e atura que tomem seus filhos para deles fazer soldados, porque não vê o que poderia fazer, e não contribui para nenhuma mudança porque acha que os governos se equivalem, e que o governo novo, dando-se ele o nome que for, não será melhor que o antigo, e porque quer evitar os riscos e os custos de uma mudança inútil. De todos os regimes, aliás, o governo republicano é-lhe o mais odioso, primeiro porque este lhe lembra os centavos adicionais de 1848, e depois porque trabalhou-se vinte anos seguidos para difamá-lo em sua opinião. É o capeta para ele, pois representa, aos seus olhos, o regime da violência exercida sem nenhuma vantagem, mas, ao contrário, com a ruína material. A república, para ele, é o reino daquilo que ele detesta mais do que qualquer outra coisa, a ditadura dos advogados e dos burgueses das cidades, e ditadura por ditadura, ele tem o mau gosto de preferir a da espada.

Como esperar, pois, que os representantes *oficiais* da república possam convertê-lo à república? Quando se sentir o mais forte, ele vai rir destes e expulsá-los de seu vilarejo; quando for o mais fraco, vai fechar-se no seu silêncio e na sua inércia. Enviar republicanos burgueses, advogados ou redatores de jornais para o campo para fazer propaganda em favor da república seria dar o golpe de misericórdia na república.

Mas, então, o que fazer? Há um único meio, que é revolucionar o campo, assim como as cidades. E quem pode fazê-lo? A única classe que carrega hoje, realmente, de maneira franca, a revolução em seu seio: a classe dos trabalhadores das cidades.

Mas como os trabalhadores das cidades farão para revolucionar o campo? Enviarão, para cada vilarejo, operários isolados como apóstolos da república? Mas onde pegarão o dinheiro necessário para cobrir os custos desta propaganda? É verdade que os senhores prefeitos, os subprefeitos e comissários gerais poderiam enviá-los às custas do Estado. Mas aí não seriam mais delegados do mundo operário, mas do Estado, o que mudaria singularmente o caráter deles, o seu papel, e a própria natureza de sua propaganda, a qual viraria, por isto mesmo, uma propaganda não revolucionária, mas necessariamente reacionária; pois a primeira coisa que seriam forçados a fazer seria inspirar, nos camponeses, a confiança nas autoridades, recentemente estabelecidas ou conservadas, pela república, portanto a confiança, também, nestas autoridades bonapartistas cuja ação maléfica continua ainda a pesar sobre o campo. Aliás, é evidente que os Sres. prefeitos, os subprefeitos e os comissários gerais, conforme esta lei natural que faz cada um preferir aquilo que concorda consigo, e não o que lhe é contrário, escolheriam, para desempenhar este papel de propagadores da república, os operários menos revolucionários, os mais dóceis ou mais complacentes. Continuará a ser a reação, sob uma forma operária; e, como dissemos, só a revolução pode revolucionar o campo¹⁹.

Enfim, é preciso acrescentar que a propaganda individual, mesmo que fosse exercida pelos homens mais revolucionários do mundo, não conseguiria ter uma grande influência sobre os camponeses. A retórica, para eles, não tem charme, e as palavras, quando não são a

19 “la révolution seule peut révolutionner les campagnes”.

manifestação da força, e não são imediatamente acompanhadas por fatos, são, para eles, apenas palavras. O operário que for, sozinho, fazer discursos num vilarejo, bem corre o risco de ser ridicularizado e expulso como um burguês.

O que é preciso fazer, então?

É preciso enviar para o campo, enquanto propagadores da revolução, Corpos Francos.

Regra geral: quem quer propagar a revolução deve ser francamente revolucionário. Para sublevar os homens, é preciso ter o diabo no corpo; de outra forma, só se faz discursos que abortam, ou que apenas produzem um barulho estéril, e não atos. Assim, antes de tudo, os Corpos Francos propagadores devem ser revolucionariamente inspirados e organizados. Devem carregar a revolução em seu seio, para poder provocá-la e suscitá-la entre eles. Depois, devem traçar para si mesmos um sistema, uma linha de conduta conforme à meta que se propõem.

Qual é esta meta? Não é impor a revolução ao campo, mas provocá-la e suscitá-la ali. Uma revolução imposta, seja por decretos oficiais ou à mão armada, não é mais a revolução, mas o contrário da revolução, pois provoca, necessariamente, a reação. Ao mesmo tempo, os Corpos Francos devem se apresentar no campo como uma força respeitável e capaz de se fazer respeitar; não para violentá-los, sem dúvida, mas para afastar deles a vontade de rir ou de maltratá-los, antes mesmo de os terem escutado, o que bem poderia acontecer com propagadores individuais e não acompanhados de uma força respeitável. Os camponeses são um pouco grosseiros, e os espíritos grosseiros deixam-se levar facilmente pelo prestígio e pelas manifestações da força, a não ser que se revoltam contra ela mais tarde, se esta força lhes impuser condições demasiado contrárias a seus instintos e a seus interesses.

É disso que os Corpos Francos devem resguardar-se. Não devem impor nada, e sim suscitar tudo. O que podem e o que devem fazer, naturalmente, é afastar, desde o início, tudo o que possa entrar o sucesso da propaganda. Assim, devem começar por quebrar, sem desferir um só golpe, toda a administração comunal²⁰, necessariamente infectada de bonapartismo, ou até de legitimismo ou orleanismo; atacar, expulsar, e, precisando, prender os senhores funcionários comunais, assim como todos os grandes proprietários reacionários, e o senhor padre com eles, *por nenhuma outra causa além da convivência secreta destes com os prussianos*. O município legal deve ser substituído por um comitê revolucionário, formado por um pequeno número dentre os camponeses mais enérgicos e mais sinceramente convertidos à Revolução.

Mas antes de constituir este comitê, é preciso ter produzido uma conversão real nas disposições, se não de todos os camponeses, pelo menos de uma grande maioria. É preciso que esta maioria se apaixone pela Revolução. Como produzir este milagre? Através do interesse. Diz-se que o camponês francês é cúvido; pois bem, é preciso que sua própria cupidez se interesse pela Revolução. É preciso oferecer-lhe e dar-lhe, imediatamente, grandes vantagens materiais.

20 Municipal.

Que não haja exaltação contra a imoralidade de um sistema assim. Nos dias de hoje, e na presença dos exemplos que nos dão todos os graciosos potentados que tem nas mãos os destinos da Europa, seus governos, seus generais, seus ministros, seus altos e baixos funcionários, e todas as classes privilegiadas: clero, nobreza, burguesia, seria má-fé revoltar-se contra ele. Seria hipocrisia por nada. Os interesses, hoje, governam tudo, explicam tudo. E já que os interesses materiais e a cupidez dos burgueses perdem a França hoje, por que os interesses e a cupidez dos camponeses não poderiam salvá-la? Tanto é que já a salvaram uma vez, isto em 1792.

Escute o que disse sobre este assunto o grande historiador da França, Michelet, que, certamente, ninguém acusará de ser um materialista imoral (6):

“Não houve nunca um labor de outubro como o de 91, aquele em que o trabalhador, seriamente advertido por Varennes e por Pilniz, imaginou pela primeira vez, listou mentalmente os perigos, e todas as conquistas da Revolução que lhe queriam arrancar. Seu trabalho, animado por uma indignação guerreira, já era, para ele, uma campanha para o espírito. Ele trabalhava como soldado²¹, impunha à carroça o passo militar, e, tocando seus animais com uma vara mais severa, gritava para um: ‘Ô, Prússia!’, ao outro: ‘Anda logo, Áustria’. O boi andava como um cavalo, a relha do arado ia ríspida e rápida, o sulco preto chegava a soltar fumaça, cheio de fôlego e cheio de vida.

É que este homem não suportava pacientemente ver-se assim importunado *em sua posse recente*, neste primeiro momento em que a dignidade humana tinha despertado nele. *Livre, e pisando um campo livre se batesse o pé, ele sentia sob si mesmo uma terra sem direito nem dizimo, que já era sua ou seria sua amanhã...; Não tem mais senhores! Todos senhores! Todos reis, cada um sobre sua terra, o velho ditado realizado: ‘Pobre homem, em sua casa, é rei²²’. Na sua casa e fora dela. A França inteira não é a sua casa agora?”*

E, mais à frente, falando do efeito produzido sobre os camponeses pela invasão de Brunswick:

“Brunswick, tendo entrado em Verdun, encontrou-se tão comodamente ali, que ficou uma semana. Aí os emigrantes que circundavam o rei da Prússia já começaram a lembrar-lhe as promessas que ele tinha feito. Este príncipe tinha dito, quando partiu, estas estranhas palavras (Hardenberg as ouviu): ‘Que não se meteria no governo da França, que apenas devolveria ao rei

21 “en soldat”, ou seja, imaginando-se como um soldado e/ou imitando certas atitudes ou gestos de um soldado, enquanto mantém seu próprio trabalho, objetivamente.

22 “Pauvre homme, en sa Maison, Roi est.”

a autoridade absoluta'. Devolver ao rei a realeza, os padres às igrejas, *as propriedades aos proprietários*, era sua única ambição. E para todas estas benfeitorias, o que pedia à França? Nenhuma cessão de território, nada além dos custos de uma guerra empreendida para salvá-la.

Esta pequena expressão: *devolver as propriedades*, continha muita coisa. O grande proprietário era o clero; tratava-se de restituir a ele *um bem de quatro milhões, de anular as vendas que tinham sido feitas por um milhão* a partir de janeiro de 92, e que, desde então, em nove meses, tinham aumentado enormemente. O que se tornavam uma infinidade de contratos cuja ocasião direta ou indireta foi a citada operação? Não somente os compradores foram lesados, mas aqueles que lhes emprestaram dinheiro, mas os sub-compradores aos quais tinham vendido, uma multidão de outras pessoas²³ um grande povo, *e verdadeiramente ligado à Revolução* por um interesse respeitável. *Estas propriedades*, desviadas havia séculos da meta dos piedosos fundadores, *a Revolução chamou-as de volta ao seu destino verdadeiro, a vida e a manutenção do pobre. Elas tinham passado da mão morta à viva, DOS PREGUIÇOSOS AOS TRABALHADORES, dos abades libertinos, dos cônegos barrigudos, dos bispos faustosos, ao honesto trabalhador. Uma França nova tinha-se feito neste curto espaço de tempo. E estes ignorantes (os emigrantes) que traziam o estrangeiro não o imaginavam.*

..

Com estas palavras significativas de restauração dos padres, de restituição, etc., o camponês levantou a orelha e entendeu que era toda a contra-revolução entrando na França, que uma mutação imensa tanto *das coisas* como das pessoas ia chegar. Nem todos tinham fuzis, mas os que tinham os pegaram; quem tinha um garfo de feno pegou o garfo, e quem tinha uma foice pegou a foice. Um fenômeno aconteceu sobre a terra da França. Ela pareceu mudada, de repente, à passagem do estrangeiro. Transformou-se num deserto. Os grãos desapareceram, e, como se um turbilhão os tivesse levado, foram para o oeste. Só sobrou uma coisa, no caminho, para o inimigo: as uvas verdes, a doença e a morte.”

Mais à frente, Michelet descreve o seguinte quadro do levante dos camponeses:

“A população corria para o combate com tanto embalo que a autoridade começava a temer, puxando-a para trás. Massas confusas, mais ou menos sem armas, precipitavam-se em direção a um mesmo ponto; não se sabia como abrigá-los nem como alimentá-los. No leste, especialmente na Lorena, as colinas, todos os postos dominantes tinham-se transformado em acampamentos grosseiramente fortificados com árvores abatidas, à maneira de nossos velhos acampamentos do tempo de César. Vercingétorix teria pensado, vendo isto, que estava em plena Gália. Os alemães tinham muito em que pensar quando ultrapassavam, quando deixavam atrás de si estes acampamentos populares. Qual seria, para eles, a volta? O que teria sido um descaminho através destas massas hostis, que, de todas as partes, como se fossem muita neve derretendo, desceriam na direção deles? Deviam perceber isto; não era com um exército que estavam lidando, e sim com a França.”

23 Esta série de pontos foi copiada tal e qual da versão francesa. Será a indicação de uma lacuna ou serão reticências em excesso? Acontece outras vezes no texto.

Ora, não é exatamente o contrário do que vemos hoje? Mas por que, nesta mesma França que em 1792 tinha-se sublevado inteiramente para rechaçar a invasão estrangeira, por que não se subleva hoje, que está ameaçada por um perigo muito mais terrível que o de 1792? Ah! É que em 1792 ela foi eletrizada pela Revolução, e hoje está paralisada pela reação, protegida e representada por seu governo da assim chamada Defesa Nacional.

Por que os camponeses se tinham revoltado em massa contra os prussianos em 1792, e por que ficam não somente inertes, mas até favoráveis a estes mesmos prussianos, contra esta mesma República, hoje? Ah! É que, para eles, não é mais a mesma República. A República fundada pela Convenção Nacional, no dia 21 de setembro de 1792, era uma República eminentemente popular e revolucionária. Ela tinha oferecido ao povo um interesse imenso, ou, como diz Michelet, *respeitável*. Através do confisco em massa dos bens da Igreja, primeiro, e mais tarde, da nobreza emigrada ou revoltada, ou suspeita e decapitada, ela deu ao povo a terra, e para tornar impossível a restituição desta terra aos seus antigos proprietários, o povo tinha-se sublevado em massa, enquanto que a República atual, nada popular, mas, ao contrário, cheia de hostilidade e desconfiança contra o povo, República de advogados, de impertinentes doutrinários, e a mais burguesa de todas, só lhe oferece discursos, um aumento de impostos e de riscos, sem a menor compensação material.

O camponês também não acredita nesta República, mas por outra razão que a dos burgueses. Ele não acredita nela precisamente porque a acha burguesa demais, favorável demais aos interesses da burguesia, e ele alimenta, no fundo de seu coração, um ódio dissimulado, o qual, só por se manifestar de uma forma diferente, não é menos intenso que o ódio dos operários das cidades contra esta classe hoje tão pouco respeitável.

Os camponeses, pelo menos a imensa maioria dos camponeses, não esqueçamos nunca disto, mesmo tendo-se tornado proprietários, na França, *não deixam de viver do trabalho de seus braços*. Aí está o que os separa, no fundo, da classe burguesa, cuja maioria vive da *exploração lucrativa do trabalho das massas populares*, e o que o une, de outro lado, aos trabalhadores da cidade, apesar da diferença de suas posições, em total desvantagem destes últimos, e da diferença de idéias, dos mal-entendidos nos princípios que desta resultam, infelizmente, demasiadas vezes.

O que distancia, principalmente, os camponeses dos operários da cidade, é uma certa *aristocracia da inteligência*, aliás muito mal fundada, que os operários muitas vezes cometem o erro de demonstrar em frente a eles. Os operários, não se pode dizer o contrário, são mais letrados; sua inteligência, seu saber, suas idéias, são mais desenvolvidos. Em nome desta superioridade científica, às vezes acontece de olharem de cima os camponeses, de demonstrar desprezo em relação a eles. E, como já observei em outro escrito (7), os operários estão errados, pois, ao mesmo título, e com muito mais razão aparente, os burgueses, que são muito mais cultos e muito mais desenvolvidos que os operários, teriam ainda mais direito de desprezar estes últimos. E estes burgueses, como sabemos, não deixam de tirar vantagem disto.

Permita-me, caro amigo, repetir aqui algumas páginas do escrito que acabo de citar:

“Os camponeses, eu disse nesta brochura, consideram os operários das cidades como uns *partageux*, e temem que os socialistas venham confiscar sua terra, que eles amam acima de qualquer outra coisa. O que devem fazer os operários para vencer esta desconfiança e esta animosidade dos camponeses contra eles? Primeiro, parar de mostrar seu desprezo, parar de desprezá-los. Isto é necessário para o êxito da revolução, pois o ódio dos camponeses constitui um imenso perigo. Se não houvesse esta desconfiança e este ódio, a revolução teria sido feita há tempos, pois a animosidade que existe, infelizmente, no campo, contra as cidades, constitui, não somente na França, mas em todos os países, a base e a força principal da reação. Pelo interesse da revolução que deve emancipá-los, os operários devem parar o mais rápido possível de mostrar este desprezo quanto aos camponeses; eles devem isto também por justiça, pois não tem nenhuma razão para desprezá-los, nem para detestá-los. *Os camponeses não são vagabundos, são rudes trabalhadores como eles próprios*; porém, trabalham em condições diferentes. Só isto. *Na presença do burguês explorador, o operário deve sentir-se irmão do camponês.*”

Os camponeses marcharão com os operários das cidades pela salvação da pátria assim que estiverem convencidos *que os operários das cidades não pretendem impor-lhes sua vontade, nem uma ordem política e social qualquer inventada pelas cidades pela maior felicidade dos campos; assim que tiverem adquirido a segurança de que os operários não tem a menor intenção de tomar sua terra.*

Pois bem, é indispensável, hoje, que os operários renunciem realmente a esta pretensão e a esta intenção, e que renunciem a elas de maneira que os camponeses o saibam e fiquem completamente convencidos. Os operários devem renunciar a elas, pois, mesmo que pretensões do tipo fossem realizáveis, seriam soberanamente *injustas e reacionárias*; e, agora que sua realização se tornou absolutamente impossível, constituiriam apenas uma criminosa loucura.

Com que direito os operários imporiam aos camponeses uma forma de governo ou de organização econômica qualquer? Com o direito da revolução, diz-se. Mas a revolução não é mais revolução quando age como déspota, e quando, ao invés de provocar a liberdade nas massas, provoca a reação em seu seio. O meio e a condição, se não a meta principal da revolução, é a anulação do princípio da autoridade em todas as suas manifestações possíveis, é a abolição completa do Estado político e jurídico, porque o Estado, irmão mais novo da Igreja, como Proudhon demonstrou muito bem, é a consagração histórica de todas as sujeições econômicas e sociais, a própria essência e o centro de toda reação. Quando, em nome da Revolução, se quer fazer Estado, nem que seja Estado provisório, faz-se reação e trabalha-se para o despotismo, e não pela liberdade; para a instituição do privilégio contra a igualdade.

É de uma clareza cristalina. Mas os operários socialistas da França, criados nas tradições políticas dos jacobinos, nunca quiseram entendê-lo. Agora serão forçados a entendê-lo, felizmente para a Revolução e para eles próprios. De onde lhes veio esta pretensão tão ridícula quanto arrogante, tão injusta quanto funesta, de impor seu ideal político a dez milhões de camponeses que não o querem? É ainda, evidentemente, uma herança burguesa, um legado político do revolucionarismo burguês. Qual é o fundamento, a explicação, a teoria desta pretensão? É a superioridade, pretensa ou real, da inteligência, da instrução, resumindo, da civilização operária em relação à civilização do campo. Mas você sabe que, com tal princípio,

se pode legitimar todas as conquistas, todas as opressões? Os burgueses nunca tiveram outro [princípio] para provar sua missão de *governar*, ou, o que significa a mesma coisa, de explorar o mundo operário. De nação para nação, assim como de uma classe para outra, este princípio fatal e que não é outro que a autoridade, explica e dá um direito a todas as invasões e todas as conquistas. Os alemães não se serviram sempre dele para executar todos os seus atentados contra a liberdade e contra a independência dos povos eslavos, e para legitimar a germanização violenta e forçada? É, dizem eles, a conquista da civilização sobre a barbárie. Tome cuidado; os alemães começam a perceber também que a civilização germânica, protestante, é bem superior à civilização católica, representada, em geral, por povos de raça latina em geral²⁴, e à civilização francesa em particular. Tome cuidado para que eles não imaginem, em breve, que tem a missão de civilizar e emancipar seus compatriotas, seus irmãos, os camponeses da França. Para mim, uma ou outra pretensão são igualmente odiosas, e eu lhe declaro que, tanto nas relações internacionais como nas relações entre uma classe e outra, estarei sempre do lado daqueles que se quer civilizar por este processo. Vou me revoltar com eles contra todos estes civilizadores arrogantes, que se chamem operários, ou alemães, e, revoltando-me contra eles, servirei a revolução contra a reação.

Mas, se é assim, dirão, deve-se abandonar os camponeses ignorantes e supersticiosos a todas as influências e a todas as intrigas da reação? Nada disso. É preciso esmagar a reação, tanto no campo quanto na cidade; mas é preciso, para isto, atingi-la nos fatos, e não lhe fazer guerra através de decretos. Já disse, não se extirpa nada com decretos. Ao contrário, os decretos e todos os atos de autoridade consolidam aquilo que querem destruir.

Em vez de querer tomar dos camponeses as terras que possuem hoje, deixe-os seguir seu instinto natural, e sabe o que acontecerá então? O camponês quer ter para ele *toda* a terra; ele olha o grande senhor e o rico burguês cujas vastas propriedades, cultivados por braços assalariados, diminuem seu campo, como estrangeiros e usurpadores. A revolução de 1789 deu aos camponeses as terras da Igreja; *eles gostariam de aproveitar de outra revolução para ganhar aquelas da nobreza e da burguesia*.

Mas, se isto acontecesse, se os camponeses pusessem a mão sobre toda a porção do solo que ainda não lhes pertence, não se teria permitido um reforço fastidioso do princípio da propriedade individual, e os camponeses não estariam, mais do que nunca, hostis aos operários socialistas das cidades?

Nem um pouco, pois, *a partir do momento em que o Estado fosse abolido, a consagração jurídica e política do Estado, a garantia da propriedade, vai lhes faltar. A propriedade não será mais um direito, será reduzida ao estado de um simples fato*.

Mas então será a guerra civil, você dirá. Não sendo mais a propriedade individual garantida por nenhuma autoridade superior, e sendo apenas defendida pela energia do

24A repetição presente na versão francesa foi mantida: “représentée en général par les peuples de race latine en général”.

proprietário, cada um quererá apropriar-se do bem de outrem, os mais fortes pilharão os mais fracos.

É certo que as coisas não acontecerão de uma maneira absolutamente pacífica desde o início: haverá lutas, *a ordem pública*, este tesouro sagrado dos burgueses, será perturbada, e os primeiros fatos que resultarão de um estado de coisas semelhante poderão constituir o que se convencionou chamar de guerra civil. Mas você prefere entregar a França aos prussianos?
.....

Além disto, não tema que os camponeses se devorem mutuamente; mesmo se quisessem fazê-lo no início, não tardarão em convencer-se da impossibilidade material de persistir nesta via, e então poderemos ter certeza que tratarão de entender-se, transigir e organizar-se entre eles. A necessidade de comer e alimentar suas famílias, e de [defender] sua própria vida contra ataques imprevistos²⁵, tudo isto vai forçá-los indubitavelmente a entrar logo nas vias dos arranjos mútuos.

E não creia que nestes arranjos, *forjados fora de qualquer tutela oficial*, pela força das coisas unicamente, os mais fortes, os mais ricos, exercerão uma influência predominante. A riqueza dos ricos, não sendo mais garantida por instituições jurídicas, deixará de ser uma potência. Os ricos só são tão influentes hoje porque, cortejados pelos funcionários do Estado, são especialmente protegidos pelo Estado. Se este apoio vier a lhes faltar, sua potência desaparecerá ao mesmo tempo. Quanto aos mais astutos, aos mais fortes, serão anulados pela potência coletiva da massa, do grande número de pequenos e micro camponeses, assim como dos proletários do campo, massa hoje reduzida a um sofrimento mudo, mas que o movimento revolucionário armará de uma irresistível potência.

Não pretendo, note bem, que os campos que assim se organizarem, de baixo para cima, criarão, de primeira, uma organização ideal, conforme em todos os pontos àquela que nós sonhamos. Estou convencido é de que será uma organização *viva* e, enquanto tal, mil vezes superior à que existe agora. Além disto, esta organização nova, ficando sempre aberta à propaganda ativa das cidades, e não podendo mais ser fixada, e, por assim dizer, petrificada, pela sanção jurídica do Estado, progredirá livremente, desenvolvendo-se e aperfeiçoando-se de uma maneira indefinida, mas sempre viva e livre, jamais decretada nem legalizada, até chegar, enfim, a um ponto tão razoável quanto se possa esperar nos dias de hoje.

Como a vida e a ação espontânea, suspensas durante séculos pela ação absorvente do Estado, serão devolvidas às comunidades²⁶, será natural que cada comunidade tome como ponto

25 Original: “Le besoin de manger et de nourrir leurs familles, et leur propre vie contre des attaques imprévues (...)”. Parece faltar um verbo, talvez “defender”, como foi sugerido, a não ser que o autor tenha associado “a própria vida” a “alimentar”, num sentido metafórico.

26 Cf. nota 4.

de partida de seu desenvolvimento novo, não o estado intelectual e moral no qual a ficção oficial supõe que esteja, mas o estado real da civilização; e como o grau de civilização real é muito diferente entre as cidades da França, assim como entre aquelas da Europa em geral, resultará, necessariamente, uma grande diferença de desenvolvimento; mas o entendimento mútuo, a harmonia, o equilíbrio estabelecido de comum acordo substituirão a unidade artificial dos Estados. Haverá uma vida nova e um mundo novo.

Você vai me dizer: mas esta agitação revolucionária, esta luta interior que deve nascer necessariamente da destruição das instituições políticas e jurídicas, não paralisarão a defesa nacional, ao invés de rechaçar os prussianos, não se terá, ao contrário, entregado a França à invasão?

Nada disso. A história nos prova que nunca as nações se mostraram tão potentes por fora como quando se sentiram profundamente agitadas e perturbadas em seu interior, e que, ao contrário, nunca foram tão fracas como quando aparecem unidas e tranqüilas sob uma autoridade qualquer. No fundo, nada de mais natural: a luta é o pensamento ativo, é a vida, e este pensamento ativo e vivo é a força. Para convencê-lo, compare algumas épocas de sua própria história. Ponha frente aos seus olhos a França recém saída da Fronda, na juventude de Luís XIV, e a França da velhice deste, a monarquia solidamente estabelecida, unificada, pacificada pelo *grande rei*; a primeira resplendorosa de vitórias, a segunda indo, de derrota em derrota, até a ruína. Compare a mesma França de 1792 com a França de hoje. Se alguma vez a França ficou dilacerada pela guerra civil, foi em 1792 e 1793; o movimento, a luta, a luta de vida ou morte, produzia-se em todos os pontos da República, e mesmo assim a França rechaçou vitoriosamente a invasão da Europa, quase inteiramente coligada contra ela. Em 1870, a França unida e pacificada do império é derrotada pelos exércitos da Alemanha, e mostra-se tão desmoralizada que devemos tremer por sua existência.”

Aqui se apresenta uma questão: a revolução de 1792 e de 1793 pode dar aos camponeses, não de graça, mas a um preço muito baixo, os bens nacionais, ou seja, as terras da Igreja e da nobreza emigrada, confiscadas pelo Estado. Mas, objeta-se, ela não tem mais nada a dar hoje. Tem sim! A Igreja, as ordens religiosas dos dois sexos, graças à convivência criminosa da monarquia legítima e do segundo império, principalmente, não voltaram a ficar bastante ricas? É verdade que a maior parte de suas riquezas foi prudentemente mobilizada, prevendo-se revoluções possíveis. A Igreja, que, ao lado de suas preocupações celestes, nunca negligenciou seus interesses materiais e sempre se distinguiu pela hábil profundidade de suas especulações econômicas, investiu, sem dúvida, a maior quantidade de seus bens terrestres, que ela continua a aumentar a cada dia pelo bem dos desafortunados e dos pobres, em todo tipo de empresas comerciais, industriais e bancárias, tanto privadas como públicas, e nas rendas de todos os países, de forma que seria preciso nada menos que uma bancarrota universal, que seria a conseqüência inevitável de uma revolução social universal, para privá-la desta riqueza que constitui, hoje, o principal instrumento de sua potência, infelizmente ainda formidável demais. Mas não é menos verdade que ela possui, hoje, principalmente na região do Midi, na França,

imensas propriedades em terras e prédios, assim como em ornamentos e utensílios de culto, verdadeiros tesouros de prata, de ouro e de pedras preciosas. Pois bem! Tudo isto pode e deve ser confiscado, não em benefício do Estado, mas das comunas²⁷.

Há ainda os bens destes milhares de proprietários bonapartistas, que durante os vinte anos do regime imperial, distinguiram-se por seu zelo, e que foram ostensivamente protegidos pelo império. Confiscar estes bens não era apenas um direito; era, e continua a ser, um dever. Pois o partido bonapartista não é um partido ordinário, histórico, saído organicamente e de maneira regular dos desenvolvimentos sucessivos, religiosos, políticos e econômicos do país, e fundado sobre um princípio nacional qualquer, verdadeiro ou falso. É um bando de facínoras, de assassinos, de ladrões, que, apoiando-se, de um lado, *na covardia reacionária de uma burguesia que treme face ao espectro vermelho, ela mesma ainda vermelha do sangue dos operários de Paris que derramou com suas próprias mãos*, e do outro, na bênção dos padres e na ambição criminosa dos oficiais superiores dos exércitos, apoderou-se da França na calada da noite: “Uma dúzia de Robert-Macaire da vida elegante, tornados solidários pelo vício e por uma agonia comum, arruinados, perdidos de reputação e de dívidas, para recriar-se uma posição e uma fortuna, não recuaram frente aos mais horríveis atentados conhecidos pela história. Eis aí, em poucas palavras, toda a verdade sobre o golpe de Estado de Dezembro. Os bandidos triunfaram. Reinam sozinhos já faz dezoito anos no país mais bonito da Europa, e que a Europa considera, com muita razão, como o centro do mundo civilizado. *Criaram uma França oficial à imagem deles*. Deixaram mais ou menos intacta a aparência das instituições e das coisas, mas desconcertaram seu fundo, rebaixando-o ao nível de seus costumes e de seu próprio espírito. Todas as antigas palavras ficaram. Fala-se, como sempre, de liberdade, de justiça, de dignidade, de direito, de civilização e de humanidade; mas o sentido destas palavras transformou-se completamente em suas bocas, cada palavra significando, na verdade, o contrário do que ela parece querer exprimir: parece uma sociedade de bandidos que, por uma ironia sangrenta, faria uso das mais honestas expressões para discutir os desígnios e os atos mais perversos. Não é ainda hoje o caráter da França imperial? Há algo de mais nojento, de mais vil, por exemplo, que o Senado imperial, composto, nos termos da Constituição, *de todos os personagens ilustres do país?* Não é, de conhecimento de todo mundo, a casa dos inválidos de todos os cúmplices do crime; de todos os decembristas saciados? Sabe-se alguma coisa de mais desonrosa que a justiça do império, que todos estes tribunais e estes magistrados que não conhecem outro dever a não ser apoiar, em todas as ocasiões, incondicionalmente, a iniquidade das criaturas do império? (8)”

27 “communes”. Note-se, mais uma vez, que esta palavra também significa o município, a comunidade de base territorial. A palavra “commune”, no sentido de “comuna”, denota um conceito e uma possibilidade futura, enquanto que, no sentido de “comunidade”, denota uma realidade dada.

Eis o que, no mês de março, quando o império ainda estava florescente, escrevia um de meus mais íntimos amigos. O que ele dizia dos senadores e dos juizes era igualmente aplicável a toda a gente oficial e oficiosa, aos funcionários militares e civis, municipais e departamentais, a todos os eleitores devotados, assim como a todos os deputados bonapartistas. O bando de facínoras, no início não muito numeroso, mas aumentando a cada ano, atraindo a seu seio, através do lucro, todos os elementos pervertidos e podres, depois mantendo-os ali por solidariedade da infâmia e do crime, acabou por cobrir toda a França, abraçando-a com seus anéis como um réptil imenso.

Eis o que se chama de partido bonapartista. Se houve alguma vez um partido criminoso e fatal à França, foi este. Não somente ele violou sua liberdade, degradou seu caráter, corrompeu sua consciência, aviltou sua inteligência, desonrou seu nome; ele destruiu, por uma pilhagem desenfreada, exercida durante dezoito anos seguidos, sua fortuna e suas forças, depois entregou-a desorganizada, desarmada, à conquista dos prussianos. Hoje ainda, quando poderíamos pensar que estivesse despedaçado de remorso, morto de vergonha, aniquilado sob o peso de sua infâmia, esmagado pelo desprezo universal, depois de alguns dias de inação aparente e de silêncio, ele levanta a cabeça, ousa falar de novo, e conspira abertamente contra a França, em favor do infame Bonaparte, atualmente aliado e protegido dos prussianos.

Este silêncio e esta inação de curta duração foram causadas não pelo arrependimento, mas unicamente pelo medo atroz que lhe causou a primeira explosão da indignação popular. Nos primeiros dias de setembro, os bonapartistas acreditaram numa revolução, e, sabendo muito bem que não havia punição que eles não merecessem, fugiram e esconderam-se como covardes, tremendo frente à justa ira do povo. Sabiam que a Revolução não gosta de discursos vazios, e que, uma vez que acorda e age, nunca é sem vigor. Os bonapartistas se acharam, pois, politicamente aniquilados, e durante os primeiros dias que seguiram a proclamação da República, só pensaram em por num lugar seguro suas riquezas acumuladas através do roubo e as suas queridas pessoas.

Ficaram muito surpresos em ver que podiam efetuar as duas coisas sem a menor dificuldade e sem o menor perigo. Como em fevereiro e março de 1848, os doutrinários burgueses e os advogados que se encontram, hoje, às cabeças do governo provisório da República, em vez de tomar medidas de salvação, fizeram discursos vazios. Ignorantes da prática revolucionária e da situação real da França, assim como seus predecessores, tendo como eles horror da Revolução, os senhores Gambetta e cia. quiseram surpreender todo o mundo através de uma generosidade cavalheiresca, e que foi não somente intempestiva, mas criminosa, que constituiu uma verdadeira traição à França, já que devolveu a confiança e as armas ao seu inimigo mais perigoso, ao bando dos bonapartistas.

Animado por este desejo vaidoso, por esta fraseologia oca, o governo da Defesa Nacional tomou, pois, todas as medidas necessárias, e, desta vez, até as mais enérgicas, para que os senhores bandidos, saqueadores e ladrões bonapartistas pudessem tranquilamente deixar Paris e a França, levando consigo toda a sua respectiva fortuna mobilizável, e deixando sob sua proteção muito especial suas casas e suas terras, que não puderam levar consigo. Ele levou sua solicitude assombrosa por este bando de assassinos da França ao ponto de arriscar toda sua

popularidade, ao protegê-los contra a muito legítima indignação e a desconfiança populares. Particularmente, em muitas cidades do interior, o povo, que não compreende nada desta exibição ridícula de uma generosidade tão mal posicionada, e que, quando se levanta para agir, sempre vai direto ao seu objetivo, tinha preso alguns altos funcionários do império que se tinham distinguido especialmente pela infâmia e pela crueldade de seus atos, tanto oficiais quanto privados. Mal o governo da Defesa Nacional, e principalmente o senhor Gambetta, enquanto ministro do Interior, tomou conhecimento disto que, prevalecendo-se deste poder ditatorial que ele acredita ter recebido do povo de Paris, e que, por uma contradição singular, ele acredita que deve empregar apenas contra o povo das províncias, e não em suas relações diplomáticas com o invasor estrangeiro, apressou-se em ordenar, da maneira mais altiva e mais peremptória, que se pusesse novamente estes malandros em plena liberdade.

Você se lembra, sem dúvida, caro amigo, das cenas que se passaram na segunda metade de setembro, em Lyon, na sequência da libertação do antigo prefeito, do procurador geral e dos policiais do império. Esta medida, ordenada diretamente pelo senhor Andrieux, procurador da República, assistido pelo Conselho Municipal, revoltou o povo de Lyon, e ainda por cima, nesta mesma hora encontravam-se, nos fortes desta cidade, muitos soldados aprisionados, postos na cadeia, pelo único crime de ter manifestado altamente sua simpatia pela República, cuja libertação o povo reclamava, havia vários dias, em vão.

Voltarei a falar deste incidente, que foi a primeira manifestação da cisão que devia, necessariamente, se produzir entre o povo de Lyon e as autoridades republicanas, tanto municipais, eletivas, quanto as nomeadas pelo governo da Defesa Nacional. Vou me limitar agora, caro amigo, a mostrar-lhe a contradição no mínimo estranha, que existe entre a indulgência extrema, excessiva, digo mais, imperdoável, deste governo, pelas pessoas que arruinaram, desonraram e traíram o país e que continuam a traí-lo ainda hoje, e a severidade draconiana de que usam com os republicanos, mais republicanos e infinitamente mais revolucionários que ele. Parece que o poder ditatorial foi-lhe dado não pela Revolução, mas pela reação, para servir contra a Revolução, e é apenas para continuar o teatro do Império que ele se dá o nome de governo republicano.

Parece que só libertou e tirou das prisões os servidores mais zelosos e mais comprometidos de Napoleão III para dar espaço aos republicanos. Você foi testemunha, e também, em parte, vítima da pressa e da brutalidade com que os perseguiram, acoossaram, prenderam e aprisionaram. Não se contentaram com esta perseguição *oficial e legal*; recorreram à mais infame calúnia. Ousaram dizer que estes homens, que em meio à mentira oficial que sobreviveu ao Império e que continua a arruinar as últimas esperanças da França, ousaram dizer a verdade, toda a verdade ao povo, eram agentes pagos pelos prussianos.

Eles libertam aqui os prussianos do Interior, notórios, confirmados, os bonapartistas, pois quem pode pôr em dúvida, agora, a aliança ostensiva de Bismarck com os partidários de Napoleão III? Eles mesmos cuidam dos interesses da invasão estrangeira; em nome de não sei que legalidade ridícula e de uma direção governamental que só existe em seus discursos e no papel, paralisam, em todo lugar, o movimento popular, o levante, o armamento e a organização espontânea das comunidades, que, nas circunstâncias terríveis em que se encontra o país, são as

únicas que podem salvar a França; e, desta forma, eles, os defensores nacionais, entregam-na infalivelmente aos prussianos. E, não contentes de prender os homens francamente revolucionários, pelo único crime de ter ousado denunciar sua incapacidade, sua impotência e sua má-fé, e de ter mostrado os únicos meios de salvação para a França, permitem-se ainda xingá-los com o nome sujo de prussianos! Ah! Como Proudhon tinha razão quando dizia (permita-lhes citar toda esta passagem, que é bonita e verdadeira demais para que se elimine uma só palavra dela):

“Ah! Ninguém é traído senão pelos seus. Em 1848, assim como em 1783, a Revolução teve como retentores²⁸ os mesmos que a representavam. Nosso republicanismo é, assim como o velho jacobinismo, *apenas um humor burguês*, sem princípio e sem plano, *que quer e não quer*, que sempre ralha, suspeita, e ainda assim é enganado, *que, fora de seu bando, só vê, em todo lugar, rebeldes e anarquistas*, que, bisbilhotando os arquivos da polícia, só sabe descobrir as fraquezas, verdadeiras ou falsas, dos patriotas; que proíbe o culto de Châtel e põe o arcebispo de Paris para cantar missas; *que, em todas as questões, esquiva a palavra própria, por medo de se comprometer, reserva-se sobre tudo, nunca decide nada, desconfia das razões claras e das posições precisas*. Não se vê aí, mais uma vez, Robespierre, *o falador sem iniciativa*, achando que Danton tem virilidade demais, *censurando as ousadias generosas das quais se sente incapaz*, abstando-se no dia 10 de agosto (como o senhor Gambetta e Cia. até o dia 4 de setembro), não aprovando nem desaprovando os massacres de setembro (como estes mesmos cidadãos em relação à proclamação da república pelo povo de Paris), votando a constituição de 93 e seu adiamento para quando houver a paz; difamando a festa da *Razão* e fazendo a do *Ser Supremo*; perseguindo Carrier e apoiando Fouquier-Tinville; fazendo as pazes com Camille Desmoulins de manhã e mandando prendê-la de noite; propondo a abolição da pena de morte e redigindo a lei de 22 de prairial; ultrapassando um a um Sieyès, Mirabeau, Barnave, Pétion, Danton, Marat, Hébert, e depois mandando guilhotinar e proscrever, um após o outro, Hébert, Danton, Pétion, Barnave, o primeiro como anarquista, o segundo como indulgente, o terceiro como federalista, o quarto como constitucional; *tendo estima apenas pela burguesia governamental e pelo clero refratário*²⁹; *jogando a Revolução ao descrédito*, às vezes em relação ao juramento eclesiástico, às vezes por ocasião dos “assignats”³⁰; poupando apenas aqueles aos quais o silêncio ou o suicídio garantem um refúgio, *e sucumbindo enfim no dia em que, tendo*

28 Ou seja, agentes paralisantes. No original, “enrayeurs”. O dicionário Robert atribui ao verbo “enrayer” tanto o significado de frear, entrarvar, como aquele de “criar o primeiro sulco na terra”, referindo-se a um arado. Este segundo sentido (o de fundação ou vanguarda), porém, não se coaduna com o contexto em que se encontra a palavra, apesar de figurar, de forma errônea, em pelo menos uma outra tradução do trecho citado, extraído do quarto capítulo de “Idéia geral da revolução no século XIX” de Proudhon.

29 Setor do clero “que se recusou a prestar juramento à constituição civil do clero”, em 1790 (traduzido do dicionário Robert).

*ficado só com os homens do meio-termo, ele tentou subjugar em proveito próprio, e em conivência com eles, a Revolução?*³¹” (9)

Ah, sim, o que distingue todos estes republicanos burgueses, verdadeiros discípulos de Robespierre, é o seu amor pela autoridade incondicional do Estado e o ódio pela Revolução. Este ódio e este amor, eles os têm em comum com os monarquistas de todas as cores, talvez até com os bonapartistas, e é esta identidade de sentimentos, esta conivência instintiva e secreta, que os torna, precisamente, tão indulgentes e tão singularmente generosos para com os servidores mais criminosos de Napoleão III. Eles reconhecem que, entre os homens de Estado do Império, há bastantes criminosos, e que todos fizeram um mal enorme e quase irreparável à França. Mas, no final, foram homens de Estado, estes delegados de polícia, estes espiões patenteados e condecorados, que delataram constantemente às perseguições imperiais tudo o que restava de honesto na França; os policiais mesmos, estes espancadores privilegiados do público, não eram, no fim das contas, servidores do Estado? E entre homens de Estado, deve-se deferência mútua, pois os republicanos oficiais e burgueses são homens de Estado antes de tudo, e ficariam muito chateados com quem se permitir duvidar disto. Leia todos os discursos deles, aqueles do senhor Gambetta, principalmente. Você vai encontrar em cada palavra esta preocupação constante do Estado, esta pretensão ridícula e ingênua de colocar-se como um homem de Estado.

Nunca se deve perder de vista, pois isto explica tudo, tanto sua indulgência pelos bandidos do Império quanto sua severidade contra os republicanos revolucionários. Monarquista ou republicano, um homem de Estado tem que ter horror da Revolução e dos Revolucionários, não tem jeito; pois a Revolução é a derrubada do Estado, os revolucionários são os destruidores da ordem burguesa, da ordem pública.

Você acha que estou exagerando? Vou prová-lo através de fatos.

Estes mesmos republicanos burgueses que, em fevereiro e em março de 1848, tinham aplaudido a generosidade do governo provisório que tinha protegido a fuga de Louis-Philippe e de todos os ministros, e que, depois de ter abolido a pena de morte por causa política, tinha tomado a resolução magnânima de não perseguir nenhum funcionário público por delitos cometidos no regime anterior; estes mesmos republicanos burgueses, inclusive o senhor Jules Favre, sem dúvida, um dos representantes mais fanáticos, como se sabe, da reação burguesa de

30 “*Hist.* (1789). Papel-moeda emitido na Revolução que era, em princípio, assinado (afiançado) sobre os ‘bens nacionais’” (traduzido do dicionário Robert). Pode-se traduzir o termo, quando não neste contexto específico da história, por “consignação” ou “apólice”.

31 O original apresenta ponto final; porém a frase começa com uma marca de interrogação: “N’est-ce pas”. Se fosse mantido o ponto final, estaria perdido o sentido interrogativo em português.

1848, tanto na Constituinte como na Assembléia Legislativa, e hoje membro do governo da Defesa Nacional e representante da França republicana no exterior; estes mesmos republicanos burgueses, o que disseram, decretaram e fizeram em junho? Foram mansos com as massas operárias, levadas à insurreição pela fome?

O senhor Louis Blanc, que também é um homem de Estado, mas um homem de Estado socialista, vai lhe responder (10):

“15.000 cidadãos foram presos depois dos acontecimentos de Junho, e 4.348, condenados à deportação sem julgamento, *por medida de segurança geral*. Durante dois anos, pediram juízes: levaram-lhes comissões de *clémencia*, e as solturas foram tão arbitrárias quanto seus aprisionamentos. Alguém acreditaria que um homem que se encontrou aqui tenha pronunciado frente a uma Assembléia, em pleno século dezenove, as seguintes palavras: “Seria impossível encaminhar para julgamento os transportados de Belle-Isle, contra muitos deles, não há provas materiais”? E como, segundo a afirmação deste homem, que era Baroche (o Baroche do Império, e, em 1848, cúmplice de Jules Favre e de mais de um outro republicano, no crime cometido em junho contra os operários), *não havia provas materiais* que antecipssem a certeza de que o julgamento resultasse numa condenação, condenou-se 468 proscritos dos pontões, sem os julgar, a serem transportados para a Argélia. Entre eles estava Lagarde, ex-presidente dos delegados do Luxemburgo. Ele escreveu, de Brest, para os operários de Paris, a admirável e pungente carta a seguir:

‘Irmãos, aquele que, em conseqüência dos acontecimentos de fevereiro de 1848, foi chamado à honra insigne a marchar à frente de vocês; aquele que, há dezenove meses, sofre, em silêncio, longe de sua numerosa família, as torturas do mais monstruoso cativo; aquele, enfim, que acaba de ser condenado, *sem julgamento*, a dez anos de trabalhos forçados na terra estrangeira, e isto, em virtude de uma *lei retroativa, de uma lei concebida, votada e promulgada sob a inspiração do ódio e do medo* (por republicanos burgueses); aquele, pois, não quis deixar o chão da pátria mãe sem conhecer os motivos sobre os quais um ministro audacioso ousou arquitetar a mais terrível das proscricções.

Em conseqüência, dirigiu-se ao comandante do pontão *La Guerrière*, o qual lhe deu a comunicação do seguinte, *textualmente* extraído das notas anexas ao seu dossiê:

«Lagarde, delegado do Luxemburgo, homem de uma probidade incontestável, homem muito pacífico, instruído, geralmente apreciado, e, por isto mesmo, muito perigoso para a propaganda».

Entrego somente este fato à apreciação de meus concidadãos, convencido de que sua consciência saberá julgar bem quem, os carrascos ou a vítima, merece mais sua compaixão.

Quanto a vocês, irmãos, permitam-me dizer-lhes: vou embora, mas não estou vencido, saibam bem disto! Vou embora, mas não lhes digo adeus.

Não, irmãos, não lhes digo adeus. Acredito no bom-senso do povo; tenho fé na santidade da causa à qual dediquei todas as minhas faculdades intelectuais; tenho fé na República, porque ela

é imperecível como o mundo. É por isto que lhes digo até breve, e, acima de tudo, *união e clemência!*

Viva a República!

No ancoradouro de Brest. Pontão *La Guerrière*

LAGARDE, *Ex-presidente dos delegados do Luxemburgo*''.

O que pode ser mais eloqüente que estes fatos? E não tivemos mil vezes razão em dizer e repetir que a reação burguesa de julho, cruel, sangrenta, horrível, cínica, desavergonhada, foi a verdadeira mãe do Golpe de Estado de dezembro? O princípio sendo o mesmo, a crueldade imperial foi apenas uma imitação da crueldade burguesa, ultrapassando-a somente no número de vítimas deportadas e assassinadas. Quanto aos assassinados, nem é certo ainda, pois o massacre de junho, as execuções sumárias executadas pelas guardas nacionais burguesas em cima de operários dispersos, sem nenhum julgamento prévio, e não no próprio dia, mas no dia seguinte à vitória, foram horríveis. Quanto ao número de deportados, a diferença é notável. Os republicanos burgueses tinham aprisionado 15.000 e transportado 4.348 operários. Os bandidos de dezembro prenderam, por sua vez, cerca de 26.000 cidadãos e transportaram, mais ou menos, a metade, 13.000 cidadãos, mais ou menos. Evidentemente, de 1848 a 1852, houve progresso, mas somente na quantidade, não na qualidade. Quanto à qualidade, ou seja, ao princípio, deve-se reconhecer que os bandidos de Napoleão III foram muito mais desculpáveis que os republicanos burgueses de 1848. Eram bandidos, sicários³² de um déspota; assim, ao assassinar republicanos devotados, faziam seu trabalho; e pode-se até dizer que, deportando a metade de seus prisioneiros, não assassinando todos de uma vez só, fizeram, de certa forma, um ato de generosidade; enquanto que os republicanos burgueses, deportando sem nenhum julgamento, *por medida de segurança geral*, 4.348 cidadãos, pisaram nos pés de sua própria consciência, cuspiram na cara de seu próprio princípio, e, preparando, *legitimando* o Golpe de Estado de dezembro, assassinaram a República.

Sim, digo isto abertamente, aos meus olhos e para a minha consciência, os Morny, os Baroche, os Persigny, os Fleury, os Piétri e todos os seus companheiros da sangrenta orgia imperial, são muito menos culpáveis que o senhor Jules Favre, hoje membro do governo da Defesa Nacional, menos culpáveis que todos os outros republicanos burgueses que, na Assembléia constituinte e na Assembléia Legislativa, de 1848 a dezembro de 1851, votaram com ele. Não seria também o sentimento desta culpa e desta solidariedade criminosa com os bonapartistas que os faz, hoje, tão indulgentes e tão generosos com estes últimos?

32 Matadores de aluguel.

Há outro fato digno de observação e de meditação. Exceto Proudhon e Louis Blanc, quase todos os historiadores da Revolução de 1848 e do Golpe de Estado de dezembro, assim como os maiores escritores do Radicalismo burguês, os Vitor Hugo, os Quinet, etc., falaram muito do crime e dos criminosos de dezembro, mas tiveram a bondade de se deter no crime e sobre os criminosos de junho? Entretanto, é tão evidente que dezembro não foi outra coisa, a não ser a consequência fatal e a repetição, em versão maior, de junho!

Porque este silêncio sobre junho? Será porque os criminosos de junho eram republicanos burgueses, dos quais os escritores acima citados foram, moralmente, mais ou menos cúmplices? Cúmplices de seu princípio e necessariamente, pois, cúmplices diretos de suas ações. Esta razão é provável. Mas há outra ainda, que é certa: o crime de junho só golpeou operários, socialistas revolucionários, conseqüentemente, *estranhos* à classe e inimigos naturais do princípio que representam todos estes escritores honráveis. Enquanto o crime de dezembro atingiu e deportou milhares de republicanos burgueses, seus irmãos do ponto de vista social, seus correligionários do ponto de vista político. E, além disto, eles mesmos foram, mais ou menos, as vítimas. Daí sua extrema sensibilidade por dezembro e sua indiferença por junho.

Regra geral: Um burguês, por mais que seja um republicano vermelho, ficará muito mais vivamente afetado, emocionado e magoado por uma desventura da qual outro burguês seja vítima, mesmo que este burguês seja um imperialista enraivecido, que pela desgraça de um operário, de um homem do povo. Nesta diferença há sem dúvida uma grande injustiça, mas esta injustiça não é premeditada, é instintiva. Provém do fato que as condições e os hábitos da vida, que exercem sobre os homens uma influência sempre mais potente que suas idéias e suas convicções políticas, estas condições e estes hábitos, esta maneira especial de existir, de desenvolver-se, de pensar e de agir, todas estas relações sociais tão múltiplas e, ao mesmo tempo, tão regularmente convergentes em direção ao mesmo objetivo, que constituem a vida burguesa, o mundo burguês, estabelecem entre os homens que pertencem a este mundo, por maior que seja a diferença de suas opiniões políticas, uma solidariedade infinitamente mais real, mais profunda, mais potente, e, acima de tudo, mais sincera, que aquela que possa se estabelecer entre os burgueses e os operários, em consequência de uma afinidade maior ou menor de convicções e idéias.

A vida domina o pensamento e determina a vontade. Eis uma verdade que não se deve nunca perder de vista, quando se quer compreender alguma coisa dos fenômenos políticos e sociais. Se quisermos, pois, estabelecer entre os homens uma sincera e completa afinidade de pensamento e de vontade, é preciso fundá-las sobre as próprias condições da vida, sobre a comunidade dos interesses. E, como há, pelas próprias condições de sua respectiva existência, entre o mundo burguês e o mundo operário, um abismo, um sendo o mundo explorador, o outro o mundo explorado e vítima, concluo que, se um homem, nascido e criado no meio burguês, quer se tornar, sinceramente e sem discursos vazios, amigo e irmão dos operários, deve renunciar a todas as condições de sua existência passada, a todos os hábitos burgueses, romper todas as suas relações de sentimento, de vaidade e de espírito com o mundo burguês, e, virando as costas a este mundo, tornando-se inimigo dele e declarando-lhe uma guerra irreconciliável, jogar-se inteiramente, sem restrição nem reserva, no mundo operário.

Se não encontrar em si uma paixão de justiça suficiente para inspirar-lhe esta resolução e esta coragem, que não engane a si mesmo, e que não engane os operários, nunca vai se tornar amigo deles. Seus pensamentos abstratos, seus sonhos de justiça, bem poderão levá-lo, nos momentos de reflexão, de teoria e de calma, enquanto nada se mexe no exterior, para o lado do mundo explorado. Mas, que venha um momento de grande crise social, quando estes dois mundos irreconciliavelmente opostos se encontram numa luta suprema, e todas as amarras de sua vida vão jogá-lo, de maneira inevitável, de volta para o mundo explorador. É o que aconteceu anteriormente a muitos de nossos amigos citados, e é o que sempre vai acontecer com todos os republicanos e socialistas burgueses.

Os ódios sociais, assim como os ódios religiosos, são muito mais intensos, mais profundos que os ódios políticos. Eis a explicação da indulgência de seus democratas burgueses pelos bonapartistas, e de sua severidade excessiva contra os revolucionários socialistas. Eles detestam muito menos os primeiros que os últimos, o que tem como consequência necessária sua união com os bonapartistas numa comum reação.

Os bonapartistas, de início excessivamente amedrontados, perceberam logo que tinham, no governo da Defesa Nacional e em todo este mundo quase republicano e oficial novo, improvisado por este governo, aliados poderosos. Devem ter ficado muito surpreendidos e contentes - eles que, carecendo de outras qualidades, tem, pelo menos, a de serem homens realmente práticos e de querer os meios que conduzem à sua meta - de ver que este governo, não contente de respeitar suas pessoas e deixá-las gozar, em plena liberdade, do fruto de sua rapina, tinha conservado toda a administração militar, jurídica e civil, da nova República, os velhos funcionários do Império, contentando-se somente de substituir os prefeitos e subprefeitos, os procuradores gerais e os procuradores da República, mas deixando todos os escritórios das prefeituras, assim como os próprios ministérios, cheios de bonapartistas, e a imensa maioria das comunidades da França sob o jugo corruptor das municipalidades nomeadas pelo governo de Napoleão III, destas mesmas municipalidades que fizeram o último plebiscito e que, no ministério Palikao e sob a direção jesuítica de Chevreau, fizeram, no campo, uma propaganda tão atroz em favor do infame.

Devem ter rido muito desta besteira realmente inconcebível da parte dos homens de espírito que compõem o governo provisório atual, de terem sido capazes de esperar que, a partir do momento em que eles, os republicanos, se colocaram como cabeças do poder, toda esta administração bonapartista iria tornar-se republicana também. Os bonapartistas agiram bem diferentemente em dezembro. O último cuidado foi quebrar e expulsar até o menor funcionário que não quis se corromper, expulsar toda a administração republicana, e colocar em todas as funções, das mais altas às mais inferiores, criaturas do bando bonapartista. Quanto aos republicanos e aos revolucionários, deportaram e aprisionaram os últimos, e expulsaram da França os primeiros, só deixando no interior do país os mais inofensivos, os menos resolvidos, os menos convencidos, os mais burros, ou então aqueles que, de uma maneira ou de outra, tinham consentido em se vender. Foi assim que conseguiram apropriar-se do país e maltratá-lo

sem nenhuma resistência de sua parte, durante mais de vinte anos; já que, como já o observei, o bonapartismo data de junho e não de dezembro, e que o senhor Jules Favre e seus amigos, republicanos burgueses das Assembléias constituinte e legislativa, foram seus verdadeiros fundadores.

É preciso ser justo com todo o mundo, até com os bonapartistas. São uns tratantes, é verdade; mas tratantes muito práticos. Tiveram, repito-o mais uma vez, o conhecimento e a vontade dos meios que conduziam à sua meta, e quanto a isto se mostraram infinitamente superiores aos republicanos, que fingem governar a França hoje. Nesta mesma hora, depois de sua derrota, eles se mostraram superiores e muito mais poderosos que todos estes republicanos oficiais que tomaram os seus lugares. Não são os republicanos, são eles que governam a França ainda hoje. Tranquilizados pela generosidade do governo da Defesa Nacional, consolados ao ver reinar em toda parte, no lugar desta Revolução que temem, a reação governamental, encontrando em todas as partes da administração da República seus velhos amigos, seus cúmplices, irrevogavelmente presos a eles por esta *solidariedade da infâmia e do crime*, da qual já falei e à qual voltarei ainda mais tarde, e conservando em suas mãos um instrumento terrível, toda esta imensa riqueza que eles acumularam durante vinte anos de horrível pilhagem, os bonapartistas, decididamente, levantaram a cabeça.

Sua ação oculta e potente, mil vezes mais poderosa que aquela do rei de Yvetot coletivo que governa em Tours, é sentida em todas as partes. Seus jornais, *La Patrie*, *Le Constitutionnel*, *Le Pays*, *Le Peuple* do senhor Duvernois, *La Liberté* do senhor Émile de Girardin e ainda muitos outros, continuam a aparecer. Eles traem o governo da República e falam abertamente, sem temor nem vergonha, como se não tivessem sido os traidores assalariados, os corruptores, os vendedores, os coveiros da França. O senhor Émile de Girardin, que tinha ficado rouco durante os primeiros dias de setembro, recuperou sua voz, seu cinismo e sua incomparável deslealdade; assim como em 1848, propôs generosamente ao governo da República uma ideia por dia. Nada o perturba, nada o surpreende; a partir do momento que está entendido que não vão tocar nem em sua pessoa, nem no seu bolso, ele está tranqüilo e sente-se novamente o mestre de sua área: “Apenas estabeleçam a República”, escreve ele, “e verão as mais belas reformas políticas, econômicas, filosóficas que eu vou propor para vocês”. Os jornais do império refazem abertamente a reação em proveito do império. Os órgãos do jesuitismo voltam a falar dos benefícios da religião.

A intriga bonapartista não se limita a esta propaganda através da imprensa. Tornou-se todo-poderosa no campo e nas cidades também. No campo, apoiada por uma multidão de grandes e de médios proprietários bonapartistas, pelos senhores padres e por todas estas antigas municipalidades, conservadas e protegidas com carinho pelo governo da República, ela prega mais apaixonadamente do que nunca o ódio pela República e o amor pelo império. Ela desvia os camponeses de qualquer participação na Defesa Nacional e lhes aconselha, ao contrário, a acolher bem os prussianos, estes novos aliados do imperador. Nas cidades, apoiados pelos escritórios das prefeituras e das subprefeituras, se não pelos próprios prefeitos e subprefeitos, pelos juizes do império; se não pelos advogados gerais e pelos procuradores da República, pelos generais e quase todos os oficiais superiores do exército; se não pelos soldados que são patriotas, mas que estão aprisionados pela velha disciplina, apoiados também pela maioria das

municipalidades, pela imensa maioria dos grandes e pequenos comerciantes, industriais, proprietários, lojistas; apoiados até por esta multidão de republicanos burgueses, moderados, tímidos, anti-revolucionários, apesar de tudo, e que, só encontrando energia se for contra o povo, trabalham pelo bonapartismo sem saber e sem querer; apoiados por todos estes elementos da reação inconsciente e consciente, os bonapartistas paralisam tudo o que é movimento, ação espontânea e organização das forças populares, e, através disto, entregam incontestavelmente as cidades, assim como o campo, aos prussianos e, através dos prussianos, ao chefe de seu bando, ao imperador. Enfim, eu diria, eles entregam aos prussianos as fortalezas e os exércitos da França, prova: as capitulações infames de Sedan, de Estrasburgo, de Rouen..... Eles estão matando a França.

O governo da Defesa Nacional deveria e poderia aturar isto? Parece-me que, para esta pergunta, só pode existir uma resposta: Não, mil vezes não. Seu primeiro, seu maior dever, do ponto de vista da salvação da França, é extirpar pela raiz a conspiração e a ação maléfica dos bonapartistas. Mas como extirpá-la? Havia um único meio: era prendê-los e aprisioná-los, primeiro, todos, em massa, em Paris e no interior, começando pela imperatriz Eugênia e sua corte, todos os altos funcionários militares e civis, senadores, conselheiros de Estado, deputados bonapartistas, generais, prefeitos regionais, subprefeitos, prefeitos municipais, juízes de paz, todo o corpo administrativo e judiciário, sem esquecer da polícia, todos os proprietários notoriamente devotados ao império, tudo o que constitui, numa palavra, o bando bonapartista.

Esta prisão em massa era possível? Nada era mais fácil. O governo da Defesa Nacional e seus delegados nas províncias precisavam apenas fazer um sinal, cuidando em recomendar às populações que não maltratassem ninguém, e podia-se ter certeza que, em poucos dias, sem muita violência e sem nenhuma efusão de sangue, a imensa maioria dos bonapartistas, principalmente os homens ricos, influentes e notáveis deste partido, por toda a superfície da França, teriam sido presos e encarcerados. As populações dos departamentos não tinham prendido vários, no seu próprio movimento, na primeira metade de setembro, e, repare bem, sem fazer mal a nenhum, da maneira mais educada e mais humana no mundo[?]

A crueldade e a brutalidade não estão mais nos costumes do povo francês, principalmente, não estão mais nos costumes do proletariado das cidades da França. Se sobram alguns vestígios, deve-se procurá-los, em parte, nos camponeses, mas principalmente na classe tão estúpida quanto numerosa dos lojistas. Ah! Esses aí são realmente ferozes! Provaram isto em junho de 1848 (11), e muitos fatos provam que não mudaram de natureza hoje. O que torna, acima de tudo, tão feroz o lojista, é, ao lado de sua estupidez desesperadora, sua covardia, é o medo, e sua insaciável ganância. Ele se vinga pelo medo que o fizeram passar e pelos riscos que fizeram sua bolsa correr, bolsa que, ao lado de sua grande vaidade, constitui, como é sabido, a parte mais sensível de seu ser. Ele só se vinga quando pode fazê-lo sem o menor perigo para si próprio. Ah! Mas aí é sem piedade!

Quem conhece os operários da França sabe que, se os verdadeiros sentimentos humanos, tão fortemente diminuídos, e, principalmente, falseados de maneira tão considerável em nossos tempos, pela hipocrisia oficial e pela pieguice burguesa, se conservaram em algum lugar, é entre eles; é a única classe da sociedade, hoje, da qual se possa dizer que é realmente generosa, generosa demais, às vezes, e esquecida demais dos crimes atrozes e das odiosas³³ traições de que foi vítima tantas vezes. Ela é incapaz de crueldade. Mas há nela, ao mesmo tempo, um instinto correto que a faz ir direto ao assunto, um bom-senso que lhe diz que, quando se quer acabar com os maus feitos, deve-se, primeiro, parar e paralisar os malfeitores. A França estava, evidentemente, sendo traída; era preciso impedir os traidores de traí-la ainda mais. É por isto que, em quase todas as cidades da França, o primeiro movimento dos operários foi prender e encarcerar os bonapartistas.

O governo da Defesa Nacional mandou soltá-los em todo lugar. Quem estava errado, os operários ou o governo? Sem dúvida, o último. Não somente estava errado; cometeu um crime ao soltá-los. E por que não mandou soltar ao mesmo tempo todos os assassinos, os ladrões, os criminosos de todo tipo, que estão detidos nas prisões da França? Que diferença há entre eles e os bonapartistas? Não vejo nenhuma, e, se existir, será totalmente em favor dos criminosos comuns em relação aos bonapartistas. Os primeiros roubaram, atacaram, maltrataram indivíduos. Uma parte dos últimos cometeu literalmente os mesmos crimes, e todos juntos pilharam, violaram, desonraram, assassinaram, traíram e venderam a França, um povo inteiro. Qual é o crime maior? Sem dúvida, o dos bonapartistas.

Teria o governo da Defesa Nacional feito mais mal para a França se tivesse soltado todos os criminosos detidos nas prisões e os condenados a trabalhos forçados, do que lhe fez ao respeitar e ao mandar respeitar a liberdade e a propriedade dos bonapartistas, deixando-os consumir livremente a ruína da França? Não, mil vezes não! Os trabalhadores forçados, se libertados, matariam algumas dezenas, digamos que algumas centenas, ou até alguns milhares de indivíduos; os prussianos matam muito mais todo dia; além disso, os primeiros seriam rapidamente detidos e encarcerados novamente pelo próprio povo. Os bonapartistas matam o povo, e, por pouco tempo que puderem fazer o que quiserem, é o povo inteiro, é a França que eles vão por na prisão.

Mas como deter e manter na prisão tantas pessoas sem julgamento? Ah! Não seja por isto! Por pouco que se encontre, na França, um número suficiente de juízes íntegros, e por pouco que estes se dêem o trabalho de investigar os atos passados dos servidores de Napoleão III, encontrarão, sem dúvida, razão para condenar três quartos destes aos trabalhos forçados, e muitos até à morte, aplicando-lhes simplesmente e sem nenhuma severidade excessiva, o Código Penal.

33 O original apresenta “oiseuses”, “ociosas”. Deve ter havido confusão com “odieuses” (odiosas) na digitação do manuscrito.

Aliás, não foram os bonapartistas que deram o exemplo? Não detiveram e encarceraram mais de 26.000, e não transportaram, para a Argélia e para Caiena, mais de 13.000 cidadãos patriotas, durante e depois do golpe de dezembro? Dirão que a eles era permitido agir assim porque eram bonapartistas, ou seja, gente sem fé, sem princípio, bandidos. Mas os republicanos, que lutam em nome do direito, e que querem fazer triunfar o princípio da justiça, não devem, não podem transgredir as condições fundamentais e primeiras destes. Citarei, pois, um exemplo.

Em 1848, após a SUA vitória de junho, senhores republicanos burgueses, que se mostram tão escrupulosos agora nesta questão de justiça, porque se trata de aplicá-la hoje aos bonapartistas, quer dizer, a homens que, por seu nascimento, sua educação, seus hábitos, sua posição na sociedade e por sua maneira de encarar a questão social, a questão da emancipação do proletariado, pertencem à sua classe, são seus irmãos; após este triunfo conquistado por vocês, em junho, contra os operários de Paris, a Assembléia Nacional, da qual o senhor era, senhor Jules Favre, da qual o senhor era, senhor Crémieux, e no seio da qual, pelo menos o senhor, Jules Favre, era, neste momento, com o senhor Pascal Duprat, seu colega, um dos órgãos mais eloqüentes da reação furiosa; esta Assembléia de republicanos burgueses não suportou que, durante três dias seguidos, a burguesia furiosa fuzilasse, sem nenhum julgamento, centenas, para não dizer milhares de operários desarmados? E, imediatamente depois, não mandou jogar para dentro dos pontões 15.000 operários, *sem nenhum julgamento, por simples medida de segurança pública?* E depois destes terem lá ficado durante meses, pedindo em vão esta justiça em nome da qual os senhores discursam tanto agora, na esperança destes discursos poderem mascarar sua conivência com a reação, esta mesma Assembleia de republicanos burgueses, tendo aos senhores, sempre, como cabeças, senhor Jules Favre, não mandou condenar 4.348 à deportação, novamente *sem julgamento* e ainda *por medida de segurança geral?* Ora vamos, vocês todos são uns hipócritas odiosos!

Como é que o senhor Jules Favre não encontrou em si mesmo e não achou por bem empregar, contra os bonapartistas, um pouco *desta altiva energia*, um pouco desta ferocidade implacável, que manifestou tão amplamente em junho de 1848, quando se tratava de bater em operários socialistas? Ou será que ele pensa que os operários, que reclamam seu direito à vida, às condições de uma existência humana, que pedem, de armas em punho, a justiça igual para todos, são mais culpados que os bonapartistas que assassinam a França?

Pois é isto mesmo! Tal é, incontestavelmente, não o pensamento explícito, sem dúvida – um pensamento tal não ousaria admitir-se a si mesmo – mas o instinto profundamente burguês que inspira todos os decretos do governo da Defesa Nacional, assim como os atos da maior parte de seus delegados provinciais: comissários gerais, prefeitos, subprefeitos, procuradores gerais, e procuradores da República, que, pertencentes ao tribunal³⁴ ou à imprensa republicana, representam, por assim dizer, a fina flor do jovem radicalismo burguês. Aos olhos de todos estes

34 “au barreau”, ao banco dos advogados no tribunal.

ardentes patriotas, assim como na opinião *historicamente constatada* do senhor Jules Favre, *a Revolução Social constitui, para a França, um perigo ainda mais grave que a própria invasão estrangeira*. Quero crer que, se não todos, pelo menos a maior parte destes dignos cidadãos sacrificariam, de bom grado, suas vidas para salvar a glória, a grandeza e a independência da França, mas tenho igual, ou até maior certeza, por outro lado, que uma maioria ainda mais considerável entre eles preferiria ver esta nobre França ficar temporariamente subjugada pelos prussianos a dever sua salvação a uma franca revolução popular, a qual demoliria inevitavelmente, ao mesmo tempo, a dominação econômica e política de sua classe. Daí a indulgência revoltante deles, mas necessária para os partidários tão numerosos e, infelizmente, ainda demasiado poderosos, da traição bonapartista, e sua severidade apaixonada, suas perseguições implacáveis contra os socialistas revolucionários, representantes destas classes operárias, que são as únicas que levam a sério, hoje, a libertação do país.

É evidente que não são vagos escrúpulos de justiça, e sim o medo de provocar e encorajar a Revolução Social que impede o governo de punir a conspiração flagrante do partido bonapartista. De outro modo, como explicar que já não o tenha feito no dia 4 de setembro? Terá podido duvidar um só instante, ele que ousou tomar para si a terrível responsabilidade da salvação da França, de seu direito e de seu dever de recorrer às medidas mais enérgicas contra os infames partidários de um regime que, não contente de ter arruinado a França, ainda se esforça, hoje, para paralisar todos os meios de defesa desta, na esperança de restabelecer o trono imperial com a ajuda e sob o protetorado dos prussianos?

Os membros do governo da Defesa Nacional detestam a Revolução, vá lá. Mas for verificado, e se ficar, dia após dia, mais evidente que na situação desastrosa em que se encontra a França, só lhe resta a seguinte alternativa: *ou a Revolução, ou a servidão aos prussianos*, questão apenas do ponto de vista do patriotismo, estes homens, que assumiram o poder ditatorial em nome do bem da França, não serão criminosos, não serão, eles próprios, traidores de sua pátria, se, por ódio à Revolução, entregarem a França, ou apenas permitirem que seja entregue aos prussianos?

Vai fazer um mês que o regime imperial, derrubado pelas baionetas prussianas, caiu na lama. Um governo provisório, composto de burgueses mais ou menos radicais, tomou lugar. O que fez para salvar a França?

Esta é a verdadeira questão, a única pergunta. Quanto àquela da legitimidade do governo da Defesa Nacional e de seu direito, digo mais, de seu dever de aceitar o poder das mãos do povo de Paris, depois deste ter, finalmente, varrido a escória bonapartista, só pode ser feita, no dia seguinte à vergonhosa catástrofe de Sedan, pelos cúmplices de Napoleão III, ou, o que quer dizer a mesma coisa, pelos inimigos da França. O senhor Émile de Girardin, naturalmente, estava neste meio (12).

Se o momento não era tão terrível, podia-se ter rido muito ao ver o descaramento incomparável destas pessoas. Ultrapassam hoje Robert Macaire, o chefe espiritual de sua Igreja, e o próprio Napoleão III, que é o chefe visível desta.

Como! Mataram a República e fizeram o digno imperador subir no trono através dos meios que sabemos. Durante vinte anos seguidos, foram os instrumentos muito interessados e muito voluntários das mais cínicas violações de todos os direitos e de todas as legitimidades possíveis; corromperam, envenenaram e desorganizaram a França sistematicamente, tornaram-na estúpida; trouxeram, enfim, para esta triste vítima de sua ganância e de sua vergonhosa ambição, desgraças cuja imensidão ultrapassa tudo o que a imaginação mais pessimista podia prever. Na presença de uma catástrofe tão horrível e cujos autores principais foram eles, esmagados pelo remorso, pela vergonha, pelo terror, pelo medo de um castigo popular, mil vezes merecido, deveriam ter se escondido debaixo da terra, não é? Ou se refugiado, pelo menos, como seu mestre, sob a bandeira dos prussianos, a única capaz de cobrir, hoje, a sujeira deles. Pois não, tranquilizados pela indulgência criminosa do governo da Defesa Nacional, ficaram em Paris e espalharam-se por toda a França, reclamando em voz alta contra este governo que declaram ilegal e ilegítimo, em nome dos direitos do povo, em nome do sufrágio universal.

O cálculo deles está correto. Uma vez que a deposição de Napoleão III se tornou um fato irrevogavelmente consumado, não lhes resta outra forma de trazê-lo de volta para a França a não ser pelo triunfo definitivo dos prussianos. Mas, para garantir e para acelerar este triunfo, é preciso paralisar todos os esforços patrióticos e realmente revolucionários da França, destruir em sua raiz todos os meios da defesa, e, para atingir esta meta, a via mais curta, mais certa, é a convocação imediata de uma Assembleia Constituinte. Vou prová-lo.

Mas, primeiro, acho útil demonstrar que os prussianos podem e devem querer o restabelecimento de Napoleão III no trono da França. A posição do conde de Bismarck e de seu mestre Guilherme I, tão triunfante que é, não é nada fácil. Seu objetivo é evidente: é a unificação meio forçada e meio voluntária de todos os Estados da Alemanha sob o cetro real da Prússia, que sem dúvida será transformado, em breve, em cetro imperial; é a constituição do mais poderoso império no coração da Europa. Não há nem cinco anos que, entre as cinco grandes potências da Europa, a Prússia era considerada como a última. Hoje ela quer e sem dúvida vai se tornar a primeira, e aí, cuidado com a independência e a liberdade da Europa! Cuidado para os pequenos Estados, principalmente, quando tem a desgraça de possuir, em seu seio, populações germânicas ou antigamente germânicas, como os flamengos³⁵, por exemplo.

O apetite do orgulho alemão é tão feroz quanto é enorme seu servilismo, e, apoiando-se neste patriótico apetite e neste servilismo tão alemão, o senhor Conde de Bismarck, que não tem escrúpulos e que é homem de Estado demais para poupar o sangue dos povos e para respeitar suas bolsas, sua liberdade e seus direitos, bem seria capaz de empreender, em proveito de seu mestre, a realização dos sonhos de Charles Quint.

Uma parte da tarefa imensa que se impôs a si mesmo está acabada: graças à conivência de Napoleão III, que ele enganou, graças à aliança do imperador Alexandre II, que ele enganará,

35 Habitantes da região de Flandres, hoje parte da Bélgica.

já conseguiu esmagar a Áustria. Hoje ele mantém respeito a esta por causa da atitude ameaçadora de seu aliado fiel, a Rússia.

Quanto ao império do czar, desde a partilha da Polônia, e precisamente por causa desta partilha, está submisso ao reino da Prússia assim como este está submisso ao império de todas as Rússias. Não podem se fazer guerra, a não ser que emancipem as províncias polonesas que possuem, o que é tão impossível para um como para o outro, pois a posse destas províncias constitui, para cada um deles, a condição essencial de sua potência enquanto Estado. Não podendo guerrear entre si, *nolens volens*³⁶, devem ser aliados íntimos. Basta a Polônia se mexer para que o Império da Rússia e o reino da Prússia sejam obrigados a sentir aumentar sua paixão um pelo outro. Esta solidariedade forçada é o resultado fatal, muitas vezes desvantajoso, e sempre difícil, do ato de bandidagem que cometeram, todos os dois, contra esta nobre e triste Polônia, pois não se pode imaginar que os russos, mesmo oficiais, gostem dos prussianos, nem que estes últimos adorem os russos; ao contrário, detestam-se de maneira cordial, profundamente; mas, como dois bandidos, presos um ao outro pela solidariedade do crime, são obrigados a andar juntos e ajudar-se mutuamente, daí o inefável carinho que une as cortes de São Petersburgo e de Berlim, e que o conde de Bismarck nunca esquece de entreter através de alguns presentes, por exemplo alguns tristes patriotas poloneses entregues, de vez em quando, aos carrascos de Varsóvia ou de Wilna.

No horizonte desta amizade sem nuvens, aparece já, porém, um ponto escuro: é a questão das províncias bálticas. Estas províncias, como se sabe, não são nem russas, nem alemãs, são letãs ou finlandesas, a população alemã, composta de nobres e burgueses, constituindo ali apenas uma minoria muito ínfima; estas províncias tinham pertencido, primeiro, à Polônia, depois à Suécia, e mais tarde, foram conquistadas pela Rússia. A mais feliz solução para elas, do ponto de vista popular – e não admito outro – seria, para mim, sua volta, junto com a Finlândia, não sob a dominação da Suécia, mas numa aliança federativa, muito íntima, com ela, a título de membros da federação escandinava, englobando a Suécia, a Noruega, a Dinamarca e toda a parte dinamarquesa do Schleswig³⁷, mesmo que isto não seja do agrado dos senhores alemães. Seria justo, seria natural, e estas duas razões serão suficientes para que isto desagrade aos alemães; isto poria, enfim, um limite salutar em suas ambições marítimas. Os russos querem russificar estas províncias, os alemães as querem germanizar. Uns e outros estão errados. A imensa maioria da população, que detesta igualmente os alemães e os russos, quer permanecer o que é, ou seja, finlandesa e letã, e só poderá encontrar o respeito de sua autonomia e de seu direito de ser ela mesma na Confederação Escandinava.

36 Expressão latina que significa “querendo ou não”; por extensão, “por bem ou por mal”.

37 Região correspondente a um estado do norte da atual Alemanha (Schleswig-Holstein), que faz fronteira com a Dinamarca.

Mas, como disse, isto não se concilia, de modo algum, com a cobiça patriótica dos alemães. Há algum tempo, as pessoas se preocupam muito com esta questão na Alemanha. Ela foi acordada pelas perseguições do governo russo contra o clero protestante, que, nas suas províncias, é alemão. Estas perseguições são odiosas como são todos os atos de um despotismo qualquer, russo ou prussiano; mas não ultrapassam aquelas que o governo prussiano comete todo dia nas províncias russo-polonesas; porém, este mesmo público alemão cuida em não protestar contra o despotismo prussiano. De tudo isto resulta que, para os alemães, não se trata de justiça, de forma alguma, mas de aquisição, de conquista. Eles cobiçam estas províncias, as quais seriam, efetivamente, muito úteis para eles, do ponto de vista de seu poderio marítimo no Báltico, e não duvido que Bismarck alimente, em algum compartimento muito recuado de seu cérebro, a intenção de se apoderar delas, mais cedo ou mais tarde, de uma maneira ou de outra. Tal é o ponto escuro que surge entre a Rússia e a Prússia.

Por mais escuro que seja, não é, ainda, capaz de separá-las. Elas precisam demais uma da outra. A Prússia, que daqui para frente não poderá ter outra aliada, na Europa, além da Rússia, pois todos os outros Estados, sem exceção nem mesmo da Inglaterra, sentindo-se hoje ameaçados por sua ambição, que logo não conhecerá mais limites, estão se virando ou vão se virar, mais cedo ou mais tarde, contra ela; a Prússia cuidará, pois, em não fazer agora uma pergunta que, necessariamente, faria com que se desentendesse com sua única amiga, a Rússia. Precisar de sua ajuda, de sua neutralidade, pelo menos, enquanto não tiver aniquilado completamente, pelo menos durante vinte anos, a potência da França, destruído o império da Áustria e englobado a Suíça alemã, uma parte da Bélgica, a Holanda e toda a Dinamarca; pois a posse destes dois últimos reinos é-lhe indispensável para a criação e para a consolidação de seu poderio marítimo. Tudo isto será a condição necessária para seu triunfo sobre a França, isto é, se este triunfo for definitivo e completo. Mas tudo isto, mesmo supondo as circunstâncias mais felizes para a Prússia, não poderá realizar-se de uma vez só. A execução destes projetos imensos levará muitos anos, e, durante todo este tempo, a Prússia precisará, mais do que nunca, da ajuda da Rússia; pois é preciso supor que o resto da Europa, por mais covarde e estúpido que se mostre atualmente, acabará, contudo, por despertar quando sentir a faca em sua garganta, e não vai se deixar acomodar ao estilo prusso-germânico, sem resistência e sem combater. Sozinha, a Prússia, mesmo triunfante, mesmo depois de ter esmagado a França, seria fraca demais para lutar contra todos os Estados da Europa reunidos. Se a Rússia também se voltasse contra ela, estaria perdida. Sucumbiria até com a neutralidade russa; será absolutamente necessário para ela a cooperação efetiva da Rússia, esta mesma cooperação que lhe faz hoje um imenso favor, ao manter a Áustria em xeque; pois é evidente que se a Áustria não estivesse ameaçada pela Rússia, no dia seguinte à entrada das tropas alemãs no território da França, ela jogaria as suas na Prússia, na Alemanha desguarnecida de soldados, para reconquistar sua dominação perdida e vingar-se estrondosamente por Sadowa.

O sr. Bismarck é um homem demasiado prudente para se desentender em meio a circunstâncias tais com a Rússia. Claro que esta aliança deve ser-lhe desagradável em vários aspectos. Ela o torna impopular na Alemanha. O Sr. Bismarck é, sem dúvida homem de Estado demais para dar um valor sentimental ao amor e à confiança dos povos. Mas ele sabe que este amor e esta confiança constituem, em certos momentos, uma força, a única força respeitável, aos olhos de um profundo político como ele. Portanto, esta impopularidade da aliança russa o

incomoda. Ele deve, sem dúvida, se lastimar pela única aliança que resta, hoje, à Alemanha, ser precisamente aquela que causa repulsa ao sentimento unânime da Alemanha.

Quando falo dos sentimentos da Alemanha, falo, naturalmente, daqueles da burguesia e seu proletariado. A nobreza alemã não tem ódio pela Rússia, pois conhece, da Rússia, apenas o Império, cuja política bárbara e os processos sumários lhe agradam, lisonjeiam seus instintos, convêm à sua própria natureza. Ela tinha pelo finado imperador Nicolas uma admiração entusiástica, um verdadeiro culto. Este Gengis-Khan germanizado, ou melhor, este príncipe alemão mongolizado realizava, de seu ponto de vista, o sublime ideal do soberano absoluto. Ela reencontra a imagem fiel deste em seu rei-bicho-papão, o futuro imperador da Alemanha. Não é, pois, a nobreza alemã que vai se opor algum dia à aliança russa. Ela a apóia, ao contrário, com uma dupla paixão; primeiro, por sua simpatia profunda pelas tendências despóticas da política russa, depois porque seu rei quer esta aliança, e, enquanto a política real tender ao assujeitamento dos povos, esta vontade será, para ela, sagrada. Sem dúvida não seria assim se o rei, tornando-se, de repente, infiel a todas as tradições de sua dinastia, decretasse a emancipação destes. Então, somente então, seria capaz de se revoltar contra ele, o que, aliás, nem seria muito perigoso, pois a nobreza alemã, por mais numerosa que seja, não tem nenhuma potência que lhe seja própria. Não tem raízes no país e só existe nele como casta burocrática e, principalmente, militar, pela graça do Estado. De resto, não é provável que o futuro imperador da Alemanha assinasse, algum dia, *livremente* e por iniciativa própria, um decreto de emancipação; podemos esperar que a tocante harmonia que existe entre ele e sua fiel nobreza vai se manter para sempre. Desde que continue a ser um franco déspota, ela continuará a ser sua escrava devotada, feliz de se prosternar frente a ele e executar todas as suas ordens, por mais tirânicas e ferozes que sejam.

Não é assim com o proletariado da Alemanha. Falo, principalmente, do proletariado das cidades. Aquele do campo está esmagado demais, aniquilado demais, tanto por sua posição precária e por suas relações de subordinação habitual com os camponeses proprietários, quanto pela instrução sistematicamente envenenada de mentiras políticas e religiosas que recebe nas escolas primárias, para que possa ao menos saber de si mesmo quais são seus sentimentos e seus votos; seus pensamentos ultrapassam raramente o horizonte demasiado estreito de sua existência miserável. Ele é necessariamente socialista por posição e por natureza, mas sem ter noção disto. Somente a revolução social francamente universal e bem larga, mais universal e mais larga que os democratas-socialistas da Alemanha sonham, poderá acordar o diabo que dorme nele. Este diabo: o instinto da liberdade, a paixão pela igualdade, a santa revolta, uma vez acordada em seu seio, não vai voltar a dormir. Mas até este momento supremo, o proletariado do campo continuará, conforme as recomendações do senhor pastor, a ser o humilde súdito do rei, e o instrumento maquinal entre as mãos de todas as autoridades públicas e privadas possíveis.

Quanto aos camponeses proprietários, eles são, majoritariamente, levados a apoiar a política real ao invés de combatê-la. Há várias razões para isto: primeiro, o antagonismo do campo e das cidades que existem na Alemanha assim como em outros lugares, e que se estabeleceu solidamente a partir de 1525, quando a burguesia da Alemanha, tendo Lutero e Melanchton como cabeças, traiu de uma maneira tão vergonhosa e tão desastrosa para ela própria a única revolução de camponeses que teve lugar na Alemanha; depois, a instrução

profundamente retrógrada de que já falei e que domina em todas as escolas da Alemanha e, principalmente, da Prússia; o egoísmo, os instintos e os preconceitos de conservação que são inerentes a todos os proprietários, grandes e pequenos; por fim, o isolamento relativo dos trabalhadores do campo, que desacelera de uma maneira excessiva a circulação das ideias, e o desenvolvimento das paixões políticas. De tudo isto resulta que os camponeses proprietários da Alemanha se interessam muito mais pelos seus negócios comunais, que os tocam de mais perto, que à política geral. E, como a natureza alemã, considerada na sua generalidade, é muito mais inclinada à obediência que à resistência, à piedosa confiança que à revolta, resulta disto que o camponês alemão se entrega de bom grado, para todos os interesses gerais do país, à sabedoria das altas autoridades instituídas por Deus. Chegará, sem dúvida, um momento em que o camponês da Alemanha vai acordar também. Será quando a grandeza e a glória do novo império prusso-germânico que se está fundando hoje, não sem certa admiração e até certa simpatia mística e histórica de sua parte, se traduzir para ele em pesados impostos, em desastres econômicos; será quando ele vir sua pequena propriedade, sobrecarregada de dívidas, de hipotecas, de taxas e sobretaxas de todo tipo, derreter e escorrer por seus dedos, para arredondar o patrimônio sempre crescente dos grandes proprietários; será quando ele reconhecer que, por uma lei econômica fatal, ele é empurrado, por sua vez, para o proletariado. Então acordará e provavelmente se revoltará também. Mas este momento está ainda muito longe, e, se for preciso esperá-lo, a Alemanha, apesar de não pecar por uma impaciência grande demais, bem poderia perder a paciência.

O proletariado das fábricas e das cidades encontra-se numa situação totalmente contrária; apesar de estarem acorrentados como servos, pela miséria, às localidades nas quais trabalham, os operários, não tendo propriedades, não têm interesses locais. Todos os seus interesses são de uma natureza geral, que nem é nacional, e sim internacional; porque a questão do trabalho e do salário, a única que os interessa diretamente, de maneira real, quotidiana, viva, mas que se tornou o centro e a base de todas as outras questões, tanto sociais quanto políticas e religiosas, tende, hoje, a tomar, pelo simples desenvolvimento do poder absoluto do capital na indústria e no comércio, um caráter absolutamente internacional. Aí está o que explica o maravilhoso crescimento da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, associação que, fundada há, no máximo, seis anos, já conta, só na Europa, com mais de um milhão de membros.

Os operários alemães não ficaram atrás dos outros. Nestes últimos anos, principalmente, fizeram progressos consideráveis, e talvez não esteja longe o momento em que poderão constituir-se numa verdadeira potência. É verdade que eles tendem a esta de uma maneira que não me parece a melhor para atingir tal objetivo. Em vez de procurar formar uma potência francamente revolucionária, negativa, destrutiva do Estado, a única que, segundo minha convicção profunda, pode ter como resultado a emancipação integral e universal dos trabalhadores e do trabalho, eles desejam, ou melhor, deixam-se levar por seus chefes ao sonho da criação de uma potência positiva, a instituição de um novo Estado operário, popular (Volksstaat) necessariamente nacional, patriótico e pan-germânico, o que os põe em contradição flagrante com os princípios da *Associação Internacional*, e numa posição muito equívoca frente ao império prusso-germânico, nobiliário e burguês que o senhor Bismarck está moldando. Eles esperam, sem dúvida, que pela via de uma agitação legal, primeiramente, seguida, mais tarde, por um movimento revolucionário mais pronunciado e mais decisivo, conseguirão tomá-lo e

transformá-lo num Estado puramente popular. Esta política, que eu considero como ilusória e desastrosa, imprime, primeiramente, ao movimento deles, um caráter reformador e não revolucionário, o que, aliás, talvez se deva um pouco, também, à natureza particular do povo alemão, mais disposto às reformas sucessivas e lentas que à revolução. Esta política oferece ainda uma grande desvantagem, que de resto é apenas uma consequência do primeiro: é colocar o movimento socialista dos trabalhadores da Alemanha a reboque do partido da democracia burguesa. Quis-se renegar, mais tarde, a própria existência desta aliança, mas ela foi bem constatada demais pela adoção parcial do programa burguesamente socialista do doutor Jacobi, enquanto base de um entendimento possível entre os burgueses democratas e o proletariado da Alemanha, assim como [constatado] pelas diferentes tentativas de transação, realizadas nos congressos de Nuremberg e de Stuttgart. É uma aliança perniciosa sob todos os aspectos; não pode trazer nenhuma utilidade, mesmo que parcial, para os operários, já que o partido dos democratas e dos socialistas burgueses na Alemanha é realmente um partido inútil demais, ridiculamente impotente por demais para lhes trazer uma força qualquer, mas ela contribuiu muito para diminuir e falsear o programa socialista dos trabalhadores da Alemanha. O programa dos operários da Áustria, por exemplo, antes que se deixassem arremessar pelo partido da democracia socialista, foi muito mais amplo, e mais prático também, do que é atualmente.

Seja como for, é um erro mais de sistema que de instinto; o instinto dos operários alemães é francamente revolucionário, e vai sê-lo ainda mais a cada dia. Os provocadores pagos³⁸ pelo senhor Bismarck podem tentar à vontade; não conseguirão nunca avassalar a massa dos trabalhadores alemães ao seu império prusso-germânico. Aliás, o tempo de suas galanterias governamentais com o socialismo já passou. Tendo atualmente para si o entusiasmo servil e estúpido de toda a burguesia da Alemanha, a indiferença e a passiva obediência, senão a simpatia do campo, toda a nobreza alemã, que está só esperando um sinal para exterminar a ralé, e a potência organizada de uma força militar imensa, inspirada e conduzida por esta mesma nobreza, o senhor Bismarck quererá, necessariamente, esmagar o proletariado e extirpar pela raiz, a ferro e fogo, esta gangrena, esta maldita questão social na qual se concentrou tudo o que resta de espírito de revolta nos homens e nas nações. Será uma guerra até à morte contra o proletariado, na Alemanha e em toda parte, mas, sempre convidando os operários de todos os países a se preparar bem para ela, declaro que não temo esta guerra. Conto com ela, ao contrário, para pôr o diabo no corpo das massas operárias. Ela vai acabar com todas estas reflexões sem rumo, sem resultado³⁹, que adormecem, que esgotam sem trazer nenhum resultado, e acenderá no seio do proletariado da Europa esta paixão, sem a qual nunca há triunfo. Quanto ao triunfo final do proletariado, quem pode duvidar dele? A justiça, a lógica da história está a favor dele.

38 “soudoyés”, palavra que remete à contratação de mercenários.

39 Na versão francesa figurava “*in's blane hinein*”, um erro de digitação, sem dúvida, o certo sendo “*in's Blaue hinein*”, expressão alemã que significa “ao deus-dará”; “sem rumo”.

O operário alemão, tornando-se a cada dia mais revolucionário, hesitou, entretanto, um instante, no começo desta guerra. De um lado, via Napoleão III, do outro Bismarck com seu reibicho-papão; o primeiro representava a invasão, os dois outros, a defesa nacional. Não é natural que, apesar de toda sua antipatia por estes dois representantes do despotismo alemão, ele tenha acreditado que seu dever de alemão lhe mandava formar fila sob sua bandeira? Mas esta hesitação não durou muito tempo.

Assim que foram anunciadas na Alemanha as notícias das vitórias conquistadas pelas tropas alemãs, ficou logo evidente que os franceses não podiam mais passar o Reno, principalmente depois da capitulação de Sedan, e da queda memorável e irrevogável de Napoleão III na lama. Quando a guerra da Alemanha contra a França, perdendo seu caráter de legítima defesa, tomou o de uma guerra de conquista, de uma guerra do despotismo alemão contra a liberdade da França, os sentimentos do proletariado alemão mudaram de uma vez e tomaram uma direção abertamente oposta a esta guerra, e profundamente simpática pela República Francesa. E aqui, apresso-me a fazer justiça aos chefes do partido da democracia socialista, a todo seu comitê diretor, aos Bebel, aos Liebknecht e a tantos outros, que tiveram, em meio aos clamores da gente oficial e de toda a burguesia da Alemanha, raivosos de patriotismo, a coragem de proclamar altamente os direitos sagrados da França. Cumpriram nobre e heroicamente seu dever, pois precisaram, realmente, de uma coragem heroica para ousar falar uma linguagem humana em meio aos rugidos de toda esta animalidade burguesa.

Os operários da Alemanha são, naturalmente, inimigos ferventes da aliança e da política russa. Os revolucionários russos não devem estranhar, nem afligir-se demais, se algumas vezes os trabalhadores alemães chegarem a englobar o próprio povo russo no ódio tão profundo e tão legítimo que lhes inspiram a existência e todos os atos políticos do império de todas as Rússias, assim como os operários alemães, por sua vez, não deverão estranhar, nem se ofender demais, pois, se acontece, às vezes, de o proletariado da França não estabelecer uma distinção conveniente entre a Alemanha oficial, burocrática, militar, nobiliárquica, burguesa, e a Alemanha popular. Para não se queixarem demais, para serem justos, os operários alemães devem julgar por eles mesmos. Não confundem eles muitas vezes, demasiadas vezes, seguindo, nisto, o exemplo e as recomendações de muitos de seus chefes, o império russo e o povo russo num mesmo sentimento de desprezo e de ódio, sem nem duvidar que este povo é a primeira vítima e o inimigo irreconciliável e sempre revoltado deste império, como já tive muitas ocasiões de demonstrar nos meus discursos e nas minhas brochuras, e como estabelecerei de novo ao longo deste escrito?⁴⁰ Mas os operários alemães poderão objetar que não levam as palavras em conta, que seu julgamento se baseia em fatos, e que todos os fatos russos que se manifestaram para fora foram fatos anti-humanos, cruéis, bárbaros, despóticos. A isto, os revolucionários russos não terão nada para responder. Deverão reconhecer que, até certo ponto,

40 A primeira parte da frase possui claro tom interrogativo, mas esta termina com ponto final no original.

os operários alemães tem razão, sendo cada povo mais ou menos solidário com e responsável pelos atos cometidos por seu Estado, em seu nome e através de seu braço, até que tenha derrubado e destruído este Estado. Mas se isto é verdade para a Rússia, deve ser verdade, igualmente, para a Alemanha.

Claro que o império russo representa e realiza um sistema bárbaro, anti-humano, odioso, detestável, infame, dê-lhe todos os adjetivos que quiser, não sou eu quem vai reclamar. Partidário do povo russo e não patriota do Estado ou do império de todas as Rússias, desafio quem quer que seja a odiá-lo mais que eu. Entretanto, como se deve ser justo antes de tudo, rogo aos patriotas alemães que queiram observar e reconhecer que, afóra algumas hipocrisias de forma, o reino da Prússia deles e o velho império da Áustria de antes de 1866 deles não foram muito mais liberais, nem muito mais humanos que o império de todas as Rússias, e que o império prusso-germânico ou knuto-germânico, que o patriotismo alemão eleva, hoje, sobre as ruínas e no sangue da França, promete até ultrapassá-lo em termos de horrores. Vejamos: o império russo, por mais detestável que seja, já fez alguma vez, para a Alemanha, para a Europa, a centésima parte do mal que a Alemanha faz hoje para a França, e que ameaça fazer para a Europa inteira? Certamente, se alguém tem direito de detestar o império da Rússia e os russos, são os poloneses. Certamente, se os russos alguma vez se desonraram e se cometeram horrores, executando as ordens sanguinárias de seus tzares, foi na Polônia. Pois bem, falando dos próprios poloneses: os exércitos, os soldados e os oficiais russos, enquanto massa, já realizaram a décima parte destes atos execráveis que os exércitos, os soldados e os oficiais da Alemanha, enquanto massa, realizam, hoje, na França? Os poloneses, eu disse, tem direito de detestar a Rússia. Mas os alemães não, a não ser que se detestem a si mesmos, ao mesmo tempo.

Vejamos, que mal já lhes foi feito pelo império russo? Algum imperador russo qualquer já sonhou com a conquista da Alemanha? Já lhe arrancou uma província? Tropas russas foram à Alemanha para aniquilar sua república – que nunca existiu- e para restabelecer, sobre o trono, seus déspotas – que nunca pararam de reinar?

Duas vezes somente, desde que existem relações internacionais entre a Rússia e a Alemanha, imperadores russos fizeram um mal político a esta última. A primeira vez foi Pedro III que, mal subido no trono, em 1761, salvou Frederico, o Grande, e o reino da Prússia com este, de uma ruína iminente, ordenando ao exército russo, que tinha combatido, até então, com os austríacos, contra ele, que se juntasse a ele contra os austríacos. Uma outra vez, foi o imperador Alexandre I que, em 1807, salvou a Prússia de uma completa aniquilação.

Eis, sem dúvida, dois favores muito ruins que a Rússia fez para a Alemanha, e se é disto que se queixam os Alemães, devo reconhecer que tem mil vezes razão, pois, salvando duas vezes a Prússia, a Rússia, incontestavelmente, se não forjou sozinha, pelo menos contribuiu a forjar as correntes da Alemanha. De outra forma, não entendo, realmente, do que estes bons patriotas alemães podem se queixar.

Em 1813, os russos vieram para a Alemanha enquanto libertadores e não contribuíram pouco, digam o que disserem os senhores alemães, para libertá-la do domínio de Napoleão. Ou

guardam rancor deste mesmo imperador Alexandre, porque impediu, em 1814, o feldmarechal⁴¹ prussiano Blucher de abandonar Paris à pilhagem, como tinha mostrado querer, o que prova que os prussianos sempre tiveram os mesmos instintos e que não mudaram de natureza. Têm raiva do imperador Alexandre por ter quase forçado Luís XVIII a dar uma constituição à França, contrariamente aos votos exprimidos pelo rei da Prússia e pelo imperador da Áustria, e por ter surpreendido a Europa e a França, ao se mostrar, ele, imperador da Rússia, mais humano e mais liberal que os dois grandes potentados da Alemanha?

Talvez os alemães não possam perdoar a Rússia pela odiosa partilha da Polônia? Ora! Eles não têm este direito, pois pegaram sua boa parte do bolo. Claro que esta partilha foi um crime. Mas entre os bandidos que o cometeram, houve um russo e dois alemães: a imperatriz Maria-Teresa da Áustria e o grande rei Frederico II da Prússia. Poderia até dizer que os três foram alemães. Pois a imperatriz Catarina II, de memória lúbrica, era nada mais nada menos que uma princesa alemã puro-sangue. Frederico II, sabemos, tinha bom apetite. Não propôs à sua boa comadre da Rússia a partilha, igualmente, da Suécia, onde reinava seu sobrinho? A iniciativa da partilha da Polônia pertence-lhe de todo o direito. O reino da Prússia ganhou nela muito mais que os dois outros co-divisores, pois só se constituiu como uma verdadeira potência através da conquista da Silésia e através desta partilha da Polônia.

Por fim, os alemães tem raiva do império da Rússia por causa da repressão violenta, bárbara, sanguinária de duas revoluções polonesas, em 1830 e em 1863? Mas, novamente, não tem direito nenhum; pois em 1830, assim como em 1863, a Prússia foi a cúmplice mais íntima do gabinete de São Petersburgo e o fornecedor complacente e fiel de seus carrascos. O conde de Bismarck, o chanceler e o fundador do futuro império knuto-germânico, não fez um dever e um prazer do ato de entregar para os Muravieff e para os Bergh todas as cabeças polonesas que caíam na sua mão? E os mesmos tenentes prussianos que esbanjam sua humanidade e seu liberalismo pan-germânico na França, não organizaram, em 1863, em 1864 e em 1865, na Prússia polonesa e no grão-ducado de Posen, como verdadeiros policiais, dos quais, aliás, tem todos a natureza e os gostos, uma caçada contra os desafortunados insurgidos poloneses, que estavam fugindo dos cossacos, para entregá-los acorrentados ao governo russo? Quando, em 1863, a França, a Inglaterra e a Áustria haviam mandado seus protestos a favor da Polônia para o príncipe Gortschakoff, apenas a Prússia não quis protestar. Foi-lhe impossível protestar pela simples razão que, desde 1860, todos os esforços de sua diplomacia tendiam a dissuadir o imperador Alexandre II de fazer a menor concessão aos poloneses (13).

Vê-se que, em todos estes assuntos, os patriotas alemães não têm direito de dirigir reclamações ao império russo. Se ele desafina, e com certeza sua voz é odiosa, a Prússia, que constitui hoje a cabeça, o coração e o braço da grande Germânia unificada, nunca lhe recusou um acompanhamento voluntário. Resta, pois, só uma acusação: ei-la aqui.

41 “marechal-de-campo, o posto mais elevado na hierarquia militar da Alemanha e da Áustria” (Houaiss).

“A Rússia”, dizem os alemães, “exerceu, de 1815 até o dia de hoje, uma influência desastrosa sobre a política, tanto exterior quanto interior, da Alemanha. Se a Alemanha ficou dividida durante muito tempo, se permanece escrava, é a esta influência que o deve”.

Confesso que esta acusação sempre me pareceu excessivamente ridícula, inspirada pela má-fé, e indigna de um grande povo; a dignidade de toda nação, assim como a de todo indivíduo, deveria consistir, para mim, principalmente, em todos aceitarem toda a responsabilidade de seus atos, sem tentar miseravelmente jogar a culpa nos outros. Não é uma coisa muito nobre a lamentação de um menino crescido que vem reclamar, chorando, que um outro o depravou, o levou para o mau caminho? Pois bem, o que não é permitido para um pirralho, com mais razão deve ser proibido para uma nação, proibido pelo próprio respeito que ela deve ter por si mesma (14).

No fim deste escrito, dando uma olhada na questão germano-eslava, provarei por fatos históricos irrecusáveis que a ação diplomática da Rússia sobre a Alemanha, e nunca houve outra, tanto do ponto de vista de seu desenvolvimento interior quanto daquele de sua extensão exterior, foi nula ou quase nula até 1866, muito mais nula, de qualquer forma, do que estes bons patriotas alemães e do que a própria diplomacia russa imaginaram; e vou provar que, a partir de 1866, o Gabinete de São Petersburgo, grato pelo concurso moral, se não pela ajuda material, que Berlim lhe deu, durante a guerra da Criméia, e mais do que nunca submetido à política prussiana, contribuiu potentemente, através de sua atitude ameaçadora contra a Áustria e a França, para o sucesso completo dos projetos gigantescos do conde de Bismarck, e consequentemente também para a edificação definitiva do grande império prusso-germânico, cujo estabelecimento próximo vai, finalmente, coroar todos os votos dos patriotas alemães.

Assim como o doutor Fausto, estes excelentes patriotas perseguiram duas metas, duas tendências opostas: uma em direção a uma potente unidade nacional, a outra, em direção à liberdade. Tendo querido conciliar duas coisas inconciliáveis, eles paralisaram, durante muito tempo, uma pela outra, até que, finalmente, se decidiram por sacrificar uma para conquistar a outra. E é assim que, sobre as ruínas, não da liberdade deles – nunca foram livres – mas de seus sonhos liberais, estão construindo agora o grande império prusso-germânico deles. Constituirão, a partir de agora, por vontade própria, livremente, uma potente nação, um formidável Estado e um povo escravo.

Durante cinquenta anos seguidos, de 1815 até 1866, a burguesia alemã tinha vivido numa singular ilusão quanto a ela mesma: acreditou-se liberal, não o era de forma alguma. A partir da época em que recebeu o batismo de Melanchton e de Lutero, que a submeteram *religiosamente* ao poder absoluto de seus príncipes, perdeu definitivamente todos os seus últimos instintos de liberdade. A resignação e a obediência invariáveis se tornaram, mais do que nunca, seu hábito e a expressão racional de suas mais íntimas convicções, o resultado de seu culto supersticioso pela alta potência do Estado. O sentimento de revolta, este orgulho satânico que rejeita a dominação do mestre que for, divino ou humano, e que é o único a criar no homem

o amor pela independência e pela liberdade, não somente é-lhe desconhecido, mas a repugna, escandaliza e assusta. A burguesia alemã não saberia viver sem mestre; ela sente demais a necessidade de respeitar, de adorar, de se submeter a um mestre qualquer. Se não for um rei, um imperador, pois bem! será um monarca coletivo, o Estado e todos os funcionários do Estado, como era o caso, até agora, em Frankfurt, em Hamburgo, em Bremen e em Lubleck, chamadas cidades republicanas e livres, e que passarão a ser dominadas pelo novo imperador da Alemanha, sem nem perceber que perderam sua liberdade.

O que descontenta o burguês alemão não é, pois, ter que obedecer a um mestre, pois aí está seu costume, sua segunda natureza, sua religião, sua paixão, e sim a insignificância, a fraqueza, a impotência relativa daquele a quem deve e quer obedecer. O burguês alemão possui no mais alto grau este orgulho de todos os valetes que refletem neles mesmos a importância, a riqueza, a grandeza, a potência de seu mestre. É assim que se explica o culto retrospectivo da figura histórica e quase mítica do imperador da Alemanha, culto nascido em 1815, simultaneamente com o pseudoliberalismo alemão, do qual sempre foi o acompanhante forçado e que precisava sufocar e destruir, mais cedo ou mais tarde, como acabou de fazer em nossos dias. Pegue todas as canções patrióticas dos alemães, compostas a partir de 1815, não falo das canções dos operários socialistas que abrem uma nova era, profetizam um mundo novo, o da emancipação universal. Não, pegue as canções dos pequenos-burgueses, começando pelo hino pan-germânico de Arndt. Qual é o sentimento que domina nele? É obra da liberdade? Não, é da grandeza e da potência nacional: “Onde está a pátria alemã?” pergunta. Resposta: “Em todo lugar onde a língua alemã ressoa”. A liberdade inspira apenas de forma muito medíocre estas canções do patriotismo alemão. Parece que só fazem menção a ela por decência. Seu entusiasmo sério e sincero pertence somente à unidade. E até mesmo hoje, de quais argumentos se servem para provar para os habitantes da Alsácia e da Lorena, que foram batizados franceses pela Revolução, e que, neste momento de crise tão terrível para eles, se sentem mais apaixonadamente franceses do que nunca, que são alemães e que devem voltar a ser alemães? Prometem a eles a liberdade, a emancipação do trabalho, uma grande prosperidade material, um nobre e amplo desenvolvimento humano? Não, nada disto. Estes argumentos os tocam tão pouco, aos próprios alemães, que não entendem que possam tocar os outros. Fora isto, não ousariam levar a mentira tão longe, num tempo de publicidade em que a mentira se torna tão difícil, quando não impossível. Eles sabem, e todo mundo sabe, que nenhuma destas belas coisas existe na Alemanha, e que a Alemanha só poderá se tornar um grande império knuto-germânico se renunciar a elas durante muito tempo, até em seus sonhos; a realidade tornou-se demasiado surpreendente, demasiado brutal, para que haja lugar e lazer para sonhos.

Faltando estas grandes coisas ao mesmo tempo reais e humanas, os publicistas, os sábios, os patriotas e os poetas da burguesia alemã falam de quê? Da grandeza passada do império da Alemanha, dos Hohenstauffen e do imperador Barba-roxa. São loucos? São idiotas? Não, são burgueses alemães, patriotas alemães; mas por que diabos estes bons burgueses, estes excelentes patriotas da Alemanha adoram todo este grande passado católico, imperial e feudal da Alemanha? Acaso reconhecem, como as cidades da Itália, no século XII, no XIII, no XIV e no XV, lembranças de potência, de liberdade, de inteligência e de glórias burguesas? A burguesia, ou, se quisermos estender esta palavra, conformando-nos ao espírito destes tempos distantes, a nação, o povo alemão foi menos brutalizado, menos oprimido por seus príncipes

déspotas e por sua nobreza arrogante? Não, sem dúvida, foi pior que hoje. Mas então, o que procuram nos séculos passados, estes sábios burgueses da Alemanha? A potência do mestre. É a ambição dos valetes.

Na presença do que acontece hoje, a dúvida não é mais possível. A burguesia alemã nunca apreciou, entendeu, nem quis a liberdade. Ela vive sua servidão, tranquila e feliz como um rato num queijo, mas ela quer que o queijo seja grande. De 1815 até os dias de hoje, só desejou uma coisa; mas quis esta coisa com uma paixão perseverante, enérgica e digna de um objeto mais nobre. Ela quis se sentir sob o mando de um mestre potente, mesmo que fosse um déspota feroz e brutal, desde que pudesse lhe dar, em compensação de sua escravidão necessária, aquilo que ela chama de sua grandeza nacional, desde que ele fizesse tremer todos os povos, inclusive o povo alemão, em nome da civilização alemã.

Vão me objetar que a burguesia de todos os países mostra, hoje, as mesmas tendências, que, em todo lugar, vai correndo, assustada, se abrigar sob a proteção da ditadura militar, seu último refúgio contra as invasões cada vez mais ameaçadoras do proletariado. Assim, renuncia à sua liberdade, em nome da salvação de sua bolsa, e para manter seus privilégios, renuncia ao seu direito. O liberalismo burguês, em todos os países, tornou-se uma mentira, existindo apenas de nome, e olhe lá.

Sim, é verdade. Mas, pelo menos no passado, o liberalismo dos burgueses italianos, suíços, holandeses, belgas, ingleses e franceses realmente existiu, enquanto que aquele da burguesia alemã nunca existiu. Você não encontrará nenhuma pista nem antes, nem depois da Reforma.

História do liberalismo alemão.

A guerra civil, tão funesta para a potência dos Estados, é, ao contrário e por isto mesmo, sempre favorável ao despertar da iniciativa popular e ao desenvolvimento intelectual, moral e até material dos povos. A razão disto é muito simples: ela atrapalha, ela abala, nas massas, esta disposição ovina⁴², tão cara a todos os governos, e que converte os povos em vários rebanhos, que se põe para pastar e que se tosa à vontade. Ela rompe a monotonia embrutecedora de sua existência quotidiana, maquinal, desprovida de pensamento e, forçando-os a raciocinar sobre as pretensões respectivas dos príncipes ou dos partidos que brigam pelo direito de oprimi-los e explorá-los, leva-os, em geral, à consciência, se não racional, pelo menos instintiva, desta profunda verdade: que os direitos de uns são tão nulos quanto os dos outros, e que suas intenções são igualmente más. Além disto, a partir do momento em que o pensamento, habitualmente adormecido, das massas, desperta num ponto, ele se estende necessariamente a

42 Ou seja, de se comportar como um cordeiro, uma ovelha, num rebanho. “Moutonnière” no original.

todos os outros. A inteligência do povo se agita, rompe sua imobilidade secular; saindo dos limites de uma fé maquinal, quebrando o domínio das representações e das noções tradicionais e petrificadas que tinham tomado dela o lugar de todo pensamento, ela submete a uma crítica severa, violenta, dirigida por seu bom-senso e por sua honesta consciência, que valem, muitas vezes, mais que a ciência, todos os seus ídolos de ontem. É assim que o espírito do povo acorda. Com o espírito, nasce nele o instinto sagrado, o instinto essencialmente humano da revolta, fonte de toda emancipação, e se desenvolvem simultaneamente sua moral e sua prosperidade material, filhas gêmeas da liberdade. Esta liberdade, tão benéfica para o povo, encontra um apoio, uma garantia e um encorajamento na própria guerra civil, que, dividindo seus opressores, seus exploradores, seus tutores ou seus mestres, diminui necessariamente a potência maléfica de uns e outros. Quando os mestres se detonam uns aos outros, o pobre povo, libertado, pelo menos em parte, da monotonia da ordem pública, ou melhor, da anarquia⁴³ e da iniquidade petrificadas que lhe são impostas, sob o nome de ordem pública, pela autoridade detestável daqueles, pode respirar um pouco mais à vontade. Além disto, as partes adversas, enfraquecidas pela divisão e a luta, precisam da simpatia das massas para triunfar, tanto uma quanto a outra. O povo se torna uma amante adorada, procurada, cortejada. Fazem-lhe todo tipo de promessas, e quando o povo é inteligente o bastante para não se contentar com promessas, fazem-lhe concessões reais, políticas e materiais. Se ele não se emancipar então, a culpa é só dele.

O procedimento que acabei de descrever é precisamente aquele pelo qual as cidades de todos os países do ocidente da Europa se emanciparam, mais ou menos, na Idade Média. Pela maneira como se emanciparam e principalmente pelas consequências políticas, intelectuais e sociais que souberam tirar de sua emancipação, pode-se julgar sobre seu espírito, suas tendências naturais e seus temperamentos nacionais respectivos.

Assim, já pelo fim do século XI, vemos a Itália em pleno desenvolvimento de suas liberdades municipais, de seu comércio e de suas artes nascentes. As cidades da Itália sabem aproveitar a luta, que ali começa, dos imperadores e dos papas, para conquistar sua independência. Neste mesmo século, a França e a Inglaterra já se encontram em plena filosofia escolástica, e como consequência deste primeiro despertar do pensamento na fé e desta primeira revolta implícita da razão contra a fé, vemos, no Midi da França, a potência da heresia valdesa⁴⁴. Na Alemanha, nada. Ela trabalha, ela reza, ela canta, constrói seus templos, sublime expressão de sua fé robusta e ingênua, e obedece, sem murmúrios, aos seus padres, aos seus nobres, aos seus príncipes e ao seu imperador que a brutalizam e a pilham sem piedade nem vergonha.

No século XII, forma-se a grande liga das cidades independentes e livres da Itália, contra o imperador e contra o Papa. Com a liberdade política começa, naturalmente, a revolta da inteligência. Vemos o grande Arnaud de Brescia queimado vivo em Roma por heresia, em 1155.

43 “l’anarchie”.

44 A Igreja Evangélica Valdesa, que nasce, nos anos 1170, em Lyon.

Na França, queimam Pierre de Bruys e perseguem Abelardo; e, ainda mais, a heresia realmente popular e revolucionária dos Albigenses⁴⁵ se insurge contra a dominação do Papa, dos padres e dos senhores feudais. Perseguidos, espalham-se por Flandres, pela Boêmia, até à Bulgária, mas não na Alemanha. Na Inglaterra, o rei Henrique I Beauclerc é forçado a assinar uma carta, base de todas as liberdades ulteriores. No meio deste movimento, só a fiel Alemanha fica imóvel e intacta. Nem um pensamento, nem um ato que denotasse o despertar de uma vontade independente ou de uma aspiração qualquer no povo. Somente dois fatos importantes: a criação de duas ordens cavaleirosas⁴⁶ novas, a dos Cruzados Teutônicos e a dos Porta-gládios Livonianos, encarregados, os dois, de preparar a grandeza e a potência do futuro império knuto-germânico, através da propaganda armada do catolicismo e do germanismo no norte e no nordeste da Europa. Conhecemos o método uniforme e constante de que fizeram uso estes amáveis propagadores do Evangelho de Cristo, para converter e para germanizar as populações eslavas, bárbaras e pagãs. É, aliás, o mesmo método que seus dignos sucessores empregam hoje para *moralizar*, para *civilizar*, para *germanizar* a França; sendo que estes três verbos diferentes têm na mesma boca, e nos pensamentos dos patriotas alemães, o mesmo sentido. É o massacre, no varejo e em massa, o incêndio, a pilhagem, o estupro, a destruição de uma porção da população, e a sujeição do resto. Nos países conquistados, em volta dos campos tomados por estes civilizadores armados, formavam-se, em seguida, as cidades alemãs. Em meio a eles vinha se estabelecer o santo bispo, o benzedor incondicional de todos os atentados cometidos ou empreendidos por estes nobres bandidos; com ele vinha uma tropa de padres, e batizavam à força os pobres pagãos que tinham sobrevivido ao massacre, depois obrigavam estes escravos a construir igrejas. Atraídos por tanta santidade e glória, chegavam, em seguida, estes bons burgueses alemães, humildes, servis, covardemente respeitosos frente à arrogância militar, de joelhos frente a todas as autoridades estabelecidas, políticas e religiosas, esmagados, resumindo, frente a tudo o que representava uma potência qualquer, mas excessivamente duros e cheios de desprezo e ódio pelas populações nativas⁴⁷ vencidas; além disto, unindo a estas qualidades úteis, se não muito brilhantes, uma força, uma inteligência e uma perseverança de trabalho perfeitamente respeitáveis, e não sei que potência vegetativa de crescimento e de expansão invasora que tornavam estes parasitas laboriosos tão perigosos para a independência e para a integridade do caráter nacional, até mesmo nos países em que tinham vindo se estabelecer não pelo direito da conquista, mas por graça, como por exemplo na Polônia. É assim que a Prússia oriental e ocidental, e uma parte do grão-ducado de Posen, se encontraram germanizadas, um

45 Seita dos Albigenses, da região de Albi, no Midi (centro da França).

46 “Chevaleresque” tem mesmo este sentido, porém o autor se refere a ordens de cavaleiros, talvez fazendo um trocadilho.

47 “Indigènes”.

belo dia. O segundo fato alemão que se realiza neste século é o renascimento do direito romano, provocado, não sem dúvida pela iniciativa nacional, mas pela vontade especial dos imperadores que, protegendo e propagando o estudo das Pandectas reencontradas de Justiniano, prepararam as bases do absolutismo moderno.

No século XIII⁴⁸, a burguesia alemã parece finalmente acordar. A guerra dos Guelfos e dos Gibelinos, depois de ter durado quase um século, consegue interromper seus cantos e seus sonhos e tirá-la de sua piedosa letargia. Ela começa, realmente, com uma jogada de mestre. Seguindo, sem dúvida, o exemplo que lhe tinham dado as cidades da Itália, cujas relações comerciais se tinham estendido por toda a Alemanha, mais de sessenta cidades alemãs formam uma liga comercial e necessariamente política, formidável, a famosa Hansa.

Se a burguesia alemã tivesse tido o instinto da liberdade, mesmo que parcial e restrita, a única possível naqueles tempos longínquos, teria podido conquistar a sua independência e estabelecer sua potência política já no século XIII, como tinha feito muito antes a burguesia da Itália. A situação política das cidades alemãs, naquela época, parecia-se muito, aliás, com aquela das cidades italianas, às quais estavam duplamente ligadas, tanto pelas pretensões do Santo Império como pelas relações reais do comércio.

Assim como as cidades republicanas da Itália, as cidades alemãs só podiam contar consigo mesmas. Não podiam, como as cidades⁴⁹ da França, se apoiar na crescente potência da centralização monárquica, já que o poder dos imperadores, que residia muito mais em suas capacidades e em sua influência pessoal do que nas instituições políticas e que, conseqüentemente, variava com a mudança das pessoas, nunca conseguiu se consolidar, nem se encorpar, na Alemanha. Além disto, sempre ocupados com os negócios da Itália e de sua respectiva luta interminável contra os papas, passavam três quartos de seu tempo fora da Alemanha. Por esta dupla razão, a potência dos imperadores, sempre precária e sempre disputada, não podia oferecer, como aquela dos reis da França, um apoio suficiente e sério para a emancipação das cidades.

As cidades da Alemanha tampouco podiam, como as cidades inglesas, aliar-se com a aristocracia proprietária de terras contra o poder do imperador, para reivindicar sua parte de liberdade política; as casas soberanas e toda a nobreza feudal da Alemanha, contrariamente à aristocracia inglesa, sempre se distinguiram por uma ausência completa de senso político. Era simplesmente um bolo de grosseiros, bandidos, brutais, estúpidos, ignorantes, que tinham gosto

48 No texto original figura “XVIII”, o que é historicamente incorreto.

49 Em toda esta passagem, o autor usa “ville” quando se refere às cidades alemãs e italianas, e “commune” quando se refere às francesas e inglesas. Talvez isto demarque uma diferença de organização destas, por exemplo, a maior ou menor independência formal de um governo central.

apenas pela guerra feroz e pilhante⁵⁰, apenas pela luxúria e pela orgia. Só serviam para atacar os mercadores das cidades nas grandes estradas, ou então para saquear as próprias cidades, quando se sentiam fortes, mas não para entender a utilidade de uma aliança com estas.

As cidades alemãs, para se defender contra a triste opressão, contra as vexações e contra a pilhagem regular ou não regular dos imperadores, dos príncipes soberanos e dos nobres, só podiam, pois, realmente contar com suas próprias forças e só com sua aliança mútua. Mas, para que esta aliança, esta mesma Hansa, que nunca foi nada além de uma aliança quase que exclusivamente comercial, pudesse lhes oferecer uma proteção suficiente, teria sido necessário que tomasse um caráter e uma importância decididamente política; que ela interviesse enquanto parte reconhecida e respeitada na própria constituição e em todos os negócios, tanto interiores quanto exteriores, do império.

As circunstâncias, aliás, eram inteiramente favoráveis. A potência de todas as autoridades do império tinha sido consideravelmente enfraquecida pela luta dos Gibelinos e dos Guelfos; e, já que as cidades alemãs se tinham sentido fortes o bastante para formar uma liga de defesa mútua contra todos os pilhantes, coroados ou não coroados, que os ameaçavam por todos os lados, nada os impedia de dar a esta liga um caráter político muito mais positivo, o de uma formidável potência coletiva que reclamasse e impusesse respeito. Podiam fazer ainda mais: aproveitando da união mais ou menos fictícia que o místico Santo Império tinha estabelecido entre a Itália e a Alemanha, as cidades alemãs teriam podido se aliar ou se federar com as cidades italianas como se tinham aliado com as cidades flamengas e mais tarde com algumas cidades polonesas⁵¹; deveriam ter feito isto, naturalmente, não numa base exclusivamente alemã, mas largamente internacional; e quem sabe se uma aliança tal, juntando-se à força nativa e [um] pouco pesada e bruta dos alemães, o espírito, a capacidade política e o amor pela liberdade dos Italianos, não teria dado ao desenvolvimento político e social do Ocidente uma direção totalmente diferente e muito mais vantajosa para a civilização do mundo inteiro. A única desvantagem que provavelmente teria resultado de tal aliança seria a formação de um novo mundo político, potente e livre, fora das massas agrícolas e, conseqüentemente, contra estas; os camponeses da Itália e da Alemanha teriam ficado ainda mais à mercê dos senhores feudais, resultado que, aliás, não foi evitado, já que a organização municipal das cidades teve por consequência a separação profunda entre camponeses e burgueses e seus operários, tanto na Itália como na Alemanha.

Mas não sonhemos para estes bons burgueses alemães! Eles já sonham bastante sozinhos; só é triste que seus sonhos nunca tenham a liberdade como objeto. Nunca tiveram, nem então, nem depois, as disposições intelectuais e morais necessárias para conceber, amar, para querer e para criar a liberdade. O espírito da independência sempre lhes foi desconhecido.

50 Que pilha, faz pilhagem.

51 Nesta passagem, o termo usado é “ville” para as cidades de todos os países citados.

A revolta os repugna tanto quanto os assusta. É incompatível com seu caráter resignado e submisso, com seus hábitos paciente e pacificamente laboriosos, com seu culto ao mesmo tempo racional e místico da autoridade. Parece que todos os burgueses alemães nascem com o dom da piedade, com o dom da ordem pública e da obediência a qualquer preço. Com tais disposições, não dá para se emancipar, e até mesmo em meio às condições mais favoráveis, permanece-se escravo.

É o que aconteceu com a liga das cidades hanseáticas. Nunca saiu dos limites da moderação e da prudência, pedindo apenas três coisas: que a deixassem enriquecer pacificamente através de sua indústria e de seu comércio; que respeitassem sua organização e sua jurisdição interior; e que não lhe pedissem sacrifícios de dinheiro enormes demais, em troca da proteção e da tolerância que lhe concedessem. Quanto aos negócios gerais do império, tanto interiores quanto exteriores, a burguesia alemã deixava, de bom grado, a responsabilidade exclusiva por eles aos “Grandes Senhores” (den grossen Herren), ela mesma sendo modesta demais para se meter neles.

Uma moderação política tão grande deve ter sido necessariamente acompanhada, ou melhor, deve ser um sintoma certo de uma grande lentidão num desenvolvimento intelectual e social de uma nação.

E, com efeito, vemos que durante todo o século XIII⁵², o espírito alemão, apesar do movimento comercial e industrial, apesar de toda a prosperidade material das cidades alemãs, não produziu absolutamente nada. Naquele mesmo século, já se ensinava, nas escolas da Universidade de Paris, apesar do rei e do papa, uma doutrina cuja ousadia teria horrorizado nossos metafísicos e nossos teólogos, que afirmava, por exemplo, que o mundo, sendo eterno, não pode ter sido criado, negando a imortalidade das almas e o livre arbítrio. Na Inglaterra, encontramos o grande monge Roger Bacon, o precursor da ciência moderna e o verdadeiro inventor da bússola e da pólvora, apesar de os alemães quererem se atribuir esta última invenção, sem dúvida para fazer o provérbio⁵³ mentir. Na Itália escrevia Dante. Na Alemanha, as trevas intelectuais.

No século XIV, a Itália possui uma magnífica literatura nacional: Dante, Petrarca, Boccaccio; e, na ordem política, Rienzi e Michel Lando, o operário cardador⁵⁴, gonfaloneiro⁵⁵,

52 Novamente figurava “XVIII”.

53 Provavelmente o referido provérbio é o seguinte: “Le moine qui inventa la poudre avait dessein de miner l’enfer” (“O monge que inventou a pólvora tinha a intenção de minar o inferno”).

54 Pessoa que penteia, prepara as matérias têxteis para a fiação.

de Florença. Na França, as cidades representadas nos Estados gerais determinam definitivamente seu caráter político, apoiando a realeza contra a aristocracia e o papa.

É também o século da *Jacquerie*⁵⁶, esta primeira insurreição do campo da França. Insurreição pela qual os socialistas sinceros não terão, sem dúvida, o desdém nem o ódio, principalmente, dos burgueses. Na Inglaterra, João Wiclef, o verdadeiro iniciador da Reforma religiosa, começa a pregar. Na Boêmia, região eslava que infelizmente faz parte do império germânico, encontramos, nas massas populares, entre os camponeses, a seita tão interessante e tão simpática dos Fraticelli, que ousaram tomar, contra o déspota celeste, o partido de Satã, este chefe espiritual de todos os revolucionários passados, presentes e futuros, o verdadeiro autor da emancipação humana segundo o testemunho da Bíblia, o negador do império celeste como nós o somos de todos os impérios terrestres, o criador da liberdade; aquele mesmo que Proudhon, em seu livro da Justiça, saudava com uma eloquência cheia de amor. Os Fraticelli prepararam o terreno para a revolução de Huss e de Ziska. A liberdade suíça nasce, por fim, naquele século.

A revolta dos cantões alemães da Suíça contra o despotismo da casa de Habsburgo é um fato tão contrário ao espírito nacional da Alemanha, que teve como consequência imediata a formação de uma nova nação suíça, batizada com o nome da revolta e da liberdade e, enquanto tal, separada do império germânico, a partir de então, por uma barreira intransponível.

Os patriotas alemães gostam de repetir a famosa canção pan-germânica de Arndt, “que a pátria deles se estende até onde a língua deles ressoa, cantando louvações ao bom Deus”.

So weit die Deutsche Zunge klingt

Und Gott im Himmel Lieder singt!

Se preferissem se conformar com o sentido real de sua história a fazê-lo com as inspirações de sua fantasia onívora, teriam que dizer que sua pátria se estende tão longe quanto a escravidão dos povos, e que acaba onde começa a liberdade.

Não somente a Suíça, mas as cidades de Flandres, apesar de ligadas com as cidades da Alemanha por interesses materiais, por aqueles de um comércio crescente e próspero, e apesar de terem feito parte da liga hanseática, tenderam, já a partir daquele século, a se separar cada vez mais, sob a influência desta mesma liberdade.

Na Alemanha, durante todo aquele século, em meio a uma prosperidade material crescente, nenhum movimento intelectual, nem social. Em política, dois fatos apenas: o

55 “1 aquele que porta o gonfalon; abandeirado, alferes 2 magistrado municipal de certos estados, esp. repúblicas italianas na Idade Média” (Houaiss).

56 Ou Revolta dos Jacques.

primeiro é a declaração dos príncipes do império, que, levados pelo exemplo do rei da França, proclamam que o império deve ser independente do papa e que a dignidade imperial depende apenas de Deus. O segundo é a instituição da famosa Bula de ouro, que organiza definitivamente o império e decide que haverá, a partir de então, sete príncipes eleitores, em homenagem aos sete candelabros do Apocalipse.

Eis que chegamos, enfim, ao século XV. É o século da Renascença. A Itália está em pleno florescimento. Armada da filosofia reencontrada da Grécia antiga, quebra a pesada prisão na qual, durante séculos, o catolicismo tinha mantido trancado o espírito humano. A fé cai, o pensamento livre renasce. É a aurora resplendorosa e alegre da emancipação humana. O solo livre da Itália se cobre de livres e ousados pensadores. A própria Igreja torna-se pagã ali; os papas e os cardinais, desdenhando São Paulo em proveito de Aristóteles e Platão, abraçam a filosofia materialista de Epicuro, e, esquecidos do Júpiter cristão, agora só juram por Baco e Vênus; o que não os impede de perseguir, por momentos, os livres-pensadores, cuja propaganda atraente ameaça anular a fé das massas populares, esta fonte de sua potência e de suas rendas. O ardente e ilustre propagador da fé nova, da fé humana, Pico della Mirandola, morto tão jovem, atrai principalmente contra ele a ira do Vaticano.

Na França e na Inglaterra, momento de pausa. Na primeira metade daquele século, é uma guerra odiosa, estúpida, fomentada pela ambição dos reis ingleses e sustentada burramente pela nação inglesa, uma guerra que fez a Inglaterra e a França recuar um século. Como os prussianos hoje, os ingleses do século XV queriam destruir, subjugar a França. Até tomaram Paris, coisa que os alemães, apesar de toda sua boa-vontade, não conseguiram fazer até aqui, e queimaram Joana d'Arc em Rouen, assim como os alemães enforcam hoje os franco-atiradores. Eles foram, por fim, escorraçados de Paris e da França, assim como, esperemo-lo sempre, os alemães acabarão por ser também.

Na segunda metade do século XV, na França, vemos o nascimento do verdadeiro despotismo real, reforçado por esta guerra. É a época de Luís XI, um cabra bruto⁵⁷, valendo, sozinho, por Guilherme I com seus Bismarck e Moltke, o fundador da centralização burocrática e militar da França, o criador do Estado. Ele bem que concede, algumas vezes, apoiar-se nas simpatias interessadas de sua pequena burguesia que vê com prazer seu bom rei abater as cabeças, tão arrogantes e orgulhosas, de seus senhores feudais; mas já sentimos, pela maneira como se comporta com ela, que, se ela não o quisesse apoiar, ele saberia muito bem como forçá-la. Toda independência, nobiliária ou burguesa, espiritual ou temporal, é-lhe igualmente odiosa. Quanto à nobreza, ele abole a cavalaria e institui as ordens militares. Quanto à liberdade burguesa, ele proíbe, enfim, a leitura das obras dos *nominais* e ordena a dos *reais* (15). Pois bem, apesar de uma tão dura compressão, a França gerou Rabelais no fim do século XV: um gênio profundamente popular, gaulês, transbordando este espírito de revolta humana que caracteriza o século da Renascença.

Na Inglaterra, apesar do abatimento do espírito popular, consequência natural da guerra odiosa que tinha feito à França, vemos, durante todo o século XV, os discípulos de Wiclef propagando a doutrina de seu mestre, apesar das cruéis perseguições de que são vítimas; e preparar, assim, o terreno, para a revolução religiosa que estourou um século mais tarde. Ao

57 “un rude compère”, expressão informal da linguagem oral, que poderia também ser traduzida como “um caboclo” bruto, ou “um camarada bruto”, conforme as regiões do Brasil, esperando-se que a última expressão valha para os demais países lusófonos.

mesmo tempo, através de uma propaganda individual, surda, invisível e inapreensível, porém muito vivaz, tanto na Inglaterra quanto na França, o espírito livre da Renascença tende a criar uma filosofia nova. As cidades flamengas, apaixonadas por sua liberdade e com a força de sua prosperidade material, entram em cheio no desenvolvimento artístico e intelectual moderno, separando-se, por isto mesmo, cada vez mais, da Alemanha.

Quanto à Alemanha, vemo-la dormir seu mais belo sono durante toda a primeira metade daquele século. Porém, acontece, no seio do império e na vizinhança mais imediata da Alemanha, um fato imenso que teria sido suficiente para sacudir o torpor de qualquer outra nação. Quero falar da revolta religiosa de João Huss, o grande reformador eslavo.

É com um sentimento de profunda simpatia e de orgulho que penso neste movimento nacional de um povo eslavo. Foi mais que um movimento religioso, foi um protesto vitorioso contra o despotismo alemão, contra a civilização aristocrático-burguesa dos Alemães; foi a revolta da antiga comuna eslava contra o Estado alemão. Duas grandes revoltas eslavas já tinham acontecido no século XI: a primeira contra a piedosa opressão destes bravos cavaleiros teutônicos, ancestrais dos tenentes e fidalgos rurais⁵⁸ atuais da Prússia. Os insurgidos eslavos queimaram todas as igrejas. Detestavam o Cristianismo, e com muita razão, pois o Cristianismo é o germanismo em sua forma menos aprazível: era o amável cavaleiro, o virtuoso padre e o honesto burguês, todos os três alemães puro-sangue, e representando, enquanto tais, a ideia da autoridade incondicional, e a realidade de uma opressão brutal, insolente e cruel. A segunda insurreição aconteceu, uns trinta anos mais tarde, na Polônia. Foi a primeira e única insurreição dos camponeses propriamente poloneses. Ela foi asfixiada pelo rei Casimiro. Eis como este evento é julgado pelo grande historiador polonês Lelewel, cujo patriotismo e até uma certa predileção pela classe que ele chama de “*democracia nobiliária*” não podem ser postos em dúvida por ninguém:

“O partido de Maslaw (o chefe dos camponeses insurgidos da Mazóvia) era popular e aliado do Paganismo; o partido de Casimiro era aristocrata e partidário do Cristianismo” (ou seja, do germanismo). E, mais à frente, ele acrescenta: “É absolutamente necessário considerar este evento desastroso como uma vitória sobre as classes inferiores, cujo destino só poderia piorar depois disto. *A ordem foi restabelecida*, mas o caminhar do estado social virou, a partir daí, muito em desvantagem das classes inferiores.” (*Histoire de la Pologne*, de Joachim Lelewel, T. II, p. 19).

A Boêmia se deixou germanizar ainda mais do que a Polônia; assim como esta última, não tinha sido conquistada pelos alemães, mas deixou-se depravar profundamente por eles. Membro do Santo Império, desde sua formação enquanto Estado, nunca conseguiu se desligar dele, para a sua desgraça, e adotou todas as suas instituições clericais, feudais e burguesas. As cidades e a nobreza da Boêmia tinham-se germanizado em parte; nobreza, burguesia e clero eram alemães, não de nascimento, mas de batismo, assim como por sua educação e por sua posição política e social; a organização primitiva das comunidades⁵⁹ eslavas não admitiam nem padres, nem classes. Apenas os camponeses da Boêmia se tinham conservado puros desta lepra alemã, e eram, naturalmente, suas vítimas. Isto explica suas simpatias instintivas por todas as

58 “lieutenants-hobereaux” é um neologismo, cuja primeira palavra se traduz por “tenente”, e a segunda, em sentido próprio, por “falcão”, e no sentido figurado (que é o que importa aqui), “Fidalgo camponês da pequena nobreza, que vive em suas terras”, num sentido pejorativo, fazendo referência ao seu caráter tirânico frente aos camponeses.

grandes heresias populares. Assim como vimos a heresia dos Valdeses se expandir já no século XII, e os Fraticelli no XIV e quase até o fim daquele século, foi a vez da heresia de Wiclef, cujas obras foram traduzidas em língua boêmia. Todas estas heresias tinham igualmente batido à porta da Alemanha; devem, inclusive, tê-la atravessado para chegar à Boêmia, cujo povo, subjogado, mas não germanizado, amaldiçoava de todo coração tanto esta servidão quanto a civilização aristocrático-burguesa dos alemães. Isto explica por que, na via do protesto religioso, o povo tcheco ultrapassou de um século o povo alemão.

Uma das primeiras manifestações deste movimento religioso na Boêmia foi a expulsão em massa de todos os professores alemães da universidade de Praga, crime horrível que os alemães nunca puderam perdoar ao povo tcheco. Entretanto, se olharmos de mais perto, deveremos convir que este povo teve mil vezes razão de expulsar estes corruptores diplomados e servis da juventude eslava. Com exceção de um período muito curto, de trinta e cinco anos, mais ou menos, entre 1813 e 1848, durante os quais a *imoralidade* do liberalismo, talvez até do democratismo francês, penetrou de contrabando e se manteve nas universidades alemãs, representado por uns vinte, trinta sábios ilustres e animados de um liberalismo sincero, veja o que foram os professores alemães até aquela época e o que voltaram a ser sob a influência da reação de 1849: os aduladores de todas as autoridades, os professores da servidão. Originários da burguesia alemã, eles exprimem conscienciosamente as tendências e o espírito desta. Sua ciência é a manifestação fiel da consciência do escravo, é a consagração ideal de uma escravidão histórica.

Os professores alemães do século XV, em Praga, eram pelo menos tão servis, tão valetes, quanto o são os professores da Alemanha atual. Estes são devotados de corpo e alma a Guilherme I, o feroz, o próximo mestre do império knuto-germânico. Aqueles eram antecipadamente devotados, de maneira servil, a todos os imperadores que fosse do agrado dos sete príncipes eleitores apocalípticos da Alemanha dar ao Santo Império germânico. Pouco lhes importava quem era o mestre, desde que houvesse um mestre, uma sociedade sem mestre sendo uma monstruosidade que revoltaria necessariamente sua imaginação burguesa-alemã. Seria o desabamento da civilização germânica.

Aliás, que ciências ensinavam estes professores alemães do século XV? A teologia católica romana e o código Justiniano, dois instrumentos do despotismo. Junte a isto a filosofia escolástica, e isto numa época em que, depois de ter, sem dúvida, feito grandes coisas pela emancipação do espírito, parou e como que se imobilizou em sua lentidão monstruosa e pedante, bombardeada pelo pensamento moderno que animava o pressentimento, se não a posse da ciência viva. Junte a isto, ainda, um pouco de medicina bárbara ensinada, assim como o resto, num latim muito bárbaro, e você terá toda a bagagem científica destes professores. Valia a pena retê-los? Mas havia uma grande urgência em afastá-los, pois, além de depravarem a juventude por seu ensinamento e por seu exemplo servil, eram os agentes muito ativos, muito zelosos desta fatal casa de Habsburgo que já cobiçava a Boêmia enquanto presa.

João Huss e Jerônimo de Praga, seu amigo e seu discípulo, contribuíram muito à expulsão deles. Assim, quando o imperador Sigismundo, violando o salvo-conduto que lhe tinham

concedido, mandou julgá-los, primeiro, pelo Conselho de Constância, depois queimar os dois, um em 1415 e o outro em 1416, ali, em plena Alemanha, na presença de um imenso concurso de alemães vindos de longe para assistir ao espetáculo, nenhuma voz alemã se elevou para protestar contra aquela atrocidade desleal e infame. Ainda foi preciso que cem anos passassem para que Lutero reabilitasse, na Alemanha, a memória destes dois grandes reformadores e mártires eslavos.

Mas se o povo alemão, provavelmente ainda adormecido e sonhando, deixou este atentado sem protesto, o povo tcheco protestou através de uma revolução formidável. O grande, o terrível Ziska, este herói, este vingador popular, cuja memória ainda vive, como uma promessa de futuro, nos campos da Boêmia, se levantou, e, à cabeça de seus taboritas, percorrendo a Boêmia inteira, queimou igrejas, massacrou os padres e varreu toda a escória imperial ou alemã, o que significava a mesma coisa, porque todos os alemães na Boêmia eram partidários do imperador. Depois de Ziska, foi o grande Procópio que levou o terror para o coração dos alemães. Os próprios burgueses de Praga, aliás infinitamente mais moderados que os hussitas dos campos, obrigaram os partidários do imperador Sigismundo (em 1419) a pular das janelas, seguindo o antigo costume deste país, quando este traidor infame, este assassino de João Huss e de Jerônimo de Praga, teve a audácia insolente e cínica de se apresentar enquanto competidor pela coroa, vaga, da Boêmia. Um bom exemplo a seguir! É assim que devem ser tratados, com vista à emancipação universal, todas as pessoas que queiram se impor como *autoridades oficiais* às massas populares, sob a máscara, sob o pretexto e sob a denominação que for.

Durante dezessete anos seguidos, estes taboritas terríveis, vivendo em comunidade fraterna entre si, derrotaram todas as tropas da Saxônia, da Francônia, da Bavária, do Reno e da Áustria, que o imperador e o papa enviaram em cruzada contra eles; limpam a Morávia e a Silésia, e levaram o terror de suas armas até o coração da Áustria. Foram, por fim, derrotados pelo imperador Sigismundo. Por quê? Porque foram enfraquecidos pelas intrigas e pela traição de um partido também tcheco, mas formado pela coalizão da nobreza nativa e da burguesia de Praga, alemãs de educação, de posição, de ideias e de costumes, se não de coração, que se chamavam, por oposição aos taboritas comunistas e revolucionários, de partido dos *Calistinos*; pediam reformas *bem-comportadas, possíveis*; representavam, resumindo, naquela época, na Boêmia, esta mesma política da moderação hipócrita e de impotência hábil, que os senhores Palacki, Rieger, Braunen e companhia representam tão bem hoje em dia, ali.

A partir desta época, a revolução popular começa a declinar rapidamente, cedendo o lugar, primeiramente, à influência diplomática, e, um século mais tarde, à dominação da dinastia austríaca. Os políticos, os moderados, os hábeis, aproveitando do triunfo do abominável Sigismundo, se apoderaram do governo, como o farão, provavelmente, na França, depois do fim desta guerra, para a infelicidade da França. Serviram, uns conscientemente e com muita utilidade para a amplidão de seus bolsos, os outros bobamente, sem duvidar disto, de instrumentos para a política austríaca, assim como os Thiers, os Jules Favre, os Jules Simon, os Picard, e muitos outros servirão de instrumentos para Bismarck. A Áustria os magnetizava e inspirava. Vinte e cinco anos depois da derrota dos hussitas por Sigismundo, estes patriotas hábeis e prudentes deram mais um golpe na independência da Boêmia, fazendo destruir pelas mãos do rei Podiebrad a cidade de Tabor, ou melhor, as trincheiras dos taboritas. É assim que os republicanos burgueses da França já maltratam, e farão seu presidente ou seu rei maltratar muito mais, o proletariado socialista, esta última trincheira do futuro e da dignidade nacional da França.

Em 1526, a coroa da Boêmia voltou enfim para a dinastia austríaca, que nunca mais se despojou dela. Em 1620, depois de uma agonia que durou um pouco menos de cem anos, a Boêmia, posta a fogo e a sangue, devastada, saqueada, massacrada e despovoada pela metade, perdendo de uma só vez o que ainda lhe restava de independência, de existência nacional e de direitos políticos, encontrou-se, assim, acorrentada sob a tripla dominação da administração imperial, da civilização alemã e dos jesuítas austríacos. Esperemos, pela honra e o bem da humanidade, que não será assim com a França.

No começo da segunda metade do século XV, a nação alemã deu, finalmente, uma prova de inteligência e de vida, e esta prova, é preciso dizê-lo, foi esplêndida: ela inventou a imprensa, e, por esta via, criada por ela mesma, ligou-se com o movimento intelectual de toda a Europa. O vento da Itália, o scirocco⁶⁰ do pensamento livre soprou nela, e, sob este sopro ardente, fundiu-se a sua indiferença bárbara, sua imobilidade gelada. A Alemanha tornou-se humanista e humana.

Afora a via da imprensa, houve mais outra, menos geral e mais viva. Alguns viajantes alemães, voltando da Itália, pelo fim daquele século, trouxeram ideias novas de lá, o Evangelho da emancipação humana, e propagaram-nas com uma paixão religiosa. E, desta vez, a semente preciosa não foi perdida. Ela encontrou na Alemanha um terreno todo preparado para recebê-la. Esta grande nação, desperta para o pensamento, para a vida, para a ação, tomaria, por sua vez, a direção do movimento do espírito. Mas, infelizmente, encontrou-se incapaz de mantê-la por mais de vinte e cinco anos em suas mãos.

É preciso distinguir entre o movimento da Renascença e o da Reforma religiosa. Na Alemanha, o primeiro antecedeu somente em poucos anos o segundo. Houve um curto período, entre 1517 e 1525, em que estes dois movimentos pareceram confundir-se, apesar de serem animados por um espírito totalmente oposto: um, representado por homens como Erasmo, como Reuchlin, como o generoso, o heróico Ulrich Von Hutten, poeta e pensador de gênio, discípulo de Pico della Mirandola e amigo de Franz de Sickingen, de Ecolampádio e de Zuínglio, aquele que formou, de certa forma, o elo entre o abalo puramente filosófico da Renascença, a transformação puramente religiosa da fé pela Reforma protestante, e a insurgência revolucionária das massas, provocada pelas primeiras manifestações desta última. A outra, representada principalmente por Lutero e Melancton, os dois padres do novo desenvolvimento religioso e teológico na Alemanha. O primeiro destes movimentos, profundamente humanitário, tendendo, através dos trabalhos filosóficos e literários de Erasmo, de Reuchlin e de outros, à emancipação completa do espírito e à destruição das tolas crenças do Cristianismo, e tendendo, ao mesmo tempo, pela ação mais prática e mais heróica de Ulrich de Hutten, de Ecolampádio, e de Zuínglio, à emancipação das massas populares da dominação nobiliária e principesca; enquanto que o movimento da Reforma, fanaticamente religioso, teológico, e, enquanto tal, cheio de respeito divino e de desprezo humano, supersticioso a ponto de ver o Diabo e jogar tinteiros na sua cabeça, como aconteceu, dizem, com Lutero, no castelo de Wartburg, onde ainda é mostrada uma mancha de tinta na parede, deveria necessariamente tornar-se inimigo irreconciliável tanto da liberdade do espírito quanto da liberdade dos povos.

60 Vento quente proveniente do sudeste, no Mediterrâneo.

Houve, no entanto, como eu disse, um momento em que estes dois movimentos tão contrários tiveram realmente que se confundir, o primeiro sendo revolucionário por princípio, o segundo, forçado a sê-lo por posição. Aliás, no próprio Lutero, havia uma contradição evidente. Enquanto teólogo, era e devia ser reacionário; mas enquanto natureza, enquanto temperamento, enquanto instinto, era ferventemente revolucionário. Ele tinha a natureza do homem do povo, e esta natureza poderosa não era feita para suportar pacientemente a dominação de quem quer que fosse. Só queria dobrar-se diante de Deus, no qual tinha uma fé cega e cuja presença e graça ele acreditava sentir em seu coração; e é em nome de Deus, que o *doce* Melanchton, o sábio teólogo e nada além de um teólogo, seu amigo, seu discípulo, na verdade seu mestre e o amordaçador⁶¹ desta natureza leonina, conseguiu acorrentá-lo definitivamente à reação.

Os primeiros rugidos deste rude e grande alemão foram completamente revolucionários. Não se pode imaginar, efetivamente, nada de mais revolucionário que os seus manifestos contra Roma; que as invectivas e as ameaças que jogou na cara dos príncipes da Alemanha; que sua polêmica fervente contra o hipócrita e luxurioso déspota e reformador da Inglaterra, Henrique VIII. A partir de 1517, até 1525, só se ouviu, na Alemanha, as trovoadas desta voz que parecia chamar o povo alemão a uma revolução geral, à renovação.

Seu chamado foi ouvido. Os camponeses da Alemanha se levantaram com este grito formidável, o grito socialista: “*Guerra aos castelos, paz nas cabanas!*”, que se traduz hoje pelo grito mais formidável ainda: “Abaixo todos os exploradores e todos os tutores da humanidade; liberdade e prosperidade no trabalho, igualdade de todos e fraternidade do mundo humano, constituído livremente sobre as ruínas de todos os Estados”.

Este foi o momento crítico para a Reforma religiosa e para todo o destino político da Alemanha. Se Lutero tivesse desejado pôr-se à frente deste grande movimento popular, socialista, das populações rurais insurgidas contra seus senhores feudais, se a burguesia das cidades o tivesse apoiado, seria o fim do império, do despotismo principesco e da insolência nobiliária na Alemanha. Mas, para apoiá-lo, Lutero precisaria não ter sido um teólogo, [enquanto tal] mais preocupado com a glória divina que com a dignidade humana e indignado com o fato destes homens oprimidos, servos que só deviam pensar na salvação de sua alma, terem ousado reivindicar sua porção de felicidade humana *nesta terra*; teria sido necessário que os burgueses das cidades da Alemanha não fossem burgueses alemães.

Esmagada pela indiferença, e em grande parte, também, pela hostilidade notória das cidades e pelas maldições teológicas de Melanchton e de Lutero, muito mais ainda que pela força armada dos senhores e dos príncipes, esta formidável revolta dos camponeses da Alemanha foi vencida. Dez anos mais tarde foi asfixiada uma outra insurreição, a última a ser provocada na Alemanha pela reforma religiosa. Quero falar da tentativa de uma organização místico-comunista pelos anabatistas de Munster, capital da Westfália. Munster foi tomada e João de Leyde, este profeta anabatista, foi martirizado, aos aplausos de Melanchton e de Lutero.

61 A palavra original em francês, “museleur”, também é um neologismo.

Aliás, cinco anos antes disto, em 1530, os dois teólogos da Alemanha já tinham embargado⁶² todo movimento ulterior, até religioso, em seus países, apresentando ao imperador e aos príncipes da Alemanha sua confissão de Augsburg, a qual, petrificando de uma vez só o livre desenvolvimento das almas, renegando até mesmo esta liberdade das consciências individuais em nome da qual a Reforma se tinha feito, impondo-lhes como lei absoluta e divina um novo dogmatismo, sob a guarda dos príncipes protestantes, reconhecidos como protetores naturais e chefes do culto religioso, constituiu uma nova Igreja oficial, que, mais absoluta até que a Igreja Católica Romana, tão servil, em relação ao poder temporal, quanto a Igreja de Bizâncio, constituiu a partir de então, entre as mãos destes príncipes protestantes, um instrumento de despotismo terrível e condenou a Alemanha inteira, protestante e, de tabela, católica também, a três séculos, pelo menos, da mais embrutecedora escravidão, uma escravidão, ai! que não me parece, nem hoje, disposta, creio, a dar lugar à liberdade. (16).

Foi muito feliz para a Suíça o fato de o concílio de Estrasburgo, dirigido naquele mesmo ano por Zuínglio e Bucer, ter rejeitado aquela constituição da escravidão; uma constituição pretensamente religiosa, e que o era, efetivamente, já que, no seio do próprio Deus, ela consagrava este poder absoluto dos príncipes. Saída quase que exclusivamente da cabeça teológica e sábia do professor Melanchton, sob pressão evidente do respeito profundo, ilimitado, inabalável, servil, que todo burguês e professor alemão bem-nascido sentem pela pessoa de seus mestres, foi cegamente aceita pelo povo alemão, *porque seus príncipes a haviam aceitado*; sintoma novo da escravidão histórica, não somente exterior, mas interior, que pesa sobre este povo.

Esta tendência, aliás, tão natural dos povos protestantes da Alemanha, de dividir entre si os restos do poder espiritual do papa, ou de se constituir em chefes de Igreja no limite de seus Estados respectivos, nós a encontramos igualmente em outros países monárquicos protestantes, na Inglaterra, por exemplo, e na Suécia, mas nem na primeira, nem na segunda, ela conseguiu triunfar sobre o sentimento de independência que tinha despertado nos povos. Na Suécia, na Dinamarca e na Noruega, o povo, e a classe dos camponeses, principalmente, soube manter sua liberdade e seus direitos, tanto contra as invasões da nobreza, quanto contra aquelas da monarquia. Na Inglaterra, a luta da Igreja Anglicana, oficial, com as Igrejas livres dos presbiterianos da Escócia e dos independentes da Inglaterra, levou a uma grande provação e memorável revolução, da qual data a grandeza nacional da Grã-Bretanha. Mas, na Alemanha, o despotismo tão natural dos príncipes não encontrou os mesmos obstáculos. Todo o passado do povo alemão, tão cheio de sonhos, mas tão pobre de pensamentos livres e de ação ou de iniciativa popular, tendo-o fundado, por assim dizer, no mundo da piedosa submissão e da obediência respeitosa, resignada e passiva, não encontrou em si, naquele momento crítico de sua história, a energia e a independência, nem a paixão, necessárias para manter sua liberdade contra a autoridade tradicional e brutal de seus inúmeros soberanos nobiliárquicos e principescos. No primeiro momento de entusiasmo, tinha tomado, sem dúvida, um impulso magnífico. Durante um momento, a Alemanha pareceu estreita demais para conter a profusão de sua paixão revolucionária. Mas foi apenas um momento, um impulso, e como que o efeito passageiro e

62 “... les deux théologiens de l’Allemagne avaient posé les scellés”, “scellé” significando lacre ou selo, no sentido de selo oficial de cera.

factício de uma inflamação cerebral. O fôlego logo lhe faltou; e então, pesado, sem ar e sem forças, prostrou-se sobre si mesmo; então, novamente refreado por Melanchton e por Lutero, deixou-se conduzir, tranquilamente, de volta para o curral, sob o mando histórico e salutar de seus príncipes.

Tinha sonhado um sonho de liberdade e acordou mais escravo que nunca. Desde então, a Alemanha tornou-se o verdadeiro centro da reação na Europa. Não contente de pregar a escravidão, através de seu exemplo, e de enviar seus príncipes, suas princesas e seus diplomatas para introduzi-la e para propagá-la em todos os países da Europa, foi objeto de suas mais profundas especulações científicas. Em todos os outros países, a administração, em sua acepção mais abrangente, como organização da exploração burocrática e fiscal, exercida pelo Estado sobre as massas populares, é considerada uma arte: a arte de refrear os povos, de mantê-los sob uma severa disciplina e de tosá-los muito sem os fazer gritar demais. Na Alemanha, esta arte é cientificamente ensinada em todas as universidades. Esta ciência poderia ser chamada de teologia moderna, a teologia do culto do Estado. Nesta religião do absolutismo terrestre, o soberano toma o lugar do bom Deus, os burocratas são os padres, e o povo, naturalmente, a vítima sempre sacrificada sobre o altar do Estado.

Se é verdade, como eu tenho a firme convicção, que somente através do instinto da liberdade, através do ódio pelos opressores, e através do caráter de se revoltar contra tudo o que leva o caráter da exploração e da dominação neste mundo, contra todo tipo de exploração e de despotismo, se manifesta a dignidade humana das nações e dos povos, é preciso convir que, desde que existe uma nação germânica até 1848, apenas os camponeses da Alemanha, através de sua revolta no século XVI, esta nação não é absolutamente estranha a esta dignidade. Se quiséssemos julgá-la, ao contrário, com base nos feitos e gestos de sua burguesia, deveríamos considerá-la como predestinada a realizar o ideal da escravidão voluntária.



NOTAS

(*) Também conhecido pelo título: *A Revolução social ou a ditadura militar*. Levamos em conta as erratas mencionadas no início desta edição. Corrigimos também a expressão “*Senhor Carlos (Charles) Marx, o célebre chefe dos comunistas alemães*”, mantendo a ortografia que parece ser de lei hoje em dia para todo o mundo: Karl Marx... mas é com grande pesar.⁶³

(1) Ver sua carta no *Progrès de Lyon*.

(2) *Idées révolutionnaires*.

(3) Não seria mais justo chamá-lo de governo da ruína da França?

(4) *Cartas a um Francês sobre a crise atual*. Setembro de 1870.

(5) *Ideia geral da revolução*.

(6) *Histoire de la Revolution française*, de Michelet, tomo III.

(7) *Cartas a um Francês sobre a crise atual*. Setembro de 1870.

(8) *Les ours de Berne et l'ours de St-Pétersbourg (Os ursos de Berna e o urso de São-Petersburgo)*. Reclamação patriótica de um suíço humilhado e desesperado. Neuchâtel, 1870.

(9) Proudhon. *Idéia geral da Revolução*.

(10) *Histoire de la Révolution de 1848*, de Louis Blanc. Segundo tomo.

(11) Eis aqui em que termos o senhor Louis Blanc descreve o dia seguinte da vitória conquistada em junho, pelas guardas nacionais burguesas, sobre os operários de Paris: “Nada poderia descrever a situação e o aspecto de Paris durante as horas que antecederam e seguiram imediatamente o fim deste drama inaudito. Mal o estado de sítio tinha sido declarado, e foram comissários de polícia em todas as direções ordenar que os passantes voltassem para casa. E ai daquele que voltasse a aparecer, até nova ordem, à própria porta! Se você fosse surpreendido pelo decreto vestido com um traje burguês, longe de sua casa, seria reconduzido de posto em posto, e intimado a trancafiar-se ali. Foram presas mulheres que levavam mensagens em seus cabelos, e foram apreendidos cartuchos no forro de algumas carroças, tudo se tornou motivo para suspeita. Os caixões podiam conter pólvora: desconfiou-se dos enterros, e os cadáveres, a caminho do eterno repouso, foram anotados como suspeitos. A bebida fornecida aos soldados (da guarda

63 Esta não é, evidentemente, uma nota do autor, e sim de uma versão francesa revisada. Todas as outras notas, de (1) a (16), parecem ser originais do autor.

nacional, é claro) podia estar envenenada: foram presos, por precaução, pobres vendedores de limonada, e vivandeiras que estavam longe dos quinze anos⁶⁴. Proibição, para os cidadãos, de subir nas sacadas, e até de deixar as persianas abertas, pois a espionagem e o homicídio estavam ali à espreita, sem dúvida! Uma lâmpada agitada atrás de uma janela, os reflexos da lua em cima da ardósia de um teto, seriam suficientes para espalhar o pavor. Deplorar a perda dos insurgidos; chorar, entre tantos vencidos, aqueles que foram amados, ninguém o fez impunemente. *Fuzilaram uma menina porque ela tinha tecido um curativo*, numa ambulância de insurgidos, para seu amante, talvez, para seu marido, para seu pai!” A fisionomia da Paris foi, durante alguns dias, a de uma cidade tomada de assalto. O número de casas em ruínas e de edifícios em que havia brechas feitas por canhão *testemunhava bastante a potência deste grande esforço de um povo em apuros*. Linhas de burgueses de uniforme cortavam as ruas; patrulhas assustadas vagavam pelas ruas Falarei de repressão? “Operários! E vocês todos que ainda levantam as armas contra a República, pela última vez, em nome de tudo o que há de respeitável, de santo, de sagrado para os homens, deponham as armas! A Assembleia Nacional, a nação inteira o pedem a vocês. *Estamos dizendo a vocês que cruéis vinganças os esperam: são nossos inimigos, os seus, que falam assim!* Estamos dizendo que vocês serão sacrificados a sangue frio! Venham para nós, venham como irmãos arrependidos e submissos à lei, e os braços da República estão prontos para recebê-los.” Tal foi a proclamação que, em 26 de junho, o general Cavaignac dirigiu aos insurgidos. Numa segunda proclamação, dirigida, no dia 26, à guarda nacional e ao exército dizia: “Em Paris, vejo vencedores e vencidos. Que meu nome seja maldito se eu consentisse ver vítimas ali!” Certamente, nunca tinham sido pronunciadas palavras tão belas, principalmente num momento igual àquele! Mas como foi cumprida esta promessa, ò céus? “As represálias tiveram, em muitos lugares, um caráter selvagem: é assim que *prisioneiros amontoados* no jardim das Tuileries, ao fundo do subterrâneo na beira da água, *foram mortos ao acaso* por balas que lhes mandavam através das clarabóias; *foi assim que prisioneiros foram fuzilados às pressas* na planície de Grenelle, no cimitério Mont-Parnasse, nas minas de Montmartre, no pátio do hotel de Cluny, no convento Saint-Benoit⁶⁵..... e que, enfim, um terror humilhante planou, uma vez terminada a luta, por cima de uma Paris devastada” Um traço finalizará o quadro. “Em 3 de julho, um número bastante grande de prisioneiros foi retirado dos porões da Escola Militar para serem conduzidos à prefeitura de polícia, e dali para os fortes. *Foram amarrados por quatro, pelas mãos, e com cordas bem apertadas. Depois, como estes infelizes tinham dificuldade para andar, exaustos que estavam por causa da fome, puseram, na frente deles, gamelas cheias de sopa. Tendo as mãos amarradas, foram obrigados a se deitar sobre a barriga e a se arrastar até as gamelas, como animais, com as gargalhadas dos oficiais da escolta*, que chamavam isto de socialismo em prática! Eu soube deste fato por um dos que foram submetidos a este suplício.” (*Histoire de la Révolution de 1848*, de Louis Blanc, segundo tomo). Aí está, pois, a humanidade burguesa, e já vimos como, mais tarde, a justiça dos

64 “que quinze ans firent peur”, que teriam medo de quinze anos.

65 São Benedito.

republicanos burgueses se manifestou através da deportação, *sem julgamento, por simples medida de segurança geral*, de 4.348 cidadãos dos 15.000 cidadãos presos.

(12) Ninguém personifica melhor a imoralidade política e social da burguesia atual do que o senhor Émile de Girardin. Charlatão intelectual sob a aparência de um pensador sério; aparência que enganou muita gente, até Proudhon, que teve a ingenuidade de acreditar que o senhor de Girardin podia se ligar de boa fé e verdadeiramente a um princípio qualquer; o mencionado redator da *Presse* e do *Liberté* é pior que um sofista, é um desnaturador, um fraudador de todos os princípios. Basta que toque na ideia mais simples, mais verdadeira, mais útil, para que seja imediatamente falseada e envenenada. Aliás, nunca inventou nada; seu negócio sempre consistiu em falsificar as invenções de outrem. Consideram-no, de certa forma, como o mais hábil criador e redator de jornais. Claro, sua natureza de explorador e de falsificador das ideias dos outros e seu charlatanismo descarado, tinham que torná-lo muito próprio para este ofício. Toda sua natureza, todo seu ser se resume em duas palavras: *publicidade e chantagem*. Ao jornalismo ele deve toda a sua fortuna; e ninguém se torna rico através da imprensa, quando se mantém honestamente vinculado à mesma convicção e à mesma bandeira. Assim, ninguém levou tão longe a arte de mudar, habilmente e a tempo, suas convicções e suas bandeiras. Ele foi, alternadamente, orleanista, republicano e bonapartista, e teria virado legitimista ou comunista caso fosse necessário. Parece dotado do instinto dos ratos, pois sempre conseguiu abandonar o barco do Estado na véspera do naufrágio. Desta forma, ele virou as costas para o governo de Louis-Philippe alguns meses antes da revolução de Fevereiro, não por causa das razões que levaram a França a derrubar o trono de julho, mas por razões próprias a ele, das quais as duas principais foram, sem dúvida, sua ambição vaidosa e seu amor pelo lucro, decepcionados. No dia seguinte a Fevereiro, posou de republicano muito ardente, mais republicano que os republicanos do dia anterior; propôs suas ideias e sua pessoa; uma ideia por dia, naturalmente roubada a alguém, mas preparada, transformada pelo próprio senhor Émile de Girardin, de maneira a envenenar quem quer que a aceitasse de suas mãos: uma aparência de verdade, com um inesgotável fundo de mentira; e sua pessoa, carregando, naturalmente, esta mentira, e com ela o descrédito e a desgraça sobre todas as causas que ela abraça. As ideias e a pessoa foram rejeitadas pelo desprezo popular. Então, o senhor de Girardin tornou-se inimigo implacável da República. Ninguém conspirou tão malvadamente contra ela, nenhum contribuiu tanto, pelo menos intencionalmente, à sua queda. Ele não demora a se tornar um dos agentes mais ativos e mais intrigantes de Bonaparte. Este jornalista e este *homem de Estado* eram feitos para se entender. Napoleão III realizava, efetivamente, todos os sonhos do senhor Émile de Girardin. Era o homem forte, usando, assim como ele, todos os princípios, e dotado de um coração grande o bastante para se elevar acima de todos os vagos escrúpulos de consciência, acima de todos os estreitos e ridículos preconceitos de honestidade, de delicadeza, de honra, de moralidade pública e privada, acima de todos os sentimentos de humanidade; escrúpulos, preconceitos e sentimentos que só podem entravar a ação política; é o homem da época, numa palavra, evidentemente chamado a governar o mundo. Durante os primeiros dias que seguiram o golpe de Estado, houve algo como uma desavença entre o *augusto* soberano e o *augusto* jornalista. Mas foi só uma briguinha de amantes, e não uma dissidência de princípios. O senhor Émile de Girardin não se considerou suficientemente recompensado. Ele gosta muito, sem dúvida, de dinheiro, mas ele precisa de honras também, de uma participação no poder. Eis algo que Napoleão III, apesar de toda sua boa vontade, nunca pode lhe conceder. Sempre teve perto de si algum Morny, algum Fleury, algum Billault, algum Rouher, para impedi-lo. De modo que só foi perto do fim de seu reino que ele pode conferir ao senhor Emile de Girardin a dignidade de senador do império. Se Émile Ollivier, amigo do peito,

filho adotivo, e, de certa forma, criatura do senhor Emile de Girardin, não tivesse caído tão cedo, teríamos visto, sem dúvida, o grande jornalista ministro. O senhor Emile de Girardin foi um dos principais autores do ministério Ollivier. A partir de então, sua influência política cresceu. Foi o inspirador e o conselheiro perseverante dos dois últimos atos políticos do imperador que perderam a França: o plebiscito e a guerra. Adorador, a partir daí, advogado de Napoleão III, amigo do general Prim na Espanha, pai espiritual de Emile Ollivier, e senador do império, o senhor Emile de Girardin sentiu-se homem grande demais, enfim, para continuar seu ofício de jornalista. Ele abandonou a redação do *Liberté* ao seu sobrinho e discípulo, ao propagador fiel de suas ideias, o senhor Détrouy; e, como uma menina que se prepara para sua primeira comunhão, fechou-se num recolhimento meditativo, a fim de receber com a devida dignidade este poder tão longamente cobiçado e que ia, finalmente, cair em suas mãos. Que desilusão amarga! Abandonado, desta vez, por seu instinto corriqueiro, o senhor Emile de Girardin não sentiu que o império estava desmoronando, e que eram precisamente as suas inspirações e os seus conselhos que o empurravam para o abismo. Não era mais hora de dar meia volta. Levado pela queda, o senhor de Girardin caiu de toda a altura de seus sonhos ambiciosos, no mesmo momento em que pareciam que iam se realizar... Caiu e ficou esmagado, e, desta vez, definitivamente anulado. Desde o dia 4 de setembro, ele se dá todo o trabalho do mundo, pondo em jogo seus antigos artificios, para atrair para si a atenção do público. Não passa uma semana sem que seu sobrinho, o novo redator da *Liberté*, o proclame o primeiro homem de Estado da França e da Europa. Tudo isto é puro fracasso. Ninguém lê o *Liberté*, e a França tem mais o que fazer do que cuidar das grandiosidades do senhor Emile de Girardin. Desta vez está bem morto, e Deus queira que o charlatanismo moderno da palavra, que ele tanto contribuiu para criar, esteja morto com ele.

(13) Quando o embaixador da Grã-Bretanha em Berlim, o lorde Bloomfield, se não me engano, propôs ao senhor Bismarck que assinasse, em nome da Prússia, o famoso protesto das cortes do Ocidente, o senhor Bismarck se recusou, dizendo ao embaixador inglês: “Como o senhor quer que protestemos, sendo que há três anos que só repetimos uma coisa para a Rússia, que é não fazer concessão nenhuma à Polônia?”.

(14) Confesso que fiquei profundamente surpreso, encontrando esta acusação numa carta destinada, no ano passado, pelo senhor Karl Marx, o célebre chefe dos comunistas alemães, aos redatores de um pequeno impresso russo que era publicado em língua russa, em Genebra. Ele sustenta que se a Alemanha ainda não está democraticamente organizada, a culpa é unicamente da Rússia. Ele desconhece de maneira singular a história de seu próprio país, e afirma uma coisa cuja impossibilidade, mesmo se forem deixados de lado os fatos históricos, pode ser demonstrada pela experiência de todos os tempos e de todos os países. Já se viu, alguma vez, uma nação inferior, em termos de civilização, impor ou inocular seus próprios princípios a um país muito mais civilizado, a não ser através da conquista? Mas a Alemanha, que eu saiba, nunca foi conquistada pela Rússia. Assim, é perfeitamente impossível que tenha podido adotar um princípio russo qualquer; mas é mais do que provável, é garantido que, levando em conta sua vizinhança imediata, e por causa da preponderância incontestável de seu desenvolvimento político, administrativo, jurídico, industrial, comercial, científico e social, a Alemanha, ao contrário, passou muitas de suas próprias ideias para a Rússia, coisa com que os próprios alemães concordam, geralmente, quando dizem, não sem orgulho, que a Rússia deve à Alemanha o pouco de civilização que possui. Muito felizmente para eles, para o futuro da Rússia, esta civilização não penetrou, além da Rússia oficial, no povo, mas, efetivamente, é aos alemães que devemos nossa educação política, administrativa, policial, militar e burocrática, e todo o acabamento de

nosso império imperial⁶⁶, talvez até nossa augusta dinastia. Que a vizinhança de um grande Emir mongolo-bizantino-germânico fosse mais agradável para os déspotas da Alemanha que para seus povos; mais favorável ao desenvolvimento de sua servidão nativa, completamente nacional-germânica, que àquele das ideias liberais e democráticas importadas da França, quem pode duvidar? A Alemanha ter-se-ia desenvolvido muito mais no sentido da liberdade e da igualdade, se, em lugar do Império Russo, tivesse por vizinhos os Estados Unidos da América do Norte, por exemplo. Ela teve, aliás, um vizinho que a separava do império moscovita. Era a Polônia, não democrática, é verdade, nobiliárquica, fundada na servidão dos camponeses assim como a Alemanha feudal, mas muito menos aristocrática, mais liberal, mais aberta a todas as influências humanas que esta última. Pois bem! A Alemanha, impaciente com esta vizinhança turbulenta, tão contrária aos seus costumes de ordem, de servilismo piedoso e da leal submissão, devorou uma boa metade dela, deixando a outra metade para o Tzar Moscovita, este império de todas as Rússias, do qual se tornou, por isto mesmo, vizinha imediata. E agora, ela reclama desta vizinhança, é ridículo. A Rússia, igualmente, teria ganhado muito se, no lugar da Alemanha, tivesse por vizinha, ao ocidente, a França; e, ao invés da China, ao oriente, a América do Norte. Mas os Socialistas Revolucionários, ou como começam a ser chamados na Alemanha, os anarquistas russos, são ciosos demais da dignidade de seu povo para jogar toda a culpa por sua escravidão nos alemães ou nos chineses. Entretanto, com muito mais razão, teriam o direito histórico de jogá-la tanto em uns como nos outros. Pois, enfim, é certo que as hordas mongóis, que conquistaram a Rússia, vieram da fronteira da China. É certo que, durante mais de dois séculos, mantiveram-na submissa à sua dominação. Dois séculos de mando bárbaro, que educação! Muito felizmente, esta educação nunca penetrou no povo russo, propriamente dito, nem na massa dos camponeses, que continuaram a viver sob sua lei costumeira, comunal, ignorando e detestando qualquer outra política e jurisprudência, assim como o fazem ainda hoje. Mas ela depravou completamente a nobreza e em grande parte o clero russo também, e estas duas classes privilegiadas, igualmente brutais, igualmente servis, podem ser consideradas como os verdadeiros pilares do império moscovita. É certo que este império foi fundado, principalmente, na sujeição dos povos, e que o povo russo, que não recebeu a herança desta santa resignação de que o povo alemão parece estar dotado num grau tão alto, nunca parou de detestar este império, nem de se revoltar contra ele. Ele foi, e continua a ser ainda hoje, o único verdadeiro socialista-revolucionário na Rússia. Suas revoltas, ou melhor, suas revoluções (em 1612, em 1667, em 1771) ameaçaram frequentemente a própria existência do império moscovita, e tenho a firme convicção de que, sem muita demora, uma nova revolução socialista e popular, desta vez triunfante, vai derrubá-lo completamente. É certo que, se os Tzares de Moscou, tornados, mais tarde, os imperadores de São Petersburgo, triunfaram até aqui sobre esta teimosa e violenta resistência popular, é apenas graças à ciência política, administrativa, burocrática e militar que nos forneceram os alemães, que, dotando-nos de tantas coisas bonitas, não se esqueceram de fornecer, não puderam deixar de trazer consigo o culto não mais oriental, mas protestante-germânico do soberano, representante pessoal da razão de Estado, a filosofia do servilismo nobiliárquico, burguês, militar e burocrático erigido em sistema; o que foi uma grande tristeza, na minha opinião. Pois a escravidão oriental, bárbara, rapinante, de nossa nobreza e de nosso clero, era o produto muito brutal, mas completamente natural, de circunstâncias históricas, infelizmente, de um profundo desencaminhamento e de uma situação econômica e política ainda mais infeliz.

66 A redundância está no original: “empire imperial”.

Esta escravidão era um fato natural, não um sistema, e, enquanto tal, podia e devia modificar-se sob a influência benéfica de ideias liberais, democráticas, socialistas e humanitárias, do Ocidente. Modificou-se, de fato, de maneira que, para não mencionar apenas os fatos mais característicos, vimos, de 1818 a 1825, muitas centenas de nobres, a flor de nossa nobreza, pertencentes à classe mais elevada e mais rica da Rússia, formar uma conspiração muito séria e muito ameaçadora contra o despotismo imperial, com o objetivo de fundar sobre as ruínas deste uma Constituição monárquica-liberal, segundo o desejo de uns, ou uma república federativa e democrática, segundo o desejo da maioria, tendo por base, uma e outra, a emancipação completa dos camponeses com a propriedade da terra. Desde então, não houve uma só conspiração na Rússia em que jovens nobres, muitas vezes bastante ricos, não tenham participado. De outro lado, todo mundo sabe que são precisamente os filhos de nossos padres, os estudantes de nossas academias e de nossos seminários, que constituem a falange secreta do partido socialista-revolucionário na Rússia. Que os senhores patriotas alemães, na presença destes fatos incontestáveis e que toda sua má-fé proverbial nunca conseguirá destruir, queiram dizer-me se houve, alguma vez, na Alemanha, muitos nobres ou estudantes de teologia que tenham conspirado contra o Estado pela emancipação do povo! Entretanto, não lhes faltam nem nobres nem teólogos. De onde vem esta pobreza, para não dizer esta ausência de sentimentos liberais e democráticos na nobreza, no clero, e eu diria também, para ser sincero até o fim, na burguesia da Alemanha? É que em todas estas classes respeitáveis, representantes da civilização alemã, o servilismo não é apenas um fato natural, produto de causas naturais; tornou-se um sistema, uma ciência, uma espécie de culto religioso; e por causa disto mesmo, constitui uma doença incurável. Você consegue imaginar um burocrata alemão, ou então um oficial do exército alemão, conspirando e se revoltando pela liberdade, pela emancipação dos povos? Não, sem dúvida. Bem que temos visto, ultimamente, oficiais e altos funcionários de Hanover conspirar contra o senhor Bismarck, mas com que objetivo? Com o de restabelecer em seu trono um rei déspota, um rei legítimo. Pois bem, a burocracia russa e o corpo de oficiais russos contam, em suas fileiras, muitos conspiradores em prol do povo. Eis a diferença: ela está totalmente a favor da Rússia. Assim, é natural que, mesmo que a ação avassaladora da civilização alemã não tenha conseguido corromper completamente nem mesmo os corpos privilegiados e oficiais da Rússia, deve ter exercido constantemente, sobre suas classes, sua influência maléfica. E, repito-o, é muito feliz que o povo russo tenha sido poupado por esta civilização, assim como foi poupado pela civilização dos mongóis.

De encontro a todos estes fatos, os burgueses patriotas da Alemanha poderão citar apenas um que constate a influência perniciosa da civilização mongolo-bizantina da Rússia oficial sobre a Alemanha? Seria completamente impossível, para eles, fazê-lo, já que os russos nunca foram para a Alemanha nem como conquistadores, nem como professores, nem como administradores, de onde resulta que, se a Alemanha realmente pegou alguma coisa emprestada à Rússia oficial, o que nego formalmente, só poderia ser por propensão e por gosto. Seria realmente um ato muito mais digno de um excelente patriota alemão e de um democrata socialista sincero, como é indubitavelmente o senhor Karl Marx, e, principalmente, muito mais proveitoso para a Alemanha popular, se, ao invés de tentar consolar a vaidade nacional, atribuindo falsamente as culpas, os crimes e a vergonha da Alemanha a uma influência estrangeira, se quisesse empregar sua erudição imensa para provar, em conformidade com a justiça e a verdade histórica, que a Alemanha produziu, carregou e historicamente desenvolveu em si mesma, todos os elementos de sua escravidão atual. Eu deixaria de bom grado a ele o cuidado de realizar um trabalho tão útil, necessário, principalmente do ponto de vista da emancipação de seu povo alemão, e que, saído de seu cérebro e de sua pluma, apoiado numa erudição surpreendente, diante da qual já me inclinei,

seria infinitamente mais completo. Mas como não espero que ele ache conveniente e necessário dizer toda a verdade sobre este ponto, encarrego-me disto, e vou me esforçar para provar, ao longo deste escrito, que a escravidão, os crimes e a vergonha atual da Alemanha são os produtos perfeitamente nativos de quatro grandes causas históricas: a feudalidade nobiliárquica cujo espírito, longe de ter sido vencido como na França, se incorporou na constituição atual da Alemanha; o absolutismo do soberano sancionado pelo protestantismo e transformado por ele em objeto de culto; o servilismo perseverante e crônico da burguesia da Alemanha, e a paciência invencível de seu povo. A quinta causa, enfim, que está muito próxima, aliás, das quatro primeiras, é o nascimento e a rápida formação da potência totalmente mecânica e totalmente antinacional do Estado da Prússia.

(15) Os *nominais*, tão materialistas quanto possível para filósofos escolásticos, não admitiam a “realidade” das ideias abstratas; os *reais*, ao contrário, pensadores ortodoxos, afirmavam a existência *real* destas ideias.

(16) Para se convencer do espírito servil que caracteriza a Igreja Luterana na Alemanha, até os dias de hoje, basta ler a fórmula da declaração ou promessa escrita que todo ministro desta Igreja, no reino da Prússia, deve assinar e jurar observar antes de assumir suas funções. Ela não ultrapassa, mas, sem dúvida, iguala em servilismo as obrigações que são impostas ao clero russo. Cada ministro do Evangelho na Prússia faz o juramento de ser, durante toda sua vida, um súdito devotado e submisso de seu Senhor e mestre, não o bom Deus, mas o rei da Prússia; de observar escrupulosamente e sempre seus santos mandamentos, e de nunca perder de vista os interesses sagrados da Sua Majestade, de inculcar este mesmo respeito e esta mesma obediência absoluta aos seus cordeiros, e *de denunciar ao governo todas as tendências, todos os empreendimentos, todos os atos que pudessem ser contrários à vontade ou aos interesses do governo*. E é a escravos assim que se confia a direção exclusiva das escolas populares na Prússia! Esta instrução tão vangloriada não é nada mais que um envenenamento das massas, uma propagação sistemática da doutrina da escravidão.